



UNIVERSIDADE DA MADEIRA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

**Percepção dos professores do desporto escolar
sobre os atributos do serviço e factores de
satisfação e insatisfação**

Isabel Margarida Araújo Nunes Gouveia Vieira

2008

796
VIE Per
+ CV

65 177



UNIVERSIDADE da MADEIRA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

Percepção dos professores do desporto escolar sobre os atributos do serviço e factores de satisfação e insatisfação

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em
Educação Física e Desporto

Isabel Margarida Araújo Nunes Gouveia Vieira

Orientador: Prof. Doutor Jorge Alexandre Pereira Soares

2008

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, principalmente à minha Mãe por todo o apoio incondicional, amor e carinho dado, às minhas filhas, Inês e Margarida, e ao João....pelo amor, apoio, encorajamento, compreensão e por acreditarem em mim, principalmente nos momentos mais difíceis desta caminhada onde foram penalizados com a minha presença em alguns momentos.

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Venho por este meio prestar a minha profunda gratidão a todas as pessoas amigas que me incentivaram e apoiaram, quer directa quer indirectamente, na concretização desta dissertação.

Ao Professor Doutor Jorge Soares, orientador deste trabalho, pelo apoio prestado ao longo de todo este processo, através dos seus ensinamentos e conselhos, compreensão demonstrada, bem como toda a sua disponibilidade manifestada.

A todos os meus colegas de mestrado envolvidos neste estudo (Aninhas, Hélio, Miguel e João que iniciamos este desafio no ano lectivo 2006/07, não esquecendo como é lógico o Jorge e o Duarte que iniciaram este projecto em 2005/06), pelo companheirismo e co-responsabilização evidenciada na nossa equipa de trabalho, sem a qual não seria possível o cumprimento das metas propostas: construção e validação, aplicação e recolha dos questionários, inserção dos dados no SPSS e análise de conteúdo das respostas abertas dos questionários.

Aos professores de 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário envolvidos no projecto do desporto escolar no ano lectivo 2006/07 pela sua disponibilidade em participar no estudo respondendo ao questionário, assim como a disponibilidade e colaboração do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar aquando da aplicação dos questionários, cuja participação foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

Agradecer à Mónica Fernández a ajuda no tratamento estatístico dos dados da amostra da tese.

Ao Padre Rogério Vieira, o meu muito obrigado pela sua amizade, disponibilidade, encorajamento e ajuda pronta sempre que solicitada.

À Elisa Seixas, Jesus Rodrigues e Gabriela Silva, a sua colaboração e disponibilidade.

Ao Reinaldo, colega de trabalho, pela sua boa disposição, incentivo e compreensão nas labutas laborais sempre que solicitada “dispensa” para poder trabalhar na tese.

A todos, o meu sincero muito obrigada!

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	IV
ÍNDICE GERAL	VI
ÍNDICE DE QUADROS	XI
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS	XV
RESUMO	XVII
ABSTRACT	XVIII
RESUMÉ	XIX

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do estudo	2
2. Justificação e pertinência	5
3. Objectivos	8
4. Estrutura	9

I – REVISÃO DA LITERATURA**1. Desporto escolar**

1.1. Conceito.....	12
1.2. Missão e vocação.....	14
1.3. Objectivos preconizados pelo desporto escolar.....	14
1.4. A importância dos valores do desporto escolar transmitidos no contexto educativo..	17

2. O desporto e o desporto escolar

2.1. Constituição da República Portuguesa	19
2.2. Lei de bases do sistema educativo	20
2.3. Lei de bases da actividade física e do desporto	21
2.4. Regime jurídico da educação física e do desporto escolar	21
2.5. Caracterização do desporto escolar na Região Autónoma da Madeira	22
2.6. Desporto escolar / desporto federado – conflitualidade ou coexistência?.....	30

3. A importância dos profissionais de educação física no fomento do desporto escolar	
3.1. Papel e poder do professor de educação física no desporto escolar	36
3.2. Regulamentação dos cargos e funções dos professores no desporto escolar.....	41
4. O desporto escolar enquanto serviço público	
4.1. Noção e definição de serviço.....	43
4.2. Características dos serviços desportivos e o serviço desportivo escolar.....	44
4.3. O desporto escolar enquanto serviço público com qualidade	47
4.3.1. Atributos da qualidade do serviço	50
4.3.1.1. Atributos tangíveis.....	51
4.3.1.2. Atributos intangíveis.....	51
5. A qualidade do serviço	
5.1. Definição de qualidade.....	52
5.2. A importância da qualidade no serviço do desporto escolar.....	54
5.3. Modelo conceptual da qualidade de serviços no desporto	58
5.3.1. O que são e como se formam as expectativas e as percepções?.....	59
5.3.1.1. Definição de expectativas	59
5.3.1.2. Definição de percepções	61
5.4. O papel do marketing na melhoria da qualidade do serviço do desporto escolar	62
5.5. A satisfação dos consumidores como forma de avaliar o serviço.....	64

II – METODOLOGIA

1. Definição e caracterização da amostra.....	69
2. Instrumento de pesquisa.....	70
2.1. Construção e características do questionário.....	70
2.2. Validação do questionário	72
2.3. Condições de aplicação e recolha dos questionários	73
3. Procedimentos.....	74
3.1. Análise de conteúdo	74
3.2. Análise estatística dos dados.....	75
4. Limitações do estudo	76

III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**Parte 1 – Resultados da qualidade do serviço**

1. Atributos do perfil dos professores do desporto escolar pelas diferentes escolas	79
1.1. Participação dos professores do desporto escolar por ciclo de ensino.....	79
1.2. Situação profissional	79
1.3. Cargos exercidos no desporto escolar.....	80
1.4. Anos de experiência no desporto escolar associados ao cargo	80
1.5. Envolvimento dos professores do desporto escolar no sector federado.....	81
1.5.1. Total de professores envolvidos de acordo com o ciclo de ensino.....	81
1.5.2. Tipologia da modalidade e função desempenhada	82
2. Resultados gerais dos professores do desporto escolar por ciclo de ensino	84
2.1. As modalidades mais escolhidas pelos professores de acordo com o sexo.....	84
2.2. Relação entre a modalidade que orienta e o ciclo de ensino	85
2.3. A tipologia da modalidade de acordo com o escalão etário e o ciclo de ensino.....	86
2.4. A consistência entre o início dos treinos e o início da competição	88
2.5. O funcionamento dos treinos por semana.....	88
3. Satisfação dos professores em relação ao serviço do desporto escolar por ciclo de ensino.....	91

Parte 2 – Percepções dos professores sobre os atributos da organização do serviço do desporto escolar

1. Razões para a escolha das modalidades desportivas	91
2. Relação de cooperação entre o desporto escolar e o desporto federado segundo o ciclo de ensino	93
3. Razões ou factores de satisfação segundo os ciclos de ensino.....	94
4. Razões ou factores de insatisfação segundo os ciclos de ensino	97

IV – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

1. Discussão dos resultados	100
2. Conclusões	111
3. Considerações e recomendações finais.....	115

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	130
I: Pré – Questionário	131
II: Questionário definitivo	138
III: Cargos dos professores no desporto escolar	145
IV: Distribuição dos professores que não se encontram envolvidos num clube fora da escola de acordo com os anos de experiência	147
V: Associação entre o sexo e a tipologia da modalidade	149
VI: Distribuição dos professores do desporto escolar pelas modalidades/escalão etário.....	151
VII: Análise comparativa entre o início de treinos e da competição das diferentes modalidades	153
VIII: Distribuição da hora e dia de treino de acordo com o ciclo de ensino, média, desvio Padrão, valor máximo e mínimo das horas de treino semanal por modalidade	155
IX: Razões proferidas pelos professores orientadores de G/E na escolha pela modalidade	158

ÍNDICE DE QUADROS

ÍNDICE DE QUADROS

1: Diferenças entre o desporto escolar e o desporto federado	31
2: Cargos e competências dos professores do desporto escolar	43
3: Distribuição dos professores de acordo com o cargo que ocupa no desporto escolar.....	80
4: Total de professores envolvidos num clube fora da escola por ciclo de ensino.....	81
5: Professores envolvidos e não envolvidos num clube fora da escola em função da modalidade.....	82
6: Distribuição dos professores de acordo com a tipologia da modalidade e o sexo	85
7: Relação entre a tipologia da modalidade e o ciclo de ensino	86
8: Distribuição dos treinos por dia e hora segundo o ciclo de ensino	90
9: Nível de satisfação geral dos professores.....	91
10: Razões proferidas pelos professores na escolha pela modalidade	93
11: Existência ou não de uma relação mais próxima do desporto escolar com o desporto federado segundo o ciclo de ensino	93
12: Opinião dos professores envolvidos num clube fora da escola sobre a proximidade entre o desporto escolar e o federado.....	94
13: Razões ou factores de satisfação segundo os ciclos de ensino.....	96
14: Razões ou factores de insatisfação segundo os ciclos de ensino.....	98



ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE DE FIGURAS

1: Organigrama do desporto escolar na RAM.....	28
2: Vocação/Missão – DF vs DE	33
3: Modelo simplificado da qualidade de serviços	58
4: Processo de formação das expectativas.....	60
5: Determinantes das expectativas do serviço.....	61
6: Percepção da qualidade de serviço pelo consumidor	66
7: Caracterização dos professores segundo o sexo.....	70
8: Conversão dos níveis de satisfação e concordância	76
9: Distribuição dos professores por ciclo de ensino	79
10: Distribuição dos professores de acordo com a situação profissional	80
11: Distribuição dos cargos associados aos anos de experiência no desporto escolar	81
12: Funções desempenhadas pelos professores no sistema desportivo	83
13: Distribuição das modalidades do desporto escolar de acordo com o sexo dos professores ..	84
14: Distribuição dos professores de acordo com a tipologia da modalidade/escalão etário por ciclo	87

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE ABREVIATURAS

CAI – Coordenador de Actividade Interna

CEB – Ciclo do Ensino Básico

DE - Desporto Escolar

DF – Desporto Federado

DRE – Direcção Regional de Educação

DR – Diário da República

EF – Educação Física

GCDE – Gabinete Coordenador do Desporto Escolar

G/E – Grupo/Equipa

IDRAM – Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

RAM – Região Autónoma da Madeira

SRE – Secretaria Regional de Educação

RESUMO

RESUMO

O presente trabalho desenvolvido na Região Autónoma da Madeira, no ano lectivo 2006/07, incidiu sobre o serviço do desporto escolar e tem como objectivo aferir as percepções dos professores sobre os atributos do serviço prestado, identificando os principais factores de satisfação e insatisfação, ao nível do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário.

A amostra inquirida foi constituída por 255 professores e corresponde a 98% do universo dos professores de EF, onde 63,1% são do sexo masculino e 34,9%, do sexo feminino.

O instrumento de pesquisa utilizado foi o inquérito por questionário, construído a partir de um estudo realizado a nível Nacional (Correia & Rosado, 2006), com base na análise do programa de actividades lançado pelo Gabinete Coordenador do Desporto Escolar da Região Autónoma da Madeira, legislação e regulamentação no ano lectivo 2006/07.

O procedimento estatístico dos dados incluiu uma análise descritiva e uma inferencial, onde se recorreu à utilização de técnicas não paramétricas, para efeitos de verificação da relação entre variáveis e grupos, nomeadamente, o teste do Qui-Quadrado para uma probabilidade de erro de 0,05. A análise dos dados foi efectuada no software SPSS (*“Statistical Package for the Social Sciences”*) versão 15.0 for Windows.

Como principais conclusões deste estudo, destacamos: (1) Que os professores estão entre satisfeitos a muito satisfeitos com o serviço do desporto escolar, registando que os mais satisfeitos são os professores do 3º ciclo, seguidos dos de 2º ciclo e secundário. (2) Quanto às razões de escolha pela modalidade, os resultados indicam que “o gosto pela modalidade” é a razão mais referida pelos orientadores de Grupo/Equipa, independentemente do ciclo de ensino. (3) Os resultados revelam ainda que os orientadores de Grupo/Equipa desempenham a função de treinador num clube fora da escola, sendo 75% dos professores do 3º ciclo, 63,3% do 2º ciclo e 61,3% do secundário. (4) Verifica-se ainda que, mais de 50% dos professores são a favor de uma proximidade do desporto escolar com o desporto federado. (5) De acordo com a percepção dos professores, estes encontram-se satisfeitos com o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e com o “contributo do desporto escolar” na formação integral dos alunos, quer no domínio: físico, cognitivo, afectivo e psicológico. (6) Quanto aos factores de insatisfação, verificamos que em relação ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar estes recaem sobre o não cumprimento da grande maioria das actividades programadas: “pouca competição” e “transportes”, enquanto em relação à escola, a “carência de material” a par do “horário de funcionamento dos treinos” são os factores de maior insatisfação, principalmente ao nível do 3º ciclo.

Palavras-chave: Desporto Escolar; Professores; Satisfação e Insatisfação; Qualidade do Serviço.

ABSTRACT

This work was carried out in the autonomous region of Madeira during the school year 2006/07 and focuses essentially on School Sports. Its main aim is to gather teachers' opinion in relation to the service provided during these sports events and this way identify the causes of satisfaction and non-satisfaction among the second and third cycle of Elementary Education as well as the Secondary Education itself.

This sample survey was developed on 255 teachers which corresponds to 98% of the PE teachers' universe, being 63, 1% of the male sex and 34, 9 of the female sex. The research tool used was the survey and questionnaire which were organized from a study at a National Level (Correia & Rosado, 2006) and based on the analysis of the Activity Program from the School Sports Coordinating Office from the autonomous region of Madeira and the legislation and regulations for the school year 2006/07.

The statistic procedure of the figures include a descriptive and inferred analysis where non-parametric techniques were used in order to verify the relation between variables and groups, namely the "Qui-Square" test for the margin of error of 0,05. The analysis of the figures was done on software SPSS, version 15.0 for Windows.

The most salient conclusions of this work are as follows: (1) Teachers are between satisfied and very satisfied with the service provided by the School Sports and the ones who are mostly satisfied are the teachers from the third cycle, followed by the second cycle and then the Secondary Education teachers. (2) In relation to the choice for the sports modality, results indicate that the liking for the modality is the most stated reason by the Group/Team independently from the level of education. (3) The results also indicate that the Group/Team leaders simultaneously carry out the role of coaches in a sports club out of school. 75% of the teachers are from the third cycle, 63,3% from the second cycle and 61,3% from secondary level education. (4) We also conclude that more than 50% of the teachers are in favour of a closer approach between the school sports and federation sports. (5) According to the teachers' perception, they are satisfied with the service provided by the School Sports Coordinating Office. They are also pleased with the positive contribution of school Sports on the whole upbringing of the students in what concerns the physical, cognitive emotional and psychological fields. (6) In relation to the non-satisfaction felt among teachers, we conclude that the School Sports Coordinating Office is responsible for not only not carrying out great part of the activities previously scheduled but also for the lack of competition and non-efficient transport which is provided. In what schools are concerned, the lack of equipment as well as the incompatible timetable are responsible for the widespread feeling of non-satisfaction felt basically among the teachers of the third cycle of Elementary school.

Keywords: School Sports; Teachers; Satisfaction and non-satisfaction; Service Quality

RÉSUMÉ

Le présent travail réalisé dans la Région Autonome de Madère, au long de l'année scolaire 2006/2007, porte sur le service du sport scolaire et a comme objectif celui d'évaluer les perceptions des enseignants sur les attributs du service fourni, en identifiant les principaux facteurs de satisfaction et d'insatisfaction au niveau des 2^{ème} et 3^{ème} cycles d'enseignement et du secondaire.

L'échantillon interrogé, composé par 255 enseignants, correspond à 98% de l'univers de professeurs d'éducation physique et sportive (EPS), dont 63,1% sont de sexe masculin et 34,9% de sexe féminin.

L'outil appliqué à la réalisation de l'analyse du travail est l'enquête par questionnaire, élaboré à partir d'une étude réalisée à l'échelle nationale (Correia & Rosado, 2006) ayant pour base l'analyse du programme d'activités lancé par le Cabinet Coordinateur du Sport Scolaire de la Région Autonome de Madère (GCDE), législation et réglementation de l'année scolaire 2006/2007.

La procédure statistique des données inclut une analyse descriptive et une inférentielle, où l'on a eu recours à des techniques non-paramétriques ayant pour but la vérification de la relation entre variables et groupes, y compris, le test du Khi-Carré pour une probabilité d'erreur de 0,05. L'analyse des données s'est effectuée avec le software SPSS ("*Statistical Package for the Social Sciences*") version 15.0 for Windows.

Comme principales conclusions de cette étude, soulignons : (1) Que les professeurs sont entre satisfaits et très satisfaits avec le service de sport scolaire, les plus satisfaits étant les professeurs du 3^{ème} cycle, suivis de ceux du 2^{ème} cycle et secondaire. (2) Quant aux raisons d'option de la modalité, les résultats indiquent que le « goût de la modalité » est la raison la plus citée par les orienteurs de G/E, indépendamment du cycle d'enseignement. (3) Les résultats révèlent également que les orienteurs de G/E exercent les fonctions d'entraîneur dans un club hors de l'école, au total 75% des professeurs du 3^{ème} cycle, 63,3% du 2^{ème} cycle et 61,3% du secondaire. (4) Plus de 50% des professeurs sont en faveur d'une proximité entre le sport scolaire et le sport fédéré. (5) Selon la perception des professeurs, ceux-ci sont satisfaits avec le GCDE et « la contribution du sport scolaire » dans la formation intégrale des élèves, aussi bien dans le domaine physique que cognitif, affectif et psychologique. (6) Quant aux facteurs d'insatisfaction, on observe que par rapport au GCDE, ceux-ci retombent essentiellement sur la non réalisation d'une grande partie des activités programmées : « peu de compétition » et « transports », alors qu'en ce qui concerne l'école, la « carence de matériel » ainsi comme « l'horaire de fonctionnement des entraînements » sont les principaux facteurs d'insatisfaction, en particulier au 3^{ème} cycle.

Mots-clés: Sport scolaire; Professeurs; Satisfaction et Insatisfaction; Qualité de Service.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

1 – Apresentação do estudo

Desempenhando a escola um papel fundamental como instituição por excelência de formação, no processo de desenvolvimento global de crianças e jovens através da prática desportiva, achamos pertinente analisar o serviço do desporto escolar, uma vez que a educação para os valores é uma matéria central e transversal do nosso sistema educativo.

Neste sentido, “o desporto constitui-se um dos fenómenos sociais com maior impacto no nosso tempo e a sua prática, correctamente desenvolvida, representa uma importante fonte de valorização das pessoas e da sua qualidade de vida. Por isso se consagrou internacionalmente a prática a educação física e do desporto como um direito fundamental, mas também como elementos essenciais da educação e da cultura no desenvolvimento das aptidões, da vontade e do auto controlo das pessoas humanas, visando a sua inserção social e o pleno desenvolvimento das suas capacidades”, como refere o documento orientador do Ministério da Educação (2003, p. 4).

Como refere Freitas (2002, p.1), “é na escola e é à escola que compete fazer a introdução das crianças e jovens à cultura motora e à formação e orientação desportiva”. Comungando desta citação, acrescento que é na idade escolar que se formam interesses, com raízes sólidas e duradouras, as quais podem, inclusive, ser os alicerces para uma prática que perdure para toda a vida onde o professor, através da sua competência nos ensinamentos da formação desportiva-corporal (pedagogia-social), pode entusiasmar um cada vez maior número de crianças e jovens pelo desporto e a actividade física, em geral, inculcando a necessidade de uma prática regular, uma vez que a escola é, por excelência, o local de ensino e prática do desporto, não só por já possuir a “matéria-prima”, os alunos, mas ainda as condições materiais e humanas, onde está presente um clima pedagógico.

Perante o referido anteriormente, verificamos que o desporto escolar é entendido como uma ferramenta educativa onde estão implícitos valores educativos e formativos de relevo, já que encontra na prática desportiva uma das bases fundamentais para a afirmação dos valores éticos

identificados como o “espírito desportivo”, visando o desenvolvimento de valores pessoais e sociais através da promoção e valorização da educação desportiva.

Assim sendo, “o desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”, de acordo com a LBSE, art. 48, ponto 5. Podemos ainda frisar a sua importância na Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º5/2007 de 16 de Janeiro), Capítulo IV, Secção 1, art. 28º, ponto 1, onde é considerado como uma actividade de complemento curricular, voluntária, que permite aos alunos a prática de actividades desportivas, em ambiente educativo, sob a orientação de professores, configurando-se como a principal possibilidade dos jovens poderem participar em quadros competitivos, de forma regular orientada por valores trabalhados em torno da dinâmica de grupo, intrínseca às actividades desportivas, tais como: o humanismo, a verdade e a honestidade, a solidariedade, o respeito e a lealdade, a disciplina e a coragem.

É de conhecimento geral, que o desporto é olhado como um produto e um serviço geradores de educação, de cultura, de lazer e de economia. No caso particular do desporto escolar, os principais agentes educativo-desportivos, com maiores responsabilidades e competências, são os professores de EF, quer pelas funções que desempenham na orientação e coordenação das actividades, quer pelo papel interventivo que têm junto dos alunos no aperfeiçoamento técnico-pedagógico individual e colectivo, quer influenciando o seu processo de construção da personalidade dos alunos através da estimulação do espírito de iniciativa e de responsabilidade.

Pina (2002, p.25), contudo, alerta-nos para o facto de estarmos perante novas exigências, uma “nova cidadania”, mais lúcida, mais eficaz e mais responsável, que impõe, à instituição escolar, mudanças significativas, no que respeita às suas estruturas, aos seus modelos de gestão e mesmo aos seus programas. Adiantando que “a educação física e o desporto escolar enquanto parte integrante e estruturante do projecto educativo da escola podem ser portadores de uma mensagem inovadora e transformadora, visando a aquisição e o desenvolvimento de comportamentos desde a autonomia e sentido de responsabilidade até ao prazer, emoção, risco, competição e superação e afirmação da personalidade no direito à diferença.”

Talvez, também por isso, seja relevante proceder-se à avaliação da satisfação do serviço do desporto escolar na escola, junto dos intervenientes na sua condução: os professores de EF.

Pois, de acordo com Correia et al (2001, p. 18), “se uma organização de desporto tem como objectivo a produção de serviços de qualidade tem de se preocupar, em primeira instância, com o nível de satisfação das pessoas que regularmente participam nas actividades propostas.” Já que, no entender deste autor, “a qualidade de um serviço de desporto é a expressão do nível de satisfação das pessoas após terem vivido uma determinada experiência desportiva, sendo o nível de satisfação aferido em função das expectativas e da percepção do serviço.”

Por seu lado, Fernandes (2000, p. 21), refere que “a competitividade hoje em dia, e cada vez mais no futuro, não se vai basear em políticas de preços, mas em qualidade de serviço. O cliente não se limitará a exigir altos níveis de qualidade, mas também uma organização que esteja atenta e pronta a ouvi-lo, redesenhando o serviço à sua medida, com elevadas doses de personalização e avaliando para recuperar o cliente quando se verificar um desvio entre os anseios e o que ele encontra.”

Ainda na literatura consultada, Bodet (2006), refere que a “satisfação é influenciada pela qualidade dos recursos humanos, comportamento da organização e os atributos intangíveis”. Segundo (Bolton & Drew, 1991; Gronroos, 1984; Ojasalo, 2001; Parasuraman, Zeithaml, & Berry, 1985, 1994a, b; Robledo, 2001; Walker, 1995), citado por Robinson (2006, p.68), “torna-se necessário compreender as expectativas que os clientes têm em relação ao serviço e aos seus atributos assim como estes são aceites pelos clientes, atendendo às expectativas criadas sob o serviço para determinar se o serviço é recebido com um nível aceitável de qualidade.”

Este estudo tem como principal objectivo analisar o desporto escolar, na perspectiva dos professores, intervenientes activos neste processo da actividade educativa, já que são tidos neste processo como os “motores” do desenvolvimento e operacionalização do desporto escolar nas escolas. Temos como objectivo central, avaliar o nível de satisfação geral dos professores do desporto escolar e ao mesmo tempo diagnosticar qual a sua percepção sobre os atributos do serviço prestado e os factores de satisfação e insatisfação no ano lectivo 2006/2007, com base nas dificuldades vividas e sentidas pelas 33 escolas, dos 2º e 3º ciclos e secundário da Região Autónoma da Madeira.

Assim, e tendo por objectivo atingir o universo dos professores envolvidos nos cargos específicos do desporto escolar no ano lectivo 2006/2007, será importante referir que este estudo contou com uma equipa de investigação, constituída por sete mestrandos (dois da edição 2005/07 e cinco da edição 2006/08, na qual me incluo). Este resulta de um protocolo entre a Secretaria Regional de Educação e a Universidade da Madeira (Departamento de Educação Física e Desporto), já que este estabelece o desenvolvimento de projectos, em áreas estratégicas e relevantes para a EF e desporto escolar, como uma das modalidades de cooperação.

1.2 – Justificação e pertinência

Face à oferta de serviços desportivos alargada de que dispomos actualmente na nossa sociedade, consequência do tempo livre que passamos a dispor, verificamos que o desenvolvimento e o sucesso das organizações passam pela sua capacidade de inovar e a qualidade que oferecem os seus serviços. Por essa razão também, a qualidade dos serviços tenha sido um tema que tem atraído a atenção e o debate nos últimos anos na gestão de marketing das organizações, já que actualmente, a valorização dos recursos humanos, a par da qualidade, é uma das preocupações mais prementes das organizações "competitivas", visto que é reconhecida a influência das potencialidades, necessidades sociais e motivações dos membros, para o alcance dos seus objectivos, ou seja, para o sucesso e objectivo de toda a organização.

Como sabemos, o desporto é uma realidade inquestionável do nosso tempo. Por isso, a escola não pode deixar de promover e valorizar uma educação desportiva, visando o desenvolvimento de valores pessoais e sociais, de acordo com os interesses dos alunos, com as motivações dos professores e as expectativas dos encarregados de educação e da comunidade, em geral. Na medida em que há uma verdade que não pode ser ignorada, independentemente do modelo de desporto escolar, é que a escola deverá ser sempre o palco privilegiado de acesso às actividades físicas e desportivas, pois, " como se sabe, o futuro do desporto depende da maneira como se oferece e é vivido pelos mais jovens" (Bento, 1999, p. 102).

Por outro lado, é bom ter presente, como sublinha Handy (1995), citado por Pina (2002, p.27), que "para preparar o futuro temos de compreender o presente", visto que o que está em causa é a concepção de um quadro teórico de referência, que possibilite uma elevação do nível qualitativo da sua intervenção e que, em termos de futuro próximo, se traduza numa melhor deci-

são em relação à organização do desporto escolar (programa) e numa melhoria dos serviços prestados na escola, de forma a responder, cabalmente, às expectativas dos diferentes “autores” educativos.

Segundo Soares (1996, p.13), “um dos problemas que se coloca ao desenvolvimento organizacional é a qualidade da organização”, neste caso particular, o serviço público prestado pela organização e seus recursos humanos. Refere, ainda, que o desenvolvimento desportivo actual vem atravessando níveis de exigência cada vez mais elevados, que necessitam de respostas adequadas das organizações desportivas, fundamentalmente ao nível dos recursos humanos. Concluindo que estas respostas, por sua vez, devem ser dadas como indicadores de boa qualidade organizacional, principalmente quando se trata de educar e formar desportivamente os alunos que participam no sector desportivo escolar.

O próprio facto de este estudo recair sobre a percepção dos professores, visa, por um lado, identificar novos olhares de quem recebe o serviço, fazendo-os olhar sobre si próprios, e, por outro lado, identificar os pontos fortes e pontos fracos do serviço disponibilizado pelo GCDE e a escola, perspectivando, em termos futuros, que este estudo possa ser levado em linha de conta, tendo em vista alertar para situações menos positivas e, ao mesmo tempo, chamar à atenção para aspectos que podem ser aperfeiçoados, tendo em perspectiva a melhoria da qualidade do serviço disponibilizado. Por outro lado, este estudo tem a sua pertinência em entender a qualidade dos serviços como factor estratégico, uma vez que se estabelece cada vez mais uma relação entre a qualidade e a performance organizacional.

Domingues (2004, p.7-8) alerta-nos que “esta profunda mudança social que se vive com o descrédito no estado, obriga a avaliar e melhorar o desempenho dos serviços públicos e a reformular as orientações normativas para a acção, dirigindo os processos e as práticas mais para a satisfação das necessidades dos consumidores, o que acarreta diversas vantagens: aumenta a satisfação de quem consome porque o serviço se organiza em função das necessidades e expectativas dos consumidores, quando consideráveis como legítimas; melhora a eficácia dos processos porque estes são definidos a partir de especificações dos seus usufrutuários; diminuem as insatisfações; aumenta a produtividade dos serviços, porque diminuem as correcções de processos e práticas não conformes. Esta alteração de perspectiva reforça e amplia os seus efeitos na gestão dos serviços em geral”.

Neste particular o mesmo autor, (2004, p.5), refere que o identificar das insatisfações, em relação aos serviços, reforça o poder da organização para “corrigir práticas ou processos que consideram defeituosos, participando na definição do conteúdo da relação que desenvolvem com o serviço que consomem.”

Parece-nos, então, ser possível determinar que, se a qualidade dos serviços prestados for elevada, esta estará a contribuir fortemente para que o desporto escolar cumpra os seus objectivos (educativos e desportivos), no que se refere, nomeadamente, à formação integral das crianças e jovens, já que este é, de facto, um desafio que se coloca a quem tem responsabilidades de formação e de enquadramento de jovens praticantes.

Assim, e de acordo com Bento (1999, p.100), “o presente e o futuro do desporto de crianças e jovens suscitam, portanto, grandes preocupações que devem desaguar em estudos e medidas tendentes à sua melhoria e aperfeiçoamento. A grande aposta deve ser a de incrementar a qualidade à luz de parâmetros de ordem pedagógica, visando eliminar confusões e equívocos.”

Por estes motivos, a problemática do estudo centra-se em torno do pressuposto teórico de que “a produção dos serviços centrada na satisfação dos clientes é uma vantagem para o desenvolvimento da organização, já que os processos de satisfação dos clientes passam pela elevação da qualidade dos serviços, o que, por sua vez gera clientes mais satisfeitos”, como refere Correia et al (2001, p.17). Refere, ainda, que é fundamental compreender as pessoas, observar comportamentos, verificar preferências e possibilidades, e intuir soluções à medida dos diferentes praticantes e das diversas situações. Como nos refere Cherter Barnard (1886-1961), (citado por Pires, 2005, p.98), “uma verdadeira organização é aquela que proporciona condições de desenvolvimento e de sucesso não só a si própria como aos indivíduos que nela trabalham.”

Entendemos que os professores de EF devem ter um papel activo e relevante no processo de desenvolvimento do desporto escolar, na medida em que os objectivos e as próprias expectativas que se colocam actualmente à educação exigem, cada vez mais, professores com uma sólida formação e com uma perspectiva profissional da sua actuação, não podemos descurar o contexto sócio-educativo em que as escolas se inserem, com vista a proporcionar uma melhoria, quer do serviço público de educação, quer do processo ensino-aprendizagem. Como refere Pires (1991), citado por Pina (1997, p.70) “é na escola que têm de ser feitas as apostas na construção de um futuro diferente e é no desporto escolar que podemos encontrar a reserva de um desporto

melhor”. Já que, “o desporto é um património cultural e a escola é uma instituição criada especificamente para promover a disseminação da cultura”, como refere Bento (2007, p.286).

Em síntese pode referir-se que quer a escola quer o GCDE, deverão tendo em vista a fidelização e a conquista de novos “clientes” para o desporto escolar, atender às preferências e aos comportamentos observados. Pois como refere Sousa (2001), as organizações desportivas só sobreviverão se estiverem atentas às necessidades dos seus consumidores e adaptarem os seus serviços, investigando e inovando.

Daí que avaliar a qualidade do serviço de forma contínua e periódica, justifica-se na medida em que permite intervir sempre que necessário de forma atempada. Posto isto, o que pretendemos com este trabalho é contribuir para uma melhoria contínua do serviço prestado pelo desporto escolar da RAM, razão pela qual se torna oportuno estudar as percepções dos professores sobre o serviço prestado, visto ser uma ferramenta inestimável para a organização, nomeadamente na gestão dos programas do DE para que cada vez mais possa estar adaptado às novas exigências sociais e em condições de corresponder a desafios qualitativamente superiores fruto das alterações na política desportiva regional (resolução de governo n-º818/2007), que visa um modelo organizacional mais ajustado às necessidades e expectativas das crianças e jovens em idade escolar, do qual o desporto escolar é um dos vectores.

1.3 - Objectivos

O objectivo central deste estudo é caracterizar os professores do desporto escolar e avaliar a sua satisfação, em relação ao serviço disponibilizado no ano lectivo 2006/07 na RAM e aferir de acordo com as suas percepções, quais os atributos do serviço que geraram satisfação e insatisfação. Porquanto, o processo de desenvolvimento do desporto escolar passa pela capacidade e empenhamento dos diferentes actores educativos na dinâmica do desporto escolar em cada escola, importa conhecer as opiniões dos professores quanto ao desporto escolar. Pois como refere Correia e al (2001, p.24), “ (...), não nos podemos esquecer que os clientes têm normalmente posições diversas perante os atributos, cabendo à organização saber quais os atributos mais valorizados pelos seus clientes”. O presente estudo incidiu sobre uma análise comparativa, tendo em conta os níveis de escolaridade onde o projecto do desporto escolar é desenvolvido, por julgarmos ser este o meio indicado para identificar eventuais lacunas ou aspectos que possam ser aperfeiçoados, tendo em vista a melhoria constante da qualidade e credibilidade do serviço desejada.

Posto isto, propomo-nos a alcançar os seguintes objectivos específicos:

1 - Conhecer os critérios que estiveram na base da escolha das modalidades do desporto escolar pelas diferentes escolas da RAM;

2 - Verificar se existem diferenças significativas entre os professores do 2º e 3º CEB e ensino secundário, em relação:

2.1 - À escolha da modalidade desportiva/escalão etário e sexo que treinam;

2.2 - Hora e dia de treino escolhidos;

3 - Verificar se, da parte dos professores, existe alguma relação positiva entre as modalidades desportivas de eleição no desporto escolar e a modalidade referenciada na sua experiência fora da escola;

4 - Conhecer o nível de satisfação geral dos professores em relação ao serviço do desporto escolar no ano lectivo 2006/07 e verificar se este varia em função do nível de escolaridade (2º e 3º CEB e ensino secundário);

5 - Enunciar as razões/motivos que geram satisfação/insatisfação dos professores do 2º e 3º CEB e do ensino secundário, em relação ao serviço do desporto escolar;

6 - Conhecer e comparar a opinião dos professores do 2º e 3º CEB e do ensino secundário, em relação à possibilidade de existir uma relação mais próxima do desporto escolar com o desporto federado.

1.4 – Estrutura

O nosso trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos, sendo que o estudo se inicia com a introdução, a justificação e pertinência do estudo, onde se enquadra o âmbito do estudo que se pretende realizar, os objectivos e a estrutura do trabalho. De seguida, apresentamos a organização dos capítulos:

Capítulo I – Assenta na “Revisão da Literatura” e visa a construção de um enquadramento teórico de referência, no qual a pesquisa se insere e onde procuramos o aprofundamento do nosso conhecimento sobre esta temática, nomeadamente sobre o desporto escolar, em termos conceptuais, integrado no marketing como um serviço público, que deve procurar a qualidade através da satisfação dos profissionais de EF.

Capítulo II – É constituído pela “Metodologia”, onde caracterizamos a amostra, procedimentos de aplicação do questionário, enquanto instrumento de pesquisa, procedimentos estatísticos e limitações do estudo.

Capítulo III – “Apresentação dos resultados”: são apresentados os resultados obtidos da análise descritiva e da inferência estatística, de acordo com os objectivos propostos, e que nos permitiu apurar os resultados mais relevantes das variáveis em estudo.

Capítulo IV – “Discussão e conclusões”: partindo do enquadramento teórico e das respostas dos professores, discutem-se, numa primeira parte, os resultados, mediante o levantamento de diferentes hipóteses para a sua explicação. Apresentamos, de seguida, as possíveis conclusões gerais do estudo, a partir das quais procuramos tecer algumas considerações gerais e sugerir algumas recomendações futuras, que possam despertar investigações sobre a problemática do desporto escolar.

Capítulo V – “Referências Bibliográficas”: é apresentada uma listagem organizada de toda a bibliografia consultada durante a concretização desta investigação.

REVISÃO DA LITERATURA

I – REVISÃO DA LITERATURA

1. O desporto escolar

1.1. Conceito

O desporto escolar, de acordo com a opinião de Pina (1997), tem suscitado alguma confusão, fruto de diferentes perspectivas, e até concepções, que caracterizam a sua abordagem conceptual. Contudo, nos últimos anos, o conceito que tem prevalecido é o que tem estado subjacente ao desenvolvimento dos programas de desporto escolar e que se encontra materializado no Art. 5.º “Definição”, Secção II – “Desporto Escolar”, do Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro, como sendo: “o conjunto de práticas lúdico-desportivas e de formação com objecto desportivo, desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de actividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo”, adicionando, ainda, como refere o preâmbulo deste diploma legislativo, que “ (...) o desporto escolar deve basear-se num sistema aberto de modalidades e de práticas desportivas que serão organizadas integrando de modo harmonioso as dimensões próprias desta actividade, designadamente o ensino, o treino, a recreação e a competição”.

Em síntese, poderemos dizer que o desporto escolar é o ensino do desporto, através da realização de competições e dos processos que antecedem a sua preparação (actividades recreativas e treinos, com objecto desportivo).

Carvalho (1987), citado por Pina (1997), procurou demonstrar que o desporto escolar pode ser visto de acordo com quatro perspectivas fundamentais:

- Como complemento da actividade curricular;
- Como prolongamento das aulas de Educação Física, de forma a constituírem uma relação de causa e efeito, em que no último se realiza a “aplicação” do primeiro;
- Como forma de detecção e preparação das elites para o desporto federado;
- Como um processo substantivo de Educação Física, quando esta não encontra os meios de se poder realizar.

De acordo com Mota (2003), é um processo eminentemente educativo e pedagógico, sendo pois uma questão do Sistema Educativo e não do Sistema Desportivo. Uma vez que a escola, sendo o centro do desenvolvimento da prática desportiva educativa, deve assumir o desporto escolar como um elemento fundamental do seu projecto educativo, devendo assegurar uma verdadeira formação desportiva a todos os alunos.

O desporto na escola, entendido como actividade voluntária, de complemento curricular, constitui, pelas enormes potencialidades educativas que possui, um instrumento privilegiado de renovação da vida da escola e, também, uma fonte de melhoria qualitativa e quantitativa da prática desportiva (Pina, 1997).

Segundo Freitas (2000), o desporto escolar não é somente uma actividade recreativa e lúdica. É, acima de tudo, uma matéria séria que, abordada e trabalhada de forma responsável e competente, contribuirá decisivamente para a formação global dos nossos alunos, através das transformações que neles se irão verificar. Mas este só poderá contribuir eficazmente para a formação dos nossos alunos quando se reconhecer finalidades e conteúdos próprios e singulares, no quadro das múltiplas actividades escolares, de natureza corporal, do domínio da saúde, social, ético e moral e o de construção duma cidadania participativa e actuante.

De acordo com a Lei-quadro do desporto da RAM, aprovada pelo decreto legislativo regional nº4/2007/M, de 11 de Janeiro, Cap. IV (actividade desportiva), Secção I, Art. 16º, o desporto escolar é entendido como "... a expressão da actividade desportiva não curricular realizada nos estabelecimentos de ensino da RAM, constituindo um meio de formação integral dos jovens, ao qual devem estar preferencialmente cometidas as fases de iniciação e de formação da carreira de praticantes desportivos, bem como o desenvolvimento de vocações para o desempenho de outras funções desportivas, designadamente as de arbitragem e as do dirigismo desportivo. Salvaguardando que o desporto escolar deve realizar a sua missão através dos núcleos de desporto escolar, do "clube da escola" e de uma efectiva articulação com o desporto federado".

Perante estas perspectivas, subentende-se que o desporto escolar é uma actividade voluntária, de complemento curricular, que permite responder a motivações próprias e imediatas dos alunos, que possui enormes potencialidades educativas, mas, por outro lado, acaba por ser, também, uma forma de melhorar, em termos qualitativos e quantitativos, a prática desportiva orien-

tada na escola. Eis o motivo por que encontramos o desporto escolar associado a uma visão analítica e sectária das práticas desportivas na escola, como sejam: a dicotomia desporto escolar/desporto federado; a EF vs desporto escolar, ou, se quisermos, o sistema educativo em oposição ao sistema desportivo.

1.2. Missão e vocação

A missão do desporto escolar é contribuir para o combate ao insucesso e abandono escolar, promover a inclusão, a aquisição de hábitos de vida saudável e a formação integral dos jovens em idade escolar, através da prática de actividades físicas e desportivas. A missão é realizada através dos núcleos, por ser um meio de articulação com o desenvolvimento de vocações para o desempenho de funções, designadamente as de arbitragem e dirigismo desportivo, conforme definido no Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M, artigo 16.º.

De acordo com Pires (2007,p.187), “a vocação consubstancia a função social que a organização tem por objectivo preencher”, sendo que, quando se fala em educação desportiva, o espaço social genérico é a educação. Conclui ainda que, a vocação de qualquer organismo desportivo (desporto escolar ou desporto federado) é a promoção do desporto, ao qual é atribuída a função comum da formação das crianças e jovens, nos domínios social e cultural.

Ainda segundo este autor, “a vocação de uma estrutura como o desporto escolar, tem a ver com a necessidade de satisfazer as necessidades de prática desportiva dos jovens em idade escolar.”

1.3. Os objectivos preconizados pelo desporto escolar

Sendo o desporto escolar entendido como uma actividade de complemento curricular, ele pertence à escola e ao sistema educativo, pelo que o mesmo deve ser entendido como um instrumento de intervenção pedagógica do sistema educativo, mas, de igual modo, faz parte do sistema desportivo, pelo que é entendido com uma zona de interface com o sistema desportivo. É, portanto, um sector desportivo totalmente integrado no sistema educativo, pelo que deve preconizar objectivos prioritariamente educativos.

Perante a LBSE, Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto, Art. 51º, ponto 5, “o desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas

motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados”.

O desporto escolar surge, então, como um meio de promoção da saúde, pelo que as suas actividades desportivas devem atender ao desenvolvimento da condição física e do bem-estar de forma equilibrada.

De acordo com Freitas (2002, p.2), o desporto escolar encerra, em si mesmo, conteúdos e objectivos próprios tão específicos como: “os da promoção da saúde para um desenvolvimento e crescimento harmonioso equilibrado, através da prevenção de comportamentos desajustados, integração social, respeito pelas regras, pelos outros e por si próprio, de superação, compreensão e aceitação dos outros, em suma para o desenvolvimento de um conceito de cidadania”.

Gonçalves (2002), por seu lado, defende que o desporto escolar deve canalizar os seguintes objectivos:

1 – Proporcionar, a todos, um conjunto de actividades desportivas, de acordo com as suas motivações e interesses, proporcionando, assim, um conjunto de competências motoras capazes de contribuir para uma cultura motora;

2 – Deve preconizar o desenvolvimento precoce de cidadania (noção de direitos e deveres);

3 – Adquirir valores e princípios do Espírito Desportivo e da Tolerância, da aceitação do “outro”, nas práticas desportivas e na vida em sociedade;

4 – Contribuir para a formação de um estilo de vida activo saudável, evitando comportamentos desviantes (por exemplo, o consumo de drogas).

Na consulta ao programa orientador do desporto escolar da RAM (2006/2007), encontramos um conjunto de objectivos que se encontram discriminados, de acordo com o seu carácter geral e específico, que devem presidir ao desporto escolar no 2º e 3º CEB e secundário:

- O projecto do desporto escolar, deve atender ao projecto educativo, ao plano de actividades e, ainda, à disciplina de EF;

- Deverá existir uma participação activa dos alunos no planeamento e gestão das actividades ao nível: do dirigismo, arbitragem e até mesmo na orientação de equipas;

- Promover um clima de boas relações interpessoais e o cumprimento das normas do espírito desportivo por todos os elementos envolvidos no desporto escolar;
- Deverão ser respeitadas as regras de higiene e segurança, promovendo a saúde, o bem-estar e a condição física dos praticantes;
- Deverá ser disponibilizado um conjunto variado de actividades, de acordo com as motivações e interesses dos alunos;
- O projecto deverá abranger a maioria dos alunos da escola, principalmente os escalões etários mais baixos;
- Deverá ser assimilado pelos alunos, ao longo do seu processo de formação, os benefícios de uma prática desportiva sistémica.

De acordo com a Lei de Bases da actividade física e desporto (Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro), o desporto escolar visa especificamente: a promoção da saúde, a condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras, onde o entendimento do desporto é visto como um factor de cultura.

A este respeito, Soares (1997, p.48), apresenta alguns princípios e objectivos gerais, pelos quais o desporto escolar se deve reger:

- Deve ser um “factor de sedimentação de hábitos motores, de higiene e da condição física dos mais jovens”;
- Deve servir como um meio educativo para adquirir conhecimentos, respeitantes à forma como reage o organismo e quais os seus benefícios, em termos de saúde, com a prática desportiva, já que estes benefícios também estão associados a uma educação para estilos de vida mais saudáveis, ou seja, uma formação cívica e intelectual dos educandos, não ficando só pelas questões de ordem motora e desportiva;
- Deve ser visto como um meio de formação pessoal e social dos mais jovens, que fomenta os valores de solidariedade, cooperação e de convívio com os outros, respeitando as regras sociais e, em simultâneo, os valores subjacentes ao espírito desportivo;
- Deve ser visto como um factor de satisfação das necessidades dos jovens e dos seus interesses, salvaguardando as suas motivações, já que é tido como uma oportunidade essencial de auto-gestão e de organização autónoma, fomentando-se as funções de árbitro, dirigente ou mesmo treinador.

Em síntese, podemos aferir que os princípios do desporto escolar são: contribuir para a formação integral dos jovens, através de situações de convívio, camaradagem, de colaboração e cooperação, de competição, de organização e trabalho colectivo que nelas se vivem, retirando os inegáveis benefícios de ordem física, pedagógica e educativa, onde também se procura a construção de uma cidadania participativa e actuante que respeite a individualidade e a diferença, visto que as suas principais finalidades são o acesso à educação e ao bem-estar físico, através da prática desportiva orientada, visando: a promoção da saúde e condição física; a aquisição de hábitos e condutas motoras; o entendimento do desporto como factor de cultura; a estimulação de sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade e, ainda, a gestão de actividades por estudantes praticantes, sob a orientação de profissionais qualificados.

1.4. A importância dos valores do desporto escolar transmitidos no contexto educativo

As rápidas mutações sociais exigem-nos que realcemos o potencial formativo do desporto, naquilo em que ele mais pode contribuir para o desenvolvimento e afirmação de valores estruturantes do indivíduo, já que o desporto é um instrumento de promoção e enraizamento de valores éticos e culturais. De acordo com Cagigal (1985), desporto é “aquela competição organizada que vai desde o grande espectáculo até à competição de nível modesto, considerando ainda cada um dos tipos de actividade física realizada com o desejo de comparar-se, de superar-se a outros e a si mesmo, ou considerada, em geral, com aspectos de expressão, lúdicos, gratificantes, apesar do esforço”.

Segundo Cagigal, o desporto assenta em dois vectores fundamentais: o lúdico e o agonístico, pelo que estamos em condições de afirmar que o desporto concita, em si próprio, um conjunto de factores, tais como: a superação, apelando ao desenvolvimento das competências do praticante, o prazer, através do jogo (parte lúdica), e a actividade física no desenvolvimento de estilos de vida saudáveis. O jogo, através do seu papel educativo, acaba por ser preponderante na preparação para a vida, já que a criança/jovem aprende a viver jogando, sendo que outro dos aspectos preponderantes do jogo/competição é que este acaba por ser um espaço de interacção e factor de cultura de valores, onde se destaca: o respeito pelos outros e pelas próprias regras, o espírito de colaboração, a disciplina e o “fair-play”.

Então, podemos afirmar que os valores transmitidos através do desporto, na escola, contribuem para o desenvolvimento de valores de cidadania, através do fortalecimento do espírito de equipa e da atitude colectiva, contribuindo, desta forma, não só para uma saúde melhor, mas

também para o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens na aprendizagem de competências sociais. Para além destes aspectos já referidos, o desporto escolar inculca nos jovens, através do jogo, valores essenciais, tais como: o respeito pelo adversário, pelas regras e decisões do árbitro. Ensina, ainda, que a vitória dura pouco, é efémera, pelo que é necessário treinar regularmente, para se ter êxito, e que se consegue ultrapassar o fracasso, para além dos benefícios da actividade física. Tratando-se do sector escolar, contexto educativo, podemos sublinhar que a acção pedagógica deverá passar muito por esta filosofia de acção.

Bento (2004, p.78) alerta para uma crise das atitudes face aos valores que se está a viver actualmente, pelo que a “educação institucional hoje vê-se obrigada a reforçar o seu papel no capítulo dos princípios e valores, de rotinas e hábitos que era suposto terem sido transmitidos e assimilados na família”. Defende, como antídoto a esta situação, “os valores do jogo, adquiridos e cultivados no palco desportivo”, pelo facto de não se cingirem ao ensino e aprendizagem no meio desportivo, em termos latos, mas se confinarem a um quadro mais abrangente, de forma que vigorem pela vida fora.

O próprio relatório do Parlamento Europeu, sobre o papel do desporto na educação (2007), vem, precisamente, enaltecer, no ponto 1, “o interesse legítimo da União Europeia pelo desporto, em particular pelos seus aspectos sociais e culturais, bem como pelos valores sociais e educativos que veicula, como a autodisciplina, a superação das limitações pessoais, a solidariedade, a sã competição, o respeito do adversário, a integração social e o combate a quaisquer formas de discriminação, o espírito de equipa, a tolerância e o fair play”.

Num estudo conduzido no Reino Unido, sobre os benefícios educacionais da EF e do desporto na escola (PESS), por Bailey, R. et al (2008), permitiu registar que a EF e o desporto na escola contribui para o desenvolvimento dos jovens em quatro domínios: físico, social, afectivo e cognitivo. No domínio físico, vem reforçar o seu papel na aquisição e desenvolvimento das habilidades motoras, potenciando as suas competências, argumentando que são necessárias e que prolongam os hábitos de actividade física ao longo da vida. No domínio social, realça os benefícios sociais, como a liderança e a participação dos jovens na tomada de decisão, o potenciar das relações sociais, cooperação e processos de aprendizagem. No afectivo, o envolvimento na actividade física é positivo, desenvolvendo os jovens em termos psicológicos e emocionais. Já ao nível cognitivo, existem indícios que sugerem que a actividade física pode melhorar a concentração, beneficiando, indirectamente, o desempenho académico, frisando que os benefícios educacionais estão altamente dependentes do contexto e das variáveis pedagógicas.

Ainda em relação aos valores do desporto escolar Garcia (2005, p.4) realça que os mesmos deverão fundamentar-se na consecução do papel do desporto escolar, que no seu entender é auto-determinado, na medida em que deve de ir ao encontro do poder criativo das crianças e jovens. Defendendo ainda que, o “desporto escolar deverá ser uma prática essencialmente competitiva, possibilitando a todos os jovens a vivência de uma prática cultural que repousa numa sólida ética, buscando a transcendência humana por meio de práticas físicas”. Em relação aos valores do desporto escolar, refere que muitas vezes é confundido com as atitudes, regras ou fair-play, na medida em que a importância que o mesmo tem no contexto educativo, é a possibilidade de através do jogo poderem ser transmitidas mais valias, atitudes e valores, que perdurem pela vida fora uma vez que aumenta a sua responsabilidade, diminui a violência, acaba por aumentar o fair Play (saber ganhar e saber perder), aumenta o espírito de grupo; cooperação, disciplina e respeito, proporciona uma maior responsabilidade social e ainda aumenta a autonomia.

O estudo desenvolvido em Inglaterra por Griggs & Wheeler (2007), vem precisamente realçar a contribuição que a educação física (PE) e o desporto escolar podem dar ao desenvolvimento da criança em termos sociais. Aspectos, tais como: tornar-se fisicamente apto e saudável, a autonomia e responsabilidade, a realização pessoal, o espírito de grupo e as mais valias para a comunidade em geral, verificando efectivamente que os ganhos são em termos de saúde “ser saudável” e “contribuir positivamente para a integração na sociedade”. Como refere (Bailey, 2005, p. 77), citado por Griggs & Wheeler (2007, p.277), “ (...) a sua actividade social, através da participação desportiva é uma oportunidade de fazer amizades, desenvolver a autonomia e reduzir o isolamento social, que acaba por desenvolver o seu capital social”. Permiteu ainda ver a investigação que a participação regular em actividades desportivas, reforça em termos sociais o desenvolvimento de habilidades sociais e de raciocínio o mesmo tempo que enfraquece alguns factores de risco (desorganização da comunidade, alienação, a falta de compromisso social).

2. O desporto e o desporto escolar

2.1. Constituição da República Portuguesa

O desporto é entendido como um direito à prática desportiva, pois está consagrado na Constituição Portuguesa (Art. 79º) que: “todos têm direito à cultura física e ao desporto”, realçando, ainda, no número 2 do mesmo artigo, o papel que desempenha o Estado em matéria de fomento e desenvolvimento desportivo, que: “Incumbe ao Estado, em colaboração com as esco-

las e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

De acordo com a Constituição Portuguesa, subentende-se que o desporto é um serviço público, pelo que o desporto é entendido como um bem disponível ao maior número possível de pessoas, em especial à população escolar, já que o mesmo é entendido como cultural e pedagógico, devendo atingir a escolaridade obrigatória. Atribui o exercício dessa garantia através de um modo de partilha do estado em colaboração com outras entidades, como: escolas, associações e colectividades desportivas, conforme podemos constatar no seu Art. 73, do capítulo III (Direitos e deveres culturais), nos pontos 1 e 2: “todos têm direito à educação e à cultura” e “O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.”

2.2. Lei de Bases do Sistema Educativo

Sendo esta uma lei que estabelece o quadro geral do sistema educativo, onde se concretiza o direito à educação, ela acaba por ser um marco importante para o desporto escolar, já que passa definitivamente, para o sistema educativo, na medida em que lhe é atribuído um artigo específico, o Art. 51º - Ocupação dos tempos livres e desporto escolar, onde é tido como formação integral e formativa dos seus tempos livres, conforme o descrito no ponto 1: “As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa”.

No ponto 3, do mesmo artigo, é realçado o papel da escola no quadro organizacional do desporto escolar, onde se pode ler: “as actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.” Na medida em que compete ao estado criar condições para que todas as crianças e jovens tenham acesso ao desporto, entendido como instrumento pedagógico insubstituível na sua formação.

Segundo Freitas (2002, p.2), “é a escola, o espaço e o tempo para a formação das crianças e jovens, na via da construção de uma cidadania responsável, participativa e democrática, para as

quais o desporto escolar é um instrumento privilegiado.”. O mesmo autor justifica que é a própria dimensão educativa/formativa que fornece ao desporto escolar o estatuto de sub-sistema do sistema educativo, pelo que não pode, nem deve, ser confundido com o desporto na sua forma genérica.

Carvalho (1987, p. 46) defende que cabe à escola garantir a “alfabetização” desportiva, exactamente do mesmo modo como garante a alfabetização da grande massa das crianças.”

2.3. Lei de bases da actividade física e do desporto

De acordo com o Art. 28.º da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Lei n.º5/2007, de 16 de Janeiro, que define as bases das políticas de desenvolvimento da Actividade Física e do Desporto da actualidade, no seu ponto 1, estabelece que:

“1. A educação física e o desporto escolar devem ser promovidos no âmbito curricular e de complemento curricular, em todos os níveis e graus de educação e ensino, como componentes essenciais da formação integral dos alunos, visando especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura”.

Constatando, efectivamente, que o desporto escolar preconiza a promoção da saúde, a condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, onde é entendido como uma componente essencial na formação integral dos alunos.

2.4. Regime jurídico da educação física e do desporto escolar

Este regime vem clarificar o posicionamento do desporto escolar em relação ao sistema educativo e o sistema desportivo, ao explicitar que “o desporto escolar é um subsistema totalmente integrado no sistema educativo, devendo, contudo, ser também um sector autónomo do sistema desportivo, onde poderá estabelecer ligações com os outros subsistemas, numa situação de igualdade institucional, nomeadamente no quadro das relações com os clubes e as federações desportivas, salvaguardando sempre o primado da educação, das suas estruturas próprias e da sua unidade de direcção.”

No fundo, vem realçar a necessidade do desporto escolar se articular, e rentabilizar recursos materiais e humanos, com o sistema desportivo, visto ser considerada como uma zona de

interface entre a escola e o desporto federado, conforme defende Pires (1984), citado por Soares (1996).

2.5. Caracterização do desporto escolar na Região Autónoma da Madeira

A Região usufrui de um Estatuto Político Administrativo, Lei nº 130/99, de 21 de Agosto, que lhe permite legislar sobre matérias de interesse público, desde que respeite a Constituição e as Leis Gerais da República, conforme o seu Art. 37º. Podemos aferir, através do seu Art. 40º, quais são as matérias de interesse específico para a nossa Região, alíneas o) e s), que são, sem dúvida, a educação e o desporto: “o) educação pré-escolar, ensino básico, secundário, superior e especial; s) Desporto.”

É evidente, aliás, no programa de Governo para (2007-2011), Cap. XXVIII – Desporto, ao criar o mais recente Decreto Legislativo Regional, 4/2007/M, de 11 de Janeiro, que determina uma nova estratégia de intervenção pública no fenómeno desportivo, enquanto potenciador da promoção da Região e elemento essencial da educação integral e do bem-estar da população. Ao defender, para os próximos quatro anos, “o fomento e dinamização do desporto para todos, numa lógica de ocupação dos tempos livres das populações e da promoção do seu bem-estar e saúde, devendo ser valorizados os projectos de longa duração, de mobilização regular dos cidadãos para a prática desportiva, de apetrechamento de espaços e instalações afectas ao sector, e de promoção de emprego qualificado nesta área.”

Quanto ao desporto escolar, defendem “um modelo virado para a iniciação e formação dos praticantes desportivos, susceptível de chamar à prática desportiva regular a generalidade dos indivíduos em idade escolar.”

Por conseguinte, o Governo Regional tem a competência de aprovar a orgânica dos respectivos departamentos e serviços para o desenvolvimento das bases definidas pela Assembleia Legislativa Regional, elaborando: decretos regulamentares regionais, portarias e regulamentos gerais necessários para a execução dos Decretos Legislativos Regionais, que permitam o bom funcionamento da administração da Região, como veremos na caracterização a que iremos proceder já de seguida.

O desporto escolar na RAM está sob a tutela da Secretaria Regional de Educação (SRE), de acordo com o Decreto Regulamentar Regional nº 5/2005/M, de 8 de Março, pelo que sendo um departamento do Governo Regional da Madeira, esta secretaria tem, como principal missão,

“o estudo e a execução da política educativa do desporto, da formação profissional, da sociedade de informação, das novas tecnologias e das comunicações da RAM”, conforme o Art. 2º, do Cap. I deste Decreto Regulamentar Regional. Neste Decreto Regulamentar, no seu Art. 3º, pode ler-se que a SRE é superiormente dirigida pelo Secretário Regional de Educação, destacando-se as seguintes competências, definidas nas alíneas b) e d), entre outras competências:

b) “Orientar e superintender em todas as actividades a desenvolver nas áreas da educação, do ensino e da acção social escolar, da educação física e do desporto, da formação profissional, da sociedade de informação e das novas tecnologias e comunicações.”;

d) “Garantir o direito à educação, ao desporto, à formação profissional ao acesso às novas tecnologias de desenvolvimento do sistema educativo.”

Por outro lado, o Decreto Legislativo Regional nº4/2007/M vem salvaguardar que compete ao Governo Regional definir a política desportiva da Região, onde, no Capítulo VI – “Organização do Desporto” – é definida, na administração pública desportiva, (Art. 40º), a integração de um instituto público, designado de IDRAM, (Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira), o qual está sujeito à tutela e superintendência do membro do governo responsável pela área do desporto (SER). O Decreto Legislativo Regional nº 19/93, de 17 de Setembro, I Série – A, nº 219, p. 5066, cria o IDRAM e vem, precisamente, consagrar a autonomia político-administrativa, também em termos desportivos. Partindo do pressuposto que o desporto escolar é da responsabilidade organizacional da SRE, o IDRAM, por seu lado, também evidencia competências de apoio a diversos níveis e em todos os sectores (Art. 2º), promovendo condições técnicas, logísticas, financeiras e materiais, sendo que no Art. 11º, alínea d), se define as competências específicas do departamento de apoio técnico desportivo: “apoiar o desenvolvimento da actividade desportiva competitiva no âmbito do desporto escolar, em colaboração com as estruturas próprias existentes”.

Já no Cap. II, Art. 4º, do Decreto Regulamentar Regional nº 5/2005/M, de 8 de Março, podemos verificar que da estrutura da SRE faz parte a Direcção Regional de Educação (DRE) (alínea b).

Ao analisarmos o Decreto Regulamentar Regional nº 22/2005/M, de 22 de Abril, verificamos que este aprova a orgânica da DRE, através do Art. 2º, do Cap. I (Atribuições e Competências), ponto 2. Compete à DRE, conforme a alínea m), o “supervisionar e orientar o trabalho desenvolvido pelos coordenadores regionais e concelhios da área de expressão e educação física

motora no 1º ciclo do ensino básico e do desporto escolar”. Podemos, então, deduzir que cabe à DRE, a responsabilidade de orientar e supervisionar o trabalho desenvolvido pelo GCDE.

No Cap. II (Órgãos e Serviços), Art.3º, refere-se que a DRE compreende o serviço do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE), o qual se constitui como uma unidade social, que visa atingir determinados objectivos e que, por isso, presta um serviço público, através do desenvolvimento do seu programa e projectos pelas escolas. Na Secção VI – Atribuições e Estruturas, Art. 17º, podem ler-se as competências que lhe são atribuídas:

- a) “Coordenar a área de expressão e educação físico-motora e do desporto escolar em todos os níveis de ensino;
- b) Planear, orientar e avaliar os programas, projectos e actividades do desporto escolar desenvolvidos no âmbito da DRE;
- c) Promover e apoiar, em colaboração com a Direcção de Serviços de Formação e Inovação Pedagógica (DSFIP), acções de formação destinadas a professores e alunos nas áreas dos programas, organização, gestão e treino das actividades curriculares e do desporto escolar;
- d) Promover e organizar o quadro competitivo do desporto escolar nos ensinos Básico e Secundário;
- e) Assegurar a organização de competições e outras actividades desportivas escolares, tendo em vista a participação dos alunos da RAM a nível nacional e internacional.”

Este Gabinete é dirigido por um director, designado pelo Secretário Regional de Educação, ao qual, de acordo com Soares (1996), são atribuídas, entre outras, algumas competências relevantes, que passamos a destacar:

- a) Criar condições para a institucionalização do Desporto Escolar;
- c) Promover e coordenar o intercâmbio desportivo escolar;
- d) Fomentar, regulamentar e coordenar os quadros competitivos escolares, tendo em vista a maior participação possível da juventude;
- e) Proceder à recolha de todos os elementos que possibilitem o planeamento das actividades do Desporto Escolar na Região;
- g) Propor a nomeação dos Coordenadores Regionais e Concelhios;
- h) Programar o intercâmbio do Desporto Escolar a nível nacional.

De acordo com o Decreto Regulamentar Regional nº 22/2005/M, o Director é coadjuvado por um director-adjunto, conforme estipulado no ponto 2, Art. 17º, que têm como funções:

- “a) Substituir o director nas suas ausências e impedimentos;
- b) Coordenar ao nível do GCDE as áreas administrativa, financeira e de pessoal;
- c) Coordenar os eventos ao nível do 1º, 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, bem como as modalidades desportivas, a comunicação social e marketing do GCDE.”

Já no ponto 4, do mesmo artigo, é possível verificar que na sua dependência funcionam: o Centro de Formação, Inovação e Projectos (CFIP) e a Secção de Apoio Administrativo (SAA). Ao CFIP cabem as seguintes competências, definidas no Art.18º, da Subsecção 1:

- a) “Coordenar a área de formação, investigação e projectos do GCDE;
- b) Efectuar estudos de investigação em áreas relacionadas directamente com as competências e intervenção do GCDE no sistema educativo;
- c) Realizar acções de formação de professores e alunos para todos os níveis de ensino;
- d) Apresentar projectos relacionados com o desenvolvimento das áreas de competência e intervenção do GCDE.”

Face a todas estas competências, entendemos que o GCDE é responsável pelo, planeamento, dinamização, avaliação e controle do desporto escolar, nos ensinos básico e secundário da RAM.

De forma a sintetizarmos esta caracterização do desporto escolar na RAM, apresentamos, de seguida, a estrutura organizativa, organigrama, com as respectivas interligações inerentes, visível através da Figura 1, no sentido de melhor compreendermos o seu funcionamento. Quanto à comunicação estabelecida entre o GCDE e a escola, realçar que esta se processa por intermédio do Coordenador do Desporto escolar de cada instituição, tendo, antes, de passar pelas Direcções Executivas do 2º e 3º CEB e secundário.

No que diz respeito ao acompanhamento, avaliação e controlo das actividades do desporto escolar, estas são da inteira responsabilidade dos Órgãos de Direcção e Gestão dos Estabelecimentos de Educação e Ensino, contudo coadjuvados pelo coordenador do desporto escolar, Direcção Regional de Educação e GCDE.

Quanto aos professores envolvidos no projecto do desporto escolar, está estipulado que os mesmos deverão fazer um relatório semestral e outro anual das actividades desenvolvidas, porquanto, no início de cada ano lectivo, é atribuído pela DRE e GCDE um “x” número de horas a cada escola para desenvolver o seu projecto, tendo por base o projecto e o trabalho desenvolvido no ano lectivo anterior. Contudo, após análise e aprovação pela DRE, ouvido o GCDE, tais créditos podem ser alterados. Se quisermos, este relatório é visto como uma ferramenta de avaliação

ao trabalho desenvolvido, uma vez que acabam por fazer um balanço às actividades desenvolvidas, quer internas, quer externas, em que participaram com os grupos/equipas.

Quanto à organização e níveis de desenvolvimento do desporto escolar, o cerne do seu desenvolvimento são as actividades/modalidades desportivas, podendo cada uma delas ter uma dinâmica específica mediante: o grupo alvo, os objectivos que se pretendem atingir, os meios existentes e os condicionalismos organizativos. A organização das práticas desportivas, deve atender às tradições e aos hábitos organizacionais de cada escola.

Assim sendo, o desporto escolar desenvolve-se em dois níveis de participação: actividade interna e actividade externa. A responsabilidade de organização das práticas desportivas, interna e externa, é da competência do CDE, professores orientadores de grupo/equipa, professores CAI e alunos que voluntariamente integram o desporto escolar, em interacção pedagógica com o grupo de EF e em articulação com o GCDE.

As actividades internas desenvolvem-se através de um quadro de actividades regulares e sistemáticas, processadas de acordo com o horário semanal e especificadas num plano e programa anual de trabalho, que deverá ser integrado no Plano de Actividades da Escola.

Essas práticas podem assumir diferentes tipos de organização, em função das suas características, tais como: núcleos, campeonatos inter-turmas, dias ou semanas de modalidade, actividades de aventura e exploração da natureza, colóquios, formação de árbitros, monitores, etc.

Para além destas, poderão ainda ser efectuados intercâmbios desportivos com outras escolas, a nível local / concelhio ou de proximidade geográfica. No caso de as equipas não serem apuradas para as fases finais das competições regulares, estas deverão reforçar esta forma de organização, fundamentalmente entre as escolas, estando o GCDE disponível para apoiá-las.

Ao nível da actividade externa, a planificação, coordenação e organização destas actividades (quadros competitivos, convívios, acções de formação, etc.) é da inteira responsabilidade do GCDE, podendo esta organização, nalguns casos, ser feita em articulação com instituições do sistema desportivo ou com organizações privadas.

Já em termos operacionais, a organização das referidas actividades é da competência dos estabelecimentos de ensino, das equipas/grupos participantes e daqueles onde se realiza a actividade, sob supervisão do GCDE.

As actividades externas, por sua vez, dividem-se em: regulares e pontuais. Nas regulares encontram-se os campeonatos escolares em Andebol, Basquetebol, Futsal, Voleibol, T. Mesa (competição por equipas), estágios e competições em Ginástica, Atletismo, Judo, Natação, Badminton e Canoagem; Concentrações de infantis (Andebol, Basquetebol e Voleibol); Concentrações de Juniores (Andebol, Basquetebol, Futsal e Voleibol); Concentrações de T. Mesa (competição individual em Infantis, Iniciados e Juvenis).

Quanto aos escalões participantes, nos Campeonatos Escolares temos: os Infantis (em Basquetebol, Futsal e Ténis de Mesa), Iniciados e Juvenis. Sendo que, no escalão de Juvenis, poderão as equipas vencedoras participar nas respectivas fases finais dos Campeonatos Nacionais Escolares, de acordo com o Artigo 42.º, alíneas a), b) e c), do Regulamento Geral de Provas.

As actividades pontuais são a Festa do Desporto Escolar; Esgrima, Patinagem, Orientação, BTT, Voleibol ao Ar Livre, Descobrir a Madeira, etc.

Os grupos/equipas são as unidades operacionais das actividades do desporto escolar, pelo que só através da constituição das modalidades/actividades desportivas, em ambos os sexos, poderemos disponibilizar a prática a toda a comunidade educativa. Pode abranger mais do que um escalão etário, sendo, no entanto, recomendado um escalão ou, então, escalões mais próximos para desenvolver a orientação do grupo/equipa e do mesmo sexo, em que o número de alunos por grupo/equipa terá de ser, no mínimo, de 15 alunos (modalidades colectivas) ou 10 alunos (modalidades individuais). No caso de possuírem um número inferior, a situação terá de ser analisada pelos órgãos de direcção e gestão da escola, com posterior conhecimento ao GCDE, que tomará a decisão final.

Em relação à gestão técnica e pedagógica dos grupos/equipas, fica a cargo dos professores de EF, sendo que, no caso de ser proposto um professor que não seja de EF, esta situação deverá ser submetida à consideração dos órgãos de direcção e gestão. Contudo, uma das condições é que terá de possuir formação técnica reconhecida e apresentar currículo desportivo, para, posteriormente, ser dado parecer da parte do GCDE.

O organigrama que se segue, dá forma ao que atrás foi descrito e sintetiza os órgãos responsáveis pelo sistema educativo e desportivo na região, bem como as suas relações:

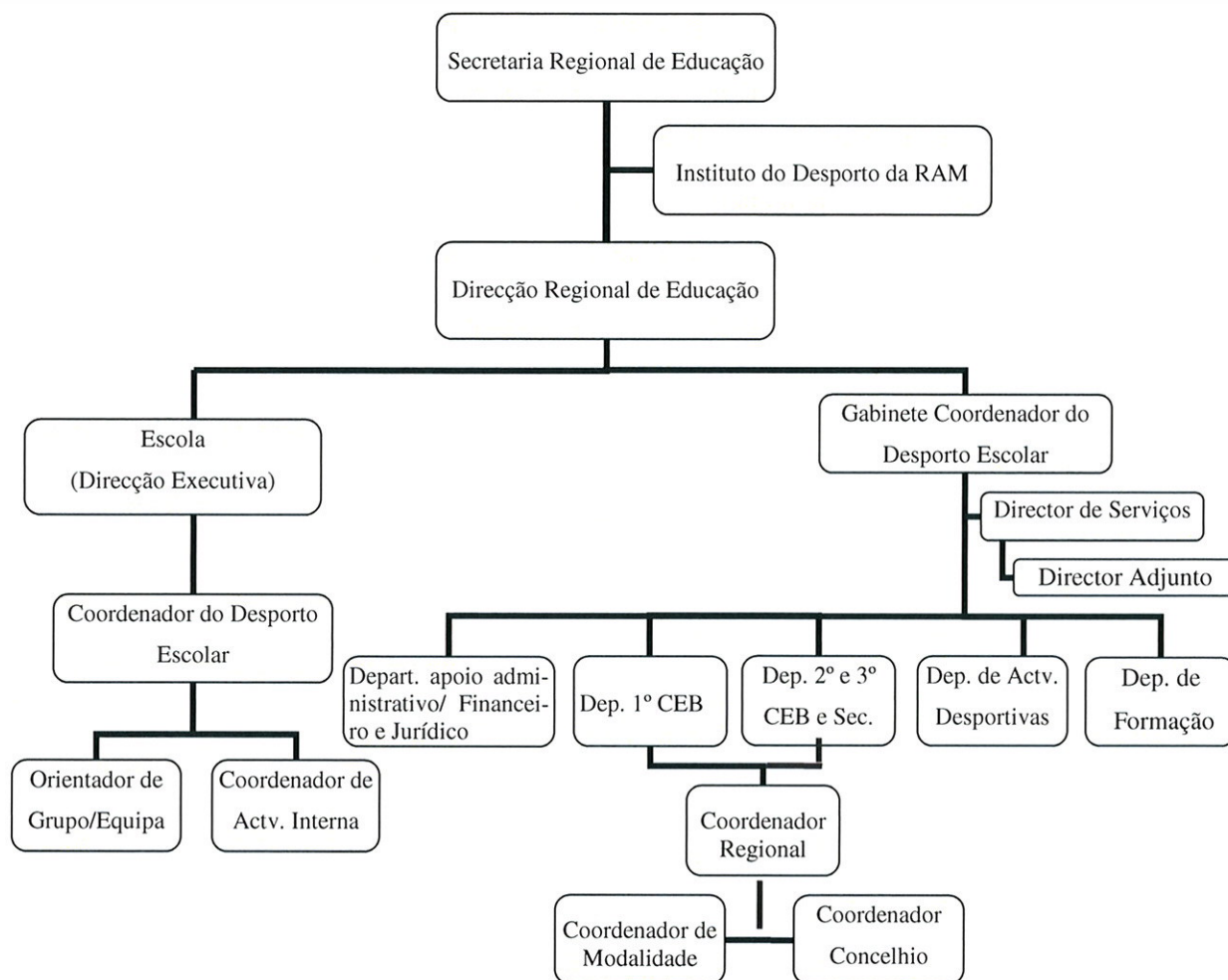


Figura 1 – Organograma do desporto escolar na RAM

Antes de concluir a caracterização do desporto escolar na região, não poderíamos deixar de referir a mais recente alteração na política desportiva regional e que surgiu após a “Convenção do Desporto Madeirense”, em que participou uma grande parte do movimento associativo regional, uma vez que o desporto escolar é um dos principais alvos.

Esta alteração política regional aconteceu a 26 de Julho de 2007 e está sintetizada na resolução n.º.818/2007 do Governo Regional, que altera por completo o modelo definido para o desporto escolar em vigor até então e que partiu do pressuposto preconizado na Lei-quadro do desporto da RAM, aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.º.4/2007, de 11 de Janeiro, onde o desporto escolar constitui-se como o principal responsável pela formação integral dos jovens, assumindo um papel determinante nas fases de iniciação e formação desportiva susceptível de chamar à prática desportiva regular a generalidade dos indivíduos em idade escolar. Assim sendo a referida resolução, veio determinar as seguintes alterações:

- deverão ser reduzidos os custos com os transportes para a realização de actividades, através da criação de zonas geográficas mais amplas dentro do princípio base: “dois concelhos = uma zona”;

- as actividades internas passarão a desenvolver-se às quartas-feiras em turno contrário, e as actividades externas também às quartas-feiras, a partir das 15 horas;

- a compensação dos professores que exercem funções no desporto escolar, (Coordenadores do desporto escolar e de actividade interna, orientadores de grupo/equipa, professores afectos ao GCDE, etc...), aquando da sua envolvência em actividades que se realizem em dias de descanso semanal ou complementar será efectuada através de formas de compensação previstas na lei como por exemplo : flexibilização do dia de descanso semanal ou complementar, ao invés do pagamento de horas extraordinárias;

- a criação e o funcionamento do “Clube da Escola”, nas escolas EB2,3 e secundárias, poderá vir a beneficiar de todos os direitos, deveres e apoios hoje proporcionados aos clubes do movimento associativo-desportivo, ficando a Direcção Regional de Educação, em colaboração com o Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira (IDRAM), responsáveis por elaborar, no decurso da época desportiva 2007/2008, um modelo de enquadramento jurídico e estatutário, que lhe permitirá usufruir de todos os direitos concedidos aos clubes do movimento associativo, exclusivamente nas actividades da competição desportiva regional, necessitando para tal, de obedecer a uma serie de requisitos anunciados na resolução, como por exemplo: só admitir praticantes da própria escola e participar na competição regional federada do respectivo escalão;

- participação em actividades competitivas nacionais do desporto escolar será restrita aos escalões de juvenis ou superior;

- será encetada uma “experiência-piloto”, sob a orientação do Departamento de Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira, a testar num reduzido número de escolas do EB2,3, a preparar durante o ano lectivo de 2007/2008 e a decorrer, a partir do ano lectivo de 2008/2009, “a título experimental” tendo em vista a substituição da disciplina curricular de educação física por uma outra designada de “Educação Desportiva”.

- eliminação das restrições de participação de atletas federados no desporto escolar e na sua modalidade, será a partir de 2009/2010 e seguintes.

Quanto a estas ilações estamos em crer que apesar de existirem algumas medidas que poderão levantar algumas dúvidas em relação ao modelo vigente, outras acabam por ser uma oportunidade para o desporto escolar.

Oportunidade já que possuindo a escola, a matéria prima (alunos, professores e instalações), com a criação dos “clubes escola” julgamos nós que estarão em vantagem relativamente aos clubes associativos, na medida em que acabam por não perder tempo em transportes para se deslocarem para os treinos por exemplo, isto em relação aos alunos. Quanto aos professores, esta poderá ser uma excelente oportunidade para os mesmos que gostam da escola, “assumirem um papel mais especializado na orientação e gestão das práticas desportivas”, de acordo com Soares (2002,p.11), baseado na experiência desenvolvida e reflectida no âmbito da coordenação do Clube Desportivo Bartolomeu Perestrelo, que utiliza o desporto como um meio de educação e formação desportiva, com resultados muito interessantes nos planos educativo-desportivo, psicológico e social.

2.6. Desporto escolar / desporto federado – conflitualidade ou coexistência?

Esta é uma problemática que é, normalmente, abordada de uma forma antagónica e bipolarizada, se quisermos, já que a relação entre o desporto escolar e o desporto federado é tão antiga, em que, por um lado, temos a conflitualidade e, por outro, temos o apelo à coexistência entre os dois sistemas. Tentaremos analisar estes dois sistemas, partindo de perspectivas de alguns autores que têm contribuído para uma melhor compreensão, procurando, desta forma, analisar as diferenças e as semelhanças entre o desporto escolar e o federado.

Segundo Pires (1996, p. 284), o “desporto está segmentado em vários sectores, cada um deles a dar resposta a populações específicas, de acordo com objectivos próprios e metodologias ajustadas”.

Segundo Sobral (2002), quer a EF e o desporto escolar, por um lado, e o desporto federado, por outro, mantiveram sempre um conflito, com raízes profundas na filosofia de educação nos Países do Sul da Europa, e que, no fundo, determinaram uma cultura e um conjunto de valores em que a escola, tradicionalmente, olha com pouca simpatia e alguma reserva para o que se passa para além dela.

O desporto escolar distingue-se do desporto federado, na medida em que transporta em si mesmo um conjunto de valores de carácter educativo e formativo, na medida em que o seu verdadeiro papel educativo e formativo deve estar conforme com o importante princípio pedagógico e social da igualdade de oportunidades, em contraponto com os da selectividade, da segregação, da vitória a qualquer preço, normalmente veiculados pelo modelo desportivo dominante., inde-

pendentemente das suas capacidades. Acrescenta Soares (1997, p. 51) que o mais importante não é a obsessão da vitória/resultado, mas sim a satisfação de jogar, sob pena de perderem a perspectiva educativa das actividades do desporto escolar, como sejam: o “fair play”, o “espírito desportivo”, o “saber estar” e o “saber perder e ganhar”.

Sobral (1991), citado por Pina (1997, p. 46), defende, quando se refere aos objectivos do desporto escolar numa óptica de articulação com o desporto federado, que “há diferenças essenciais, sistémicas, entre o desporto escolar e o desporto federado dirigido para o alto rendimento que não podem ser iludidas”. Apesar destas diferenças, é possível e desejável uma articulação e complementaridade entre desporto escolar e desporto federado, como poderemos confirmar através do quadro que se segue e que evidência as diferenças entre o desporto escolar e o federado, de acordo com a análise de Telama (1988), citado por Sobral (199, p. 12). Em Portugal, ao contrário da Finlândia, a participação no desporto escolar é considerada voluntária.

Itens em análise	Desporto Escolar	Desporto federado
Finalidades, objectivos	Educativos Congruentes Diversos	Competitivos Educativos Incongruentes Específicos
Conteúdo Material	Múltiplo	Singular
Nível Educacional da instrução	Elevado	Baixo
Interacção	Formal (?)	Informal (?)
Dimensão do grupo	Grande	Pequena
Tempo	Pouco	Muito
Participação	Obrigatória	Voluntária
Prioridades	Participação	Rendimento

Quadro 1 – Diferenças entre o desporto escolar e o desporto federado. Telama (1988)

Já de acordo com a perspectiva de Pina (1997, p. 47), quer o desporto escolar quer o desporto federado, pelo facto de utilizarem a mesma matéria-prima, as crianças e os jovens, “têm que viver em simbiose de perspectivas e alargar a sua cooperação no sentido dos objectivos comuns, a fim de que o jovem possa receber uma imagem francamente positiva da sua ligação ao desporto”.

Opinião que partilho na íntegra, na medida em que o que está em causa é o reunir de sinergias na procura do desenvolvimento destes dois sectores desportivos, até porque existem

alguns jovens que têm aspirações a uma carreira desportiva, onde vêem a transição da escola para o clube uma promoção que é gratificante.

Inclusive, Bento (1995, p.102) vem salientar que “uma questão que parece adquirir cada vez mais importância no presente e no futuro próximo, é a da cooperação e da coordenação de esforços entre escolas e clubes, visando oferecer a todas as crianças práticas desportivas num envolvimento educativo favorável à satisfação das suas necessidades e interesses. Pelo que está em causa uma renovação de mentalidades e conceitos.”

Em termos regionais, e de acordo com o definido no Programa de Governo da RAM (2007-2011, p. 118), no Cap. XXVII, “Desporto”, verificamos que uma das políticas desportivas a ser implementada, entre outras, é precisamente a de: “pretender relativamente ao desporto escolar um modelo virado para a iniciação e formação dos praticantes desportivos, susceptível de chamar à prática desportiva regular a generalidade dos indivíduos em idade escolar”, clarificando desta forma os papéis do desporto escolar e do desporto federado, que posteriormente aparece detalhada na resolução nº 818/07, de 26 de Julho de 2007, onde são apresentadas as alterações à política desportiva da RAM para os próximos anos, realçando a cooperação e a coexistência que deve existir entre o desporto escolar e o desporto federado, garantindo assim, a meu ver, um modelo de organização consubstanciado nos interesses e necessidades da população mais jovem, ao integrar o sector escolar e o federado. Prevê, portanto, o acumular de sinergias, em termos de recursos materiais e humanos, uma vez que é na escola que estão as instalações desportivas usadas pelos dois sectores e onde estão também os professores qualificados, que muitas vezes acumulam funções de professor/treinador, e, por outro lado, garante uma continuidade de desenvolvimento desportivo, onde os alunos, muitas vezes, são comuns num e noutro sector, garantindo assim o desenvolvimento desportivo sustentado.

Por outro lado esta resolução do Governo Regional da Madeira, acaba por clarificar a Lei de Bases do Sistema Desportivo, na medida em que confere independência a estes dois subsistemas e não consagra nem impede uma complementaridade e uma conciliação entre eles na medida em que o relacionamento entre ambos fica ao critério dos intervenientes.

Gonçalves (1991, p. 78) refere que “as relações do desporto escolar com a comunidade escolar e com a comunidade exterior não são só necessárias, como eventualmente indispensáveis, mas a esta última competirão, fundamentalmente, funções de apoio e colaboração, e nunca funções de direcção ou de enquadramento do desporto escolar”, visto defender que o relacionamento com o desporto federado deverá ser visto como “um prolongamento do acto educativo para além da escola.”

Bento (1991) defende que “ não há um desporto pedagógico, puro e educativo na escola e outro não pedagógico, impuro e não educativo no clube; não há um desporto bom que se deve escolher e um desporto mau que se deve rejeitar; são impróprias a dicotomia e a posição entre clube e escola, entre professor e treinador, entre treino e educação.”

Pina (2002, p. 30) defende que é altura de assumir responsabilidades e de clarificar competências, atendendo a que “se as vontades e as vocações dos dois sistemas não são passíveis de articulação e complementaridade e o Estado tem essa obrigação”, então é altura de estabelecer relações de confiança, definir estratégias, rentabilizar recursos, clarificar objectivos na procura de soluções consistentes e consequentes, de forma a facilitar a prática do desporto infanto-juvenil com vista à elevação do valor desportivo.

Segundo Pires (2007, p. 185), podemos dizer que a filosofia do desporto escolar é o proporcionar a todos os jovens, com ou sem jeito, ricos ou pobres, nas aldeias ou centros rurais, o direito de praticarem desporto, em função dos seus próprios desejos e possibilidades intrínsecas. Por outro lado, a filosofia que preside ao processo de desenvolvimento das organizações do desporto federado, já tem a ver com a promoção do desporto numa perspectiva de rendimento, na medida, do recorde, do espectáculo desportivo e do profissionalismo.

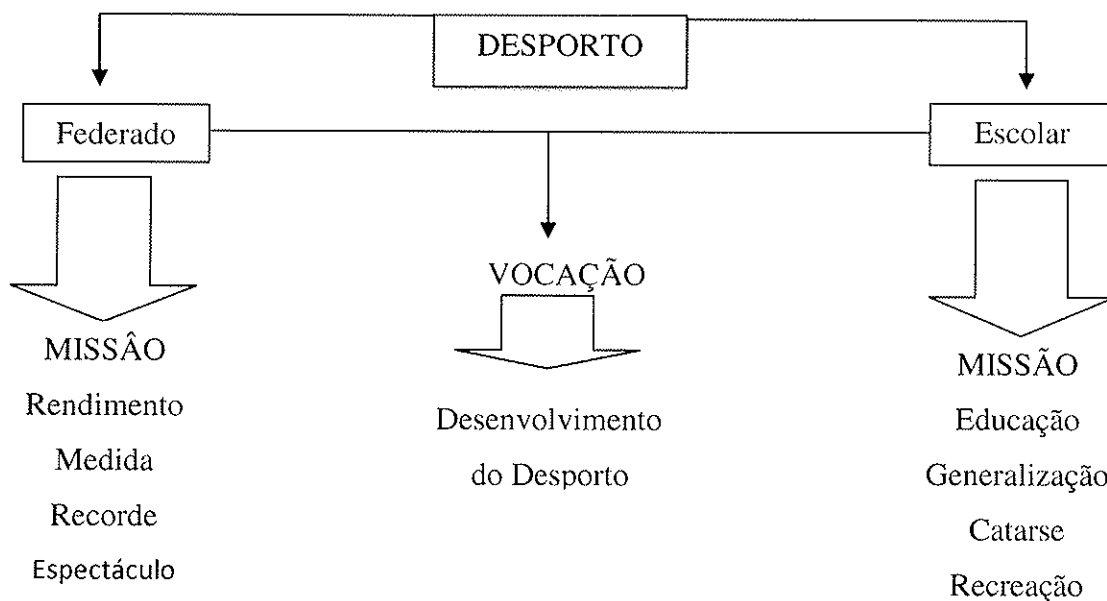


Figura 2 – Vocação/Missão – DF vs DE, segundo Pires (2007)

O desporto federado também tem a mesma voca o, que   a de satisfazer as necessidades de prática desportiva dos jovens, em idade escolar ou não. O que tem de acontecer é a coopera-

ção no respeito pela identidade cultural de cada subsistema, na certeza de que, se não for possível estabelecer distintamente diferentes identidades culturais, então, podemos dizer que um dos sistemas está a mais. No fundo, como nos refere Pires (2007, p. 190), “é uma questão de decisão política em matéria de promoção do desporto. Ou o desporto escolar toma conta dos escalões etários em idade de escolaridade obrigatória ficando o desporto federado dispensado de tal missão, ou se entrega pura e simplesmente o desporto escolar às federações desportivas.”

Verifica-se, efectivamente, que ambos os sistemas, o federado e o escolar, têm a mesma vocação de promoção do desporto, só que cada um deles realiza essa vocação duma maneira específica, através das respectivas missões. Entendendo, de facto, que esta é a solução perante o número de professores, dirigentes, instalações disponíveis e, sobretudo, dos interesses das crianças e jovens, que, onde quer que estejam, têm o direito de praticar desporto em função dos seus desejos, seja através de uma via recreativa, onde a competição está presente com uma carga específica, quer numa via eminentemente competitiva, onde a competição assume uma valência acrescida.

O que parece, realmente, levar a alguma conflitualidade, será, por vezes, o não cumprimento/respeito pela missão de cada um dos sectores, atendendo a que partilham, nalguns casos, os mesmos alunos, que estão envolvidos no desporto escolar e nos clubes, para além de, na verdade, o desporto ser só um. Concluimos, após estudo destas diferentes perspectivas entre o desporto escolar e o federado, que, no entanto, estes distinguem-se nos momentos, espaços e nos objectivos próprios e específicos de cada um deles, e que, no fundo, reflectem, de alguma forma, o “conflito” que tem existido.

Por último, referir que o próprio relatório apresentado em Novembro de 2004, pela comissão europeia, denominado “Os cidadãos de uma União Europeia e o Desporto”, no seu ponto 8, “consideram também que o desporto deve ocupar um lugar proeminente e cada vez maior nos programas escolares”, para além de considerarem que é útil aumentar e melhorar a cooperação entre os sistemas desportivo e educativo. No ponto 9, após um estudo realizado na União Europeia, conclui-se que 82% dos Portugueses parecem estar de acordo com o facto de que deverá haver uma maior cooperação entre os sistemas desportivo e educativo.

Fernandes (1999, p. 339) é de opinião que a interligação destes sectores tem de ser garantida, atendendo a que “qualquer actividade no âmbito do aumento da rede desportiva não pode ser sectorial e independente, sob pena de não se conseguirem os resultados do investimento a nível escolar.” Defende, ainda, que todo o plano de desenvolvimento duma modalidade deverá assentar numa perspectiva de encadeamento de acções, devidamente estruturadas em função dos

clubes (meios humanos, equipamento desportivo, etc.), das instalações e outros tipos de apoio. Conclui que o encadeamento das acções exige, numa perspectiva do progresso da modalidade, que o desporto escolar esteja em perfeita sincronização com o sector federado.

A investigação científica demonstra, inclusive, “que exceptuando a América do Norte, a instituição escolar não oferece condições de prática desportiva compatíveis com as exigências de formação para o alto rendimento”, acrescentando que “é um desperdício de talentos que ocorre sempre que não se dá alternativas, além dos programas escolares às crianças e jovens sobredotados em vários campos, já que a breve prazo acarretam, o desinteresse e poderão levar ao abandono. Por outro lado, é um desperdício na medida em que não são aproveitadas as oportunidades de aquisição e desenvolvimento de capacidades, competências e atitudes nos timings certos “fases sensíveis” que posteriormente levam à instalação de handicaps de ordem física, motora e atitudinal dificilmente recuperáveis” (Confederação do desporto, 2001, p. 7).

A lei-quadro do desporto da RAM, Decreto Legislativo Regulamentar 4/2007/M, de 11 de Janeiro, vem precisamente, no seu Art. 19º, salvaguardar as actividades conjuntas entre estes dois sectores, ao referir que, “as associações de modalidade, as associações multidesportivas e demais entidades operantes no sistema desportivo regional articulam as suas intervenções de modo a favorecer o contacto entre as áreas do desporto escolar e do desporto federado, através da implementação de actividades conjuntas, dotadas de regulamentação técnico-pedagógica apropriada, sem prejuízo da concretização das actividades específicas de cada uma das áreas.”

Soares (1997) partilha essa mesma opinião, ao referir que a articulação entre estes dois sectores deve ser vista como um factor indispensável para a rendibilização dos recursos e, consequentemente, para um desenvolvimento desportivo lógico e adaptado.

Em síntese, o desporto escolar e o desporto federado deverão coexistir, mais não seja pela vocação que têm em comum, através, por exemplo, de trocas de serviços e até de recursos, por exemplo em termos de apoio técnico-pedagógico, instalações e logística. Pois, partindo do pressuposto que a escola é a génese da prática desportiva educativa, deverá ser da sua responsabilidade a iniciação e orientação desportiva, até porque dispõe da matéria-prima – os “alunos” –, dos recursos humanos – os “professores” –, e dos recursos materiais – “instalações desportivas” –, o que lhe traz vantagens, já que reduz os recursos temporais, nomeadamente na deslocação, nos transportes para os treinos. Julgamos que depois, e de acordo com a formação desportiva dos alunos, esta requer um trabalho de especialização, ao qual a escola já não tem capacidade de res-

posta, pelo que será altura de serem transferidos os papéis para dar seguimento ao processo de formação desportiva com a qualidade que se deseja, numa perspectiva integral, visto que o desporto escolar situa-se numa zona de interface entre os dois sistemas (educativo e desportivo).

Julgamos que ao ser estabelecida uma ligação entre a escola e o clube, as crianças e os jovens mais aptos terão oportunidade de expressarem as suas potencialidades, enquanto a todos os outros é dado o tempo e as oportunidades necessárias para se consciencializarem, a fim de permanecerem na prática desportiva, em níveis de acordo com os seus interesses e capacidades, em vez de serem eliminados ou de se auto-excluírem prematuramente.

3. A importância do Professor de Educação Física no fomento do desporto escolar

3.1. Papel e poder do professor de educação física no desporto escolar

Considerando que os professores estão na linha da frente deste projecto onde os alunos devem ser a sua preocupação ao garantir as aprendizagens e o desenvolvimento dos alunos no domínio das actividades, ajudando estes a adquirirem valores e comportamentos reconhecidos de uma boa formação e educação. Escórcio (2004, p. 25), enaltece ainda mais a importância do professor ao referir que, sendo a escola o futuro, a razão da existência dos professores está, hoje, determinada pela necessidade de educar através do desporto onde os professores se afirmam pela sua capacidade cultural e crítica, pelo conhecimento, pela qualidade, pela capacidade de resposta aos interesses dos educandos, pelas dinâmicas que é capaz de operar no espaço escolar e pelo gosto que desperta por uma prática desportiva regular, onde o rigor educativo e obviamente a qualidade técnica são visados, já que se procura educar pelo desporto e para a vida.

Segundo Bento (2004, p. 78-79), o papel do professor de EF, enquanto pedagogo do processo educativo-desportivo, passa por transmitir princípios e valores adquiridos e cultivados no palco desportivo (jogo), mas também é seu objectivo que os mesmos perdurem pela sua vida fora, tais como: agir, segundo as regras do jogo (que são as da correcção e da ética), da consideração e respeito pelo adversário, adquirir o hábito de assumir responsabilidades e aceitar críticas pelo nível de cumprimento das tarefas, entre outros. Acrescenta, ainda, que “o desporto é um campo de aprendizagem e exercitação de formas construtivas, autónomas e reflectidas de lidar com as regras, de desdobrar a competência moral, de forjar motivos e perspectivas de vida”, já

que é “um meio primordial de renovar a educação, de lhe emprestar uma cara de festa e convivialidade, de quebrar a rotina escolar com competições internas e externas” (p.106).

Actualmente, o que sabemos é que o desporto não é uma questão de quantidade, mas sim depositária de finalidades e grandezas de qualidade educativa (princípios), onde está inerente o desempenho do papel do professor de EF no ensino do desporto na escola, ao proporcionar, durante a sua actividade educativa: obstáculos, desafios e exigências para serem experimentadas, quando fomenta a procura do rendimento na competição, incentivando cada um a render o mais que pode, sem sentir que lhe é imposto como uma obrigação vinda do exterior (auto-rendimento), quando respeita as regras, ao interagir de forma correcta com os outros, no fundo, o que está a ser transmitido pelo professor são, como afirma Bento (2004, p. 109), “os valores da cidadania e do trabalho em equipa” por essa mesma razão, considera que “o desporto é pedagógico e cultural pelo que se deve pugnar por uma prática conforme os valores que o fundam justificam.”

Por outro lado, o desenvolvimento do desporto escolar nas escolas é operacionalizado pelos docentes de EF, pelo que há escolas e professores que trabalham com qualidade e outros que não o fazem. Ou seja, em condições similares há resultados diferentes. Se assim é, somos levados a concluir que a qualidade do trabalho do professor e o grau de exigência que coloca na sua profissão (competência), acabam por ser um elemento decisivo e que se reflecte no resultado final do seu trabalho, sendo que outro dos aspectos que poderá acabar por ajudar a explicar a qualidade do trabalho, serão as condições e os contextos em que as actividades se desenvolvem. Contudo, a nosso ver, não explicam tudo e Carvalho (1987, p. 14) partilha dessa mesma opinião, ao referir que não basta ao educador possuir os meios materiais (espaço e material) para a sua acção, é indispensável que seja orientada por uma perspectiva metodológica correcta porque, “a única explicação plausível para a presença do desporto na escola só se pode encontrar na própria criança e no jovem”.

Pereira (2004, p. 26) defende que, actualmente, “o meio mais eficaz para vencer os desafios do desporto, será a adopção do princípio da qualidade e excelência. Uma qualidade inspirada no firme propósito de desempenhar e servir bem, de prestar um serviço inovador à altura da dignidade dos destinatários da acção, correspondendo às mais diversas exigências e expectativas sociais e, mesmo excedendo-as”.

Na opinião de Carvalho (1987, p. 17), não basta referir que o “desporto é parte integrante do processo educativo”, quando o que efectivamente presenciamos nas actividades do desporto

escolar é uma actividade que já começa a se caracterizar por uma selectividade e, como refere este mesmo autor, uma “hipercompetitividade”, ou, se quisermos, a procura da vitória/resultado a qualquer custo. Ao contrário do que devem ser os objectivos perseguidos pelo desporto escolar: “o desenvolvimento de um melhor espírito desportivo, uma melhor compreensão mútua, uma melhor capacidade técnica, uma real aproximação entre toda a juventude escolar”.

Será, então, relevante referir que o rendimento é importante, mas quando entendido como sendo uma ferramenta pedagógica ao serviço dos professores de EF, pelo que o mesmo deverá ser desenvolvido de acordo com as necessidades do crescimento da criança e do jovem, ajustados à sua morfologia e capacidade técnico-táctico, porque em causa está um paradigma “processo-produto”, que visa o ensino do desporto através do jogo, numa perspectiva auto-determinada e não hetero-determinada, em que a opinião do aluno seja tida em consideração e, efectivamente, participe nas decisões, de tal forma que o leve a compreender o significado da actividade, e não na perspectiva que o professor exige e impõe, substituindo-se ao aluno, o que não implica que não seja e deva ser orientada pelo professor de EF.

O papel do professor de EF é, então, determinante no desenvolvimento do desporto escolar, como principal impulsionador e dinamizador, na medida em que este é decisivo no seu acto educativo, através da dinâmica que estabelece entre o que o aluno já conhece e os elementos que fornece através do jogo, ou seja, como gere o processo de organização e condução, tendo como meta a sua função formativa (participativo e apelando ao sentido de autonomia e responsabilidade), contribuindo para a formação total da personalidade do aluno. Carvalho (1985, p. 121) refere mesmo que “o desporto escolar é um terreno particularmente fértil para esta transformação que, no fundo, assenta na constatação elementar de que o indivíduo será o produto do esforço de construção de si mesmo através do trabalho colectivo.”

O próprio Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009) reafirma a noção de que os professores são os agentes fundamentais da educação escolar. Considerando que “o trabalho organizado pelos docentes nos estabelecimentos de ensino, constituem certamente o principal recurso de que dispõe a sociedade portuguesa para promover o sucesso dos alunos, prevenir o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade das aprendizagens, considerando a acção pedagógica como um factor decisivo da transformação social e que começa na escola.” Carvalho (1985, p. 125), por seu lado, considera que os professores de EF são o “motor” de um processo de transformação e inovação do desporto escolar, ao afirmar que “ (...) a sua função é a de se

constituir como motor de um processo de transformação que, dentro do quadro de coerência nacional, garanta o desenvolvimento, a democratização, a diversidade e a inovação. Isto implica que sejam reavaliados o seu lugar e funções dentro da escola.”

De acordo com Araújo (2001, pp. 40-41), e na sua perspectiva de dimensão social do desporto, este assume que o desporto “sempre que correctamente orientado no plano social e pedagógico, representa um dos principais meios educativos e formativos dos cidadãos, com imprescindíveis contributos no âmbito da promoção da saúde, da formação multilateral da juventude, da melhoria da qualidade de vida, no preenchimento do tempo livre e ainda é também um factor de desenvolvimento sócio-cultural.” Em relação ao meio sócio-cultural, este só é positivo quando promove o desenvolvimento das capacidades globais dos indivíduos, quando é orientado, segundo perspectivas formativas e educativas.

Por estas razões enunciadas, entendemos que os professores de EF são os principais agentes com maiores responsabilidades na gestão e desenvolvimento do desporto escolar, já que poderão contribuir de forma decisiva para a qualidade deste serviço, dado o conhecimento que os mesmos possuem, atendendo ao facto de serem produtores (ensino-aprendizagem do desporto escolar) e consumidores (do serviço que é oferecido pelo GCDE) do serviço do desporto escolar.

Antes de avançarmos para o poder dos professores de EF, de acordo com Saramago (1989), citado por Pereira (2004, p 29), “pensamos que nenhuns direitos (...) poderão subsistir sem a simetria dos deveres que lhe correspondem, com a mesma veemência com que reivindicamos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres”. Chamando-nos à atenção, que o exercício profissional tem de se traduzir num bem, ou algo bom, de tal forma que satisfaça os desejos e as necessidades dos nossos alunos, referindo ainda este autor, que “o exercício de uma profissão implica um compromisso social”.

Em relação ao poder dos professores de EF, podemos verificar, no Estatuto da Carreira Docente, da RAM, Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M, Cap. II (Direitos e deveres), art. 5.º, alíneas a), b), c), d) e e) do ponto 2, que os professores têm: “o direito a emitir opiniões e recomendações sobre as orientações e o funcionamento do estabelecimento de ensino e do sistema educativo”; “o direito a participar na definição das orientações pedagógicas ao nível do estabelecimento de ensino ou das suas estruturas de coordenação”; “o direito à autonomia técnica e científica e à liberdade de escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados, no respeito pelo currículo nacional,

pelos programas e pelas orientações programáticas curriculares ou pedagógicas em vigor”; “o direito a propor inovações e a participar em experiências pedagógicas, bem como nos respectivos processos de avaliação” e “o direito de eleger e ser eleito para órgãos colegiais ou singulares dos estabelecimentos de educação ou de ensino, nos casos em que a legislação sobre a sua gestão e administração o preveja”.

Por outro lado este diploma prevê, também, que, no exercício das funções que lhe estão atribuídas, os professores estão obrigados ao cumprimento de deveres (Art. 10, na secção II (deveres gerais), ponto 2, nas alíneas: a), b), d), f) e g)), que passo a citar: “orientar o exercício das suas funções pelos princípios do rigor, da isenção, da justiça e da equidade”; “orientar o exercício das suas funções por critérios de qualidade, procurando o seu permanente aperfeiçoamento e tendo como objectivo a excelência”; “actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, de desenvolvimento pessoal e profissional e de aperfeiçoamento do seu desempenho”; “zelar pela qualidade e pelo enriquecimento dos recursos didáctico-pedagógicos utilizados, numa perspectiva de abertura à inovação” e “desenvolver a reflexão sobre a sua prática pedagógica, proceder à auto-avaliação e participar nas actividades de avaliação da escola.

Se formos a LBSE (Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto), no seu Art. 10 – A, poderemos encontrar os deveres dos professores para com os alunos. Os deveres específicos dos docentes, relativamente aos seus alunos, estão destacados nas alíneas: a), b), c), d) e e), que passamos a descrever: “respeitar a dignidade pessoal e as diferenças culturais dos alunos valorizando os diferentes saberes e culturas, prevenindo processos de exclusão e discriminação”; “promover a formação e realização integral dos alunos, estimulando o desenvolvimento das suas capacidades, a sua autonomia e criatividade”; “promover o desenvolvimento do rendimento escolar dos alunos e a qualidade das aprendizagens, de acordo com os respectivos programas curriculares e atendendo à diversidade dos seus conhecimentos e aptidões”; “organizar e gerir o processo ensino-aprendizagem, adoptando estratégias de diferenciações pedagógicas susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos” e, por fim, “assegurar o cumprimento integral das actividades lectivas correspondentes às exigências do currículo nacional, dos programas e das orientações programáticas ou curriculares em vigor”.

Perante estes factos, as actividades do desporto escolar são consideradas de natureza pedagógica, pelo que se constituem o efectivo exercício das funções docentes, onde caberá aos

professores de EF a responsabilidade de conduzir “o barco a bom porto”, uma das funções docentes, conforme é salientado no ponto 3, do Art. 34º (conteúdo funcional), do Estatuto da Carreira Docente da RAM: “Organizar e acompanhar as actividades de enriquecimento curricular dos alunos”. Está inerente a promoção da qualidade da educação, através de uma intervenção decisiva na definição e orientação de caminhos a serem seguidos. Perante estes factos, os professores de EF desempenham um papel preponderante junto dos alunos, pelo facto de serem os responsáveis pelo seu adequado enquadramento técnico-pedagógico e social, onde a igualdade de oportunidades deve ser respeitada, salvaguardando o verdadeiro papel educativo e formativo do desporto escolar, razão pela qual se constituem um potencial garante de qualidade formativa das actividades.

Em síntese, estes são determinantes no desenvolvimento do desporto escolar, na medida em que interagem com os alunos no dia-a-dia, constatando, efectivamente, quais as suas necessidades, ao mesmo tempo que são eles que garantem a comunicação para os níveis superiores da organização (GCDE), diminuindo, desta forma, a lacuna do conhecimento e, desta forma, possibilitando à organização disponibilizar serviços mais ajustados às motivações dos alunos, principais “utentes” do desporto escolar. Mas, ao mesmo tempo, deverão atender às expectativas e percepções dos professores e suas motivações, já que as pessoas motivadas têm um rendimento mais produtivo. Estamos, então, em condições de afirmar que, sem os professores de EF, não há desporto escolar! Pois, o papel dos professores de EF, tendo em vista o seu contributo para o desenvolvimento do desporto escolar, passa por explorar pedagogicamente as oportunidades educativas contidas na actividade desportiva, cruzando-a com a promoção da saúde e com a educação para a cidadania, no sentido de ajudar a desenvolver cidadãos saudáveis, participativos, autónomos, críticos, solidários e felizes.

3.2. Regulamentação dos cargos e funções dos professores no desporto escolar

Os professores de EF são considerados agentes educativos, imprescindíveis no fomento e desenvolvimento do desporto escolar, pelo papel central e fulcral que desempenham na construção, concretização e controlo do projecto das actividades físico-desportivas do desporto escolar que coordenam, pelas 33 escolas do 2º e 3º CEB e secundário da RAM.

Assim, e de acordo com Bilhim (2004), “o domínio das competências, para o bom desempenho do posto de trabalho, é um requisito indispensável para que a organização forneça uma boa qualidade de serviço”, acrescentando que “a qualidade de serviço numa organização tem lugar, logo no início do processo de admissão.” A política adoptada faz, pois, todo o sentido, ao condicionar o desempenho das diferentes funções atribuídas pelos diferentes cargos no desporto escolar, apenas aos professores especialistas em EF e desporto (com formação superior), salvaguardando, assim, um perfil dos seus profissionais em termos do: saber mais (conhecimento), saber fazer (técnicas e metodologias) e saber ser (atitude), garantindo, desta forma, que o processo desportivo na escola se faça com professores qualificados, já que as actividades desenvolvidas são de natureza pedagógica, pelo que praticamente a totalidade dos professores domina especialmente a matéria e os processos de formação e de competição de uma determinada modalidade desportiva ou conjunto restrito de modalidades.

Para o efeito, no âmbito das escolas, a definição da organização do desporto escolar é da responsabilidade dos professores de EF e do próprio Conselho Executivo (projecto institucional da própria escola). O despacho nº 109/2005, de 26 de Outubro, conjugado com o Art. 3º do Decreto Regulamentar Regional, nº 5/2005/M, de 8 de Março, vêm, precisamente, regulamentar a estrutura organizativa, a nível escolar, do desporto escolar e definir as competências inerentes a cada cargo, desempenhado de acordo com a sua responsabilidade definida no projecto do desporto escolar, sintetizada no quadro que se segue. Tratando-se do cargo de CDE (Coordenador do Desporto Escolar), este é desempenhado durante 2 anos e não pode ser acumulado com outro cargo pedagógico, sendo o mesmo eleito pelos docentes do grupo de EF, até 15 de Julho, e dispõe de uma redução da componente lectiva de 3 blocos (2x90 min. + 1x 45 min.).

Quanto ao orientador de grupo/equipa, este pode orientar, no mínimo, uma modalidade e, no máximo, duas equipas participantes na actividade regular. É uma função que não é acumulável com a de CAI (Coordenador de Actividade Interna), excepto nos casos que justifiquem e autorizado pela DRE, ouvido o GCDE. Tem uma redução lectiva de 2 blocos semanais de 90 minutos para desenvolver os treinos, atendendo à disponibilidade dos alunos e das instalações.

O CAI é responsável pela organização das actividades internas, a sua nomeação é feita pelo órgão de gestão da escola, sendo que só pode ser nomeado um CAI. No entanto, em casos devidamente fundamentados à DRE, pode ser autorizado um máximo de dois CAI por escola, pelo que este cargo pode ser acumulado com funções de orientador de G/E, sendo a redução da

componente lectiva o equiparado a 2x90 minutos semanais. Segue-se, então, o quadro com os cargos e competências exercidos pelos professores no desporto escolar:

Quadro 2 - Cargos e competências dos professores do desporto escolar

Cargo	Competências atribuídas
Coordenador Desporto Escolar	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Orientar e coordenar o trabalho realizado pelos professores ligados ao desporto escolar; ❖ Fazer cumprir o projecto das actividades do desporto escolar com base nas orientações da DRE; ❖ Fomentar a participação dos alunos na gestão do desporto escolar, intervindo no desenvolvimento, organização e avaliação das respectivas actividades; ❖ Elaborar relação dos alunos inscritos nos núcleos e nas diferentes actividades desportivas; ❖ Elaborar um modelo organizativo das actividades internas planeadas para a sua escola, posteriormente enviado ao GCDE.
Orientador de G/E	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Divulgar e promover acções de sensibilização dos alunos para a prática desportiva regular; ❖ Colaborar na organização das actividades sob a orientação do Coordenador do desporto escolar; ❖ Orientar o processo de ensino-aprendizagem da modalidade desportiva que é responsável, de uma forma sistemática e contínua; ❖ Zelar pela manutenção do espírito desportivo e normas de disciplina nas actividades em que a escola participe.
Coordenador de Actividade interna	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Divulgar e promover acções de sensibilização dos alunos para a prática desportiva; ❖ Colaborar na organização das actividades sob a orientação do coordenador do desporto escolar; ❖ Organizar e acompanhar o quadro competitivo interno e outras acções de animação e de prática físico-desportiva; ❖ Organizar, preparar e acompanhar as equipas que participarão no quadro competitivo escolar; ❖ Zelar pela manutenção do espírito desportivo e normas de disciplina nas actividades em que a escola participe.

Fonte: Programa orientador do desporto escolar 2006-2007

4 O desporto escolar enquanto serviço público

4.1 Noção e definição de serviço

Quando se fala em serviços, este é um sector muito variado já que têm a ver com o facto de estarem ligados ou não a um produto material, daí que existam organizações ou empresas que prestam serviços específicos, natureza dos serviços a que se destinam, pelo que podem estar ou não relacionadas a um produto (bem físico). Ainda em relação ao serviço, este pode dizer respei-

to a um sector ou repartição pública ou privada, assim como visar ou não fins lucrativos dependendo da sua missão.

Segundo Kotler (2005, p. 248) “ um serviço é qualquer acto ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer à outra e que não resulta na propriedade de nada. A sua execução pode estar ou não relacionada a um produto concreto”

No caso de um serviço público, Bilhim (2002, p. 174) entende que há uma situação de serviço público “ sempre que seja essencial fornecer um bem ou um serviço a toda a população abaixo do preço de custo pelo que o serviço público compreende a satisfação de necessidades colectivas individualmente sentidas, através do fornecimento de bens ou serviços abaixo do seu custo”. De acordo com Neves (2002, p. 159), “os serviços públicos, só existem em função de uma missão que se traduz na resposta a uma necessidade”.

4.2. Características dos serviços desportivos e o serviço desportivo escolar

Para prestar serviços de qualidade é necessário determinar os componentes tangíveis e intangíveis dos serviços, o que, em termos operacionais, implica a medição da satisfação dos “utentes/consumidores”, a partir da identificação dos atributos que contribuem para a sua satisfação, de acordo com Correia et al (2001, p. 21). Lovelock (1996), citado pelo autor anterior, “sugere que é necessário atender a duas dimensões básicas da qualidade de serviços: a parte tangível (instalações e equipamentos) e intangível (a competência e simpatia dos recursos humanos)”.

Posto isto, importa referir que, não sendo o desporto escolar um produto que visa lucro financeiro, à margem do que acontece com alguns serviços desportivos privados, este procura, e atendendo a que é um serviço educativo, o sucesso educativo, em que a transmissão dos conteúdos educativos resulta na prestação do serviço disponibilizado, através dos professores de EF aos alunos, já que são estes os responsáveis pelo acto educativo. Assim, os serviços apresentam algumas características particulares que pressupõem uma abordagem de marketing algo diferente da que se considera para os produtos.

Os serviços de desporto possuem, então, de acordo com Correia & Soares (2007, p. 12) e muitos outros autores, de forma consensual, quatro características: intangibilidade, inseparabilidade, variabilidade e perdurabilidade, que passamos a descrever:

1. Intangibilidade – os serviços e, em particular, a sua qualidade, não podem ser avaliados através, por exemplo, dos sentidos: visão (observando), olfacto, tacto (experimentando). Tal já é possível quando se trata de um produto. No caso dos serviços, e por estes possuírem um carácter intangível, não permitem uma avaliação antes da tomada de decisão de adquirir e consumir o serviço, dado não possuírem uma componente física e material. Significa, então, que é preciso consumir o serviço, para saber se este efectivamente corresponde às expectativas depositadas, pelo que são considerados imateriais. Contudo, a maioria dos serviços tem um nível maior ou menor de intangibilidade, como é o caso do desporto escolar, o qual se faz acompanhar de indicadores tangíveis que o integram e que dão algumas garantias de qualidade do serviço disponibilizado na escola, reduzindo a incerteza do serviço, como é o caso dos orientadores de G/E), as instalações e os equipamentos da escola, para o desenvolvimento das actividades desportivas. No fundo, cabe ao desporto escolar tornar tangível o intangível.

2. Inseparabilidade – os serviços são consumidos à medida que são produzidos, ou seja, são produzidos e consumidos simultaneamente. Esta é, portanto, uma característica do marketing de serviços, uma vez que tanto o prestador de serviços como o cliente influenciam o resultado. Um exemplo prático no desporto escolar, pode ser a orientação em competição, aquando de um desconto de tempo num jogo de voleibol, o professor de EF pedir ao jogador, que vai servir, para colocar a bola numa determinada zona do campo adversário, porque o jogador adversário que está nessa zona tem muitas limitações na recepção, aumentando, assim, a probabilidade de fazer ponto para a sua equipa e ganhar o jogo.

3. Variabilidade – como os serviços dependem de quem os fornece e de quando e onde são fornecidos, eles são altamente variáveis. No caso do professor de EF, isso é perfeitamente visível no decorrer das aulas de EF, quando desenvolve os mesmos objectivos a duas turmas e operacionaliza-os com estratégias diferentes, porque os alunos também têm características diferentes, atendendo ao nível de conhecimentos e habilidades motoras que já conseguem desenvolver. Por isso se diz que os serviços são heterogéneos, dependem de quem os fornece e do dia em que são produzidos, verificando-se o mesmo com os professores orientadores de G/E de escola para escola, que trabalham de formas diferentes, visto conviverem com realidades diferentes, em que cada escola é um caso.

4. Perdurabilidade – significa que os serviços não podem ser armazenados, devendo portanto, ser consumidos quando produzidos. Assim sendo, facilmente se compreende que a perdurabilidade está ligada à característica da inseparabilidade, onde o serviço do desporto escolar nas escolas deve ser entendido como uma mais valia educativa e formativa que deve perdurar pela sua vida fora, enquanto cidadão participativo na sociedade em que está inserido, nomeadamente através dos valores transmitidos no ensino do desporto, sendo que, de acordo com Bento e Constantino (2007, p. 71), “o desporto constitui-se nos dias de hoje, como um importante meio de socialização que permite transmitir normas e valores sociais que ajudam a garantir a participação cívica”.

Quanto ao desporto escolar, este é um serviço que possui características peculiares, já que se desenvolve no contexto educativo, porquanto visa a aquisição de comportamentos éticos, morais e físicos, reconhecidos pela sociedade, sendo entendido como um direito de todos os cidadãos em idade escolar. O desporto na escola é visto como um poderoso meio de educação, já que a educação é um factor fundamental para uma prática desportiva, que se quer ética e socialmente correcta, e, por isso mesmo, considerado um poderoso meio pedagógico na transmissão de princípios e atitudes socialmente positivos, que conduzem a comportamentos de cidadania autónoma e responsável, que se vai construindo na prática, nas situações da vida. “O desporto é uma oficina de aperfeiçoamento do homem”, afirma Manuel Patrício, citado por Bento (1999, p. 21), onde se constroem valores disponíveis para a educação e formação do homem, razões de educar o homem no e pelo desporto, já que brilham valores, perfilam-se normas e princípios de conduta moral, onde se alojam qualidades volitivas, nomeadamente no desenvolvimento de competência na organização, através do papel de liderança.

Portanto, entende-se que o desporto escolar apresenta características educativas e formativas que justificam a sua existência e que vão muito para além do domínio puramente motor (aperfeiçoamento técnico e tático nas diferentes modalidades), já que integram as dimensões cognitivas, afectivas e sociais, conforme refere Bento (1999, p. 68), onde são adquiridos e consolidados princípios como os do fair play e do desportivismo, do respeito pelas normas do espírito desportivo, fomentando entre todos os participantes um clima de boas relações interpessoais, da consideração e tolerância, assim como de atitudes de integração, disciplina, cooperação, desenvolvimento da personalidade e da capacidade de rendimento geral, através de uma competição leal e fraterna, onde os quadros competitivos sejam regulares e ajustados ao nível etário dos jovens e às suas capacidades, atendendo a uma melhoria sistemática da sua prestação competi-

va, onde o essencial é dar sentido formativo à regulação de comportamentos em situação competitiva, no âmbito dos que o praticam, treinam, dirigem ou assistem, desenvolvendo um papel de liderança e permitindo, ainda, a formação de um estilo de vida como forma de prevenção de comportamentos desviantes, ligados ao consumo de drogas e/ ou às diversas formas de violência.

Siedentop (1994) refere, mesmo, que "os valores de honestidade e igualdade de concorrência precisam ser ensinados de forma específica e vigorosamente como são definidos os passes e zona defesas " (p. 30).

Num estudo desenvolvido em Israel, por Feigin, N. & Hanegby, R. (2001), sobre o significado social do desporto escolar na escola, na perspectiva dos professores de EF e dos outros professores da escola, foi possível verificar que, efectivamente, a contribuição do desporto na escola é benéfica, quer em termos individuais, para os alunos, quer, mesmo, em termos organizacionais para a própria escola.

A literatura deste estudo sugere, mesmo, que muita da investigação, sobre o significado do desporto escolar, tem vindo a aplicar uma perspectiva funcional, acrescentando que, ao nível individual, os estudos centram-se na contribuição positiva da competição desportiva nos alunos e até mesmo nos seus resultados escolares, afirmando que o desporto contribui para a "construção do carácter", da personalidade (Feigin, 1994; Hanson and Kraus, 1998; Howell, Miracle and Rees, 1989; Marsh, 1993; Otto, 1982; Sabo, Melnick and Vanfossen, 1993). Já no plano organizativo, a teoria funcional defende que os efeitos positivos do desporto escolar têm a ver com a integração de participantes e espectadores parecidos (Coleman, 1985; Waller, 1932).

Os resultados deste estudo indicam que o desporto na escola melhora a imagem da escola e ensina normas de fair play, verificando-se, ainda, que todos os professores, em geral, de EF e outros, vêem o desporto como positivo e com muito pouco de negativo, sendo que todos pensam que o desporto na escola ajuda a melhorar o clima, a "atmosfera", e a imagem na escola, aumenta a identificação com a escola e desenvolve a coesão de grupo, ferramenta poderosa na transmissão de valores. Em relação aos aspectos negativos do desporto na escola, para os outros professores, que geram algum conflito com os professores de EF, justifica-se principalmente quando têm que mudar aulas regulares, cancelando-as, para que os alunos possam participar nas actividades desportivas.

4.3. O desporto escolar enquanto serviço público com qualidade

O desporto escolar é visto como um serviço público de educação e cultura, ditado pela sua razão de ser ou missão que lhe é atribuída pela organização responsável pelo seu desenvolvimento (GCDE e escola), determinando, assim, o seu papel nas finalidades a alcançar, ou seja, o objecto da sua acção. Como refere Carvalho (1987, p. 14), “a questão central do desporto escolar não é desportiva mas sim educativa”, em que o desporto escolar é um serviço público, aberto a todos, e que se deve organizar de modo a dar resposta a todos os alunos, de acordo com as bases pedagógicas inerentes a cada idade.

Acrescenta Pina (1995) que um dos maiores desafios que hoje se coloca à escola, é que esta seja capaz de afirmar a sua identidade. Para isso, é necessário reconhecer as suas características e vocações próprias e colocá-las ao serviço das grandes finalidades educativas, de forma a cumprir o requisito constitucional do direito à educação.

A sua forma de intervenção interage com as funções básicas do Estado e tem, como destinatários directos, os cidadãos e neste particular todos os jovens em idade escolar ou, se quisermos, na escolaridade obrigatória, com a visão estratégica de fomentar hábitos desportivos que perdure pela sua vida fora e, como destinatário último, a sociedade, em geral, fomentando o gosto e criando o hábito da prática quotidiana do desporto.

Também por essa razão, o desporto escolar é assumido no programa do XVII Governo Constitucional como “uma visão de serviço público do desporto”, através do “fomento da actividade desportiva infanto-juvenil”, colocando o desporto no centro do sistema educativo, atendendo ao papel que desempenha o desporto escolar e em que o mesmo deverá assumir determinados pressupostos, a saber, onde é tido: como um instrumento estratégico, realçando os benefícios da sua prática em torno do desenvolvimento pessoal e social a partir de projectos; como parte integrante do sistema educativo, desenvolvido segundo princípios e valores eminentemente pedagógicos; como o sector basilar do sistema desportivo e um “veículo” de introdução dos jovens à cultura desportiva, já que é na escola que estão as melhores condições para o enquadramento dos jovens praticantes, nomeadamente em termos de recursos humanos, físicos (instalações desportivas) e de um ambiente pedagógico, que deve ser entendido como uma co-responsabilidade da comunidade educativa (pais e famílias), os quais devem incentivar a prática desportiva regular dos seus filhos nas actividades do desporto escolar.

O desporto escolar desempenha, então, um papel social e formativo, pelo que, deverá intervir no seu sector educativo, não aplicando o princípio da exclusão, mas, sim, garantindo o acesso à prática desportiva e satisfazendo as necessidades na sua generalidade, de tal forma que

os mesmos sejam autónomos, ao ponto de perdurar como um hábito, segundo as motivações dos alunos mas também dos professores, já que, estando motivados, desempenham melhor as suas funções. Segundo Pires (1996), a missão do Estado é desenvolver o desporto escolar como um autêntico serviço público, pois se ele não o fizer mais ninguém o vai fazer atendendo a que é uma organização sem fins lucrativos, onde os serviços disponibilizados são gratuitos, pelo que beneficiam de estatuto de utilidade pública e estão directamente dependentes do financiamento do Estado para poder levar a cabo o cumprimento do seu programa e, conseqüentemente, poder cumprir os seus objectivos estratégicos e operacionais de fomento do desporto na escola, através do seu projecto, onde a dimensão qualidade deve estar presente, já que cumprem uma função social.

No nosso caso específico, este financiamento é garantido através do Governo Regional da RAM que de acordo com Fernandes (1999, p. 107), “a filosofia da organização pública desportiva na RAM, focaliza-se nos utentes, procurando transmitir qualidade, rigor, competência e empenhamento no desempenho e concretização dos seus objectivos, justificando portanto que o seu lema seja fazer a diferença pelo serviço”. Acrescentando ainda que se vive a era do serviço, pelo que os contributos que, neste campo, o mundo empresarial traz à administração pública não devem ser desprezados. Razão pela qual cita Zarrouk (1993), ao apontar as “três miragens a perseguir pelas organizações:

- a) A miragem da satisfação do utente;
- b) A miragem do capital humano;
- c) A miragem do poder partilhado e conclui....

Transformar a tripla miragem em tripla realidade, deve constituir objectivo de todas as organizações que visem obter a excelência através da qualidade de serviço”.

Segundo Bilhim (2006, p. 210), “nas organizações de serviços, a qualidade liga-se fundamentalmente à excelência do desempenho das pessoas que as integram”.

Por outro lado, surge o conceito de qualidade, fortemente associado ao marketing público, onde “a qualidade dos serviços públicos traz consigo novos instrumentos importantes, como sejam a adopção de uma nova atitude face ao cidadão/cliente, a auscultação do cliente, a aplicação de métodos de trabalho mais eficientes e eficazes, a melhoria permanente de processos, a produção de indicadores de avaliação e controlo de resultados” Lindon; Lendrevie; Lévy; Dionísio e Rodrigues (2004, p.577). Acrescentando, ainda, que a qualidade dos serviços prestados,

está dependente da postura de quem assegura a prestação do serviço, pelo que qualidade e serviço são dois elementos indissociáveis, onde qualidade implica avaliação.

De acordo com Neves (2002, p. 161), a questão da qualidade deve centrar-se na exigência de qualidade dos serviços prestados, uma vez que “os cidadãos exigem serviços acessíveis, justos e equitativos, com qualidade”.

No caso do desporto escolar, dependerá da competência dos professores de EF (profissional, científica, entre outras), na medida em que são eles que asseguram o serviço do desporto escolar. Como refere Barata (2000), o que é importante não a avaliação que a entidade prestadora do serviço faz, mas sim a avaliação que os clientes/utentes e cidadãos fazem do serviço.

Em suma se quisermos ter qualidade no nosso serviço do desporto escolar, temos de transformar os elementos intangíveis do serviço em resultados tangíveis, satisfação dos consumidores. Contudo a qualidade por ser um processo cíclico e progressivo, implica uma melhoria contínua da organização, uma vez que temos de superar permanentemente as expectativas dos consumidores em relação ao serviço, sendo por isso determinante a forma como se oferece o serviço e onde a gestão dos recursos humanos é um aspecto fulcral no desenvolvimento e melhoria da qualidade do serviço prestado.

4.3.1. Atributos da qualidade do serviço

Para potenciarmos o desenvolvimento da qualidade do serviço do desporto escolar, implica que tenhamos de ter conhecimento sobre os principais atributos da qualidade, dimensões do serviço, indo ao encontro das necessidades e expectativas dos consumidores, identificando os atributos que contribuem para a satisfação dos consumidores.

Bodet (2006), no seu estudo realizado, em França, sobre a satisfação dos clientes num health club, cita Bartikowski & Llosa (2004), precisamente porque estes autores referem que nem todas as dimensões do serviço influenciam a qualidade do serviço da mesma forma. Alerta que alguns atributos têm sempre impacto na satisfação e outros têm um impacto relativo. Bodet dá como exemplo típico de um atributo variante a higiene das instalações, porquanto esta irá gerar insatisfação se, por exemplo, os balneários se encontram sujos, sendo que quando os mes-

mo estão limpos não influi muito sobre a sua satisfação, já que são tidos pelos clientes como um requisito básico ou visto como uma norma.

Esta constatação surgiu do modelo de Tetraclass de Llosa (1997, 1999), que consiste num método indirecto de categorizar os atributos que contribuem ou não para a satisfação dos clientes e que assenta, basicamente, em quatro elementos: os básicos (considera-se o exemplo referido anteriormente das instalações), os positivos (quando são avaliados positivamente contribuem para a satisfação), os chave (influenciam favoravelmente a sua satisfação) e os secundários (não têm um papel significativo na satisfação total).

De acordo com Correia et al (2001, p.21), as dimensões básicas da qualidade dos serviços desportivos encontram-se divididas em: atributos tangíveis e intangíveis.

4.3.1.1. Atributos tangíveis

Nos atributos tangíveis, caracterizadores do serviço, podemos encontrar os seguintes atributos:

- **Acessibilidade:** tem a ver com a facilidade com que os utentes vêem satisfeitas as suas necessidades de acesso às instalações desportivas, tais como: localização da instalação, se tem parque de estacionamento, horário de funcionamento e acessibilidade do equipamento em número suficiente;

- **Instalações:** onde se destaca a higiene das instalações, a manutenção e o conforto das mesmas, já que reflecte a sua imagem e o próprio design da instalação;

- **Segurança:** dos próprios equipamentos, dos locais de prática e das próprias actividades que são desenvolvidas.

4.2.1.2. Atributos intangíveis

Antes de avançarmos para a identificação dos atributos intangíveis da qualidade do serviço prestado, convém ter presente que os atributos intangíveis dizem respeito, essencialmente, ao processo de prestação do serviço em si. Assim sendo, não podemos esquecer que o serviço, na

sua essência, é intangível, isto é, vai depender muito da competência e a simpatia dos recursos humanos, como refere Lovelock (1996), citado por Correia et al (2001, p. 21).

Assim, nos atributos intangíveis da qualidade de serviço, temos:

- A simpatia e a Comunicação: dada a sua interligação, na medida em que a simpatia está subjacente ao diálogo, comunicação, nomeadamente na forma como se apresentam as críticas, como são acolhidas as sugestões e reclamações, até mesmo no como são transmitidos os objectivos e valores da organização. A qualidade da comunicação é, inclusivamente, um dos ingredientes intangíveis que mais fortemente contribui para o desenvolvimento da qualidade do serviço prestado;

- A fiabilidade, competência, compreensão das necessidades e sua capacidade de resposta, são os outros atributos que se caracterizam como intangíveis, pelo facto de os próprios utentes apresentarem posições diversas perante os atributos, durante as actividades desportivas, desde a pontualidade aos objectivos do desporto escolar que se preconiza, onde a sua capacidade de resposta às actividades oferecidas são tidas em consideração, à forma como se resolvem os problemas pontuais que surgem, até ao próprio funcionamento dos serviços administrativos, que são tidos em consideração.

5. A Qualidade do serviço

5.1 – Definição de qualidade

O conceito de qualidade, nos dias de hoje, é suportado por uma gestão estratégica direccionada para a excelência, numa filosofia de melhoria contínua adaptada por todos na organização, centrada na mobilização de um conjunto de princípios, assumidos como uma estratégia global, que tenha em vista uma maior satisfação daqueles que usufruem dos serviços. De acordo com Procter e Gramble em EFQM (2002), citado por Soares et al (2007, p.18): “a qualidade total é um esforço continuado de melhoria feito por todos os elementos de uma organização, no sentido de compreender, responder e superar as expectativas dos clientes”.

Segundo a American Society for Quality Control, citado por Vieira (2000, p. 31), qualidade é “uma tentativa sistemática de concretizar a procura da excelência”. Defendendo ainda que a qualidade não significa dar o melhor ao consumidor, mas também descobrir o que ele realmen-

te deseja, ou seja, “qualidade significa chegar perto do cliente”. Ainda decorrente da definição da American Society for Quality Control, a “qualidade é a totalidade dos atributos e características de um serviço que afectam a sua capacidade de satisfazer necessidades declaradas ou implícitas”, Kotler (2005, p. 56).

De acordo com Saraiva e al. (2000), citado por Soares, Fernandes & Santos (2007, p. 42), as perspectivas sobre o conceito de qualidade têm vindo a evoluir de uma visão centrada nos atributos do produto para um pensamento centrado no cliente.

Perante a dificuldade de uma definição universal de qualidade não se revelar uma tarefa fácil, à semelhança do que referem vários autores (Brito & Lencastre, 2000; Fernandes, 2000; Saraiva e al., 2000; Martins, 2002; Maia, 2003 e Rosa, 2003), citados por Soares, Fernandes & Santos (2007, p. 43), Fernandes (2000) refere que o fundamental será definir os princípios do conceito e efectivamente implementar acções que permitam alcançá-los, pelo que defende três princípios: 1 – Satisfazer os clientes; 2 – Superar as expectativas do cliente; 3 – Melhorar continuamente.

Já na opinião de Deming (1982), citado por Soares & al. (2007, p. 30), as necessidades e as expectativas dos consumidores são o ponto de partida para a melhoria da qualidade.

Segundo Pires (1996), a qualidade de um serviço pode ser definida como o conjunto de atributos tangíveis ou intangíveis associados a esse serviço, que permitam satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes a que se destinam. Os clientes definem, assim, a qualidade, através de critérios por eles estabelecidos, e de processos, objectivos ou não, que adoptam.

Parasuraman, Zeithaml & Berry (1985), citado por Correia et al (2001, p. 14), referem que “a qualidade dos serviços é medida pelas expectativas e percepções que as pessoas têm dos serviços prestados pela organização”, pelo que a qualidade de um serviço tem de ser entendida como o grau de satisfação das necessidades do cliente, numa perspectiva de longo prazo, em função dos atributos do serviço consumido.

Em síntese, verifica-se que a qualidade deixou de ser orientada, exclusivamente, para o produto, para ser direccionada para o consumidor, verificando-se o mesmo nos processos de avaliação, onde as características físicas e as normas pré-estabelecidas deixam de ser tidas como prioritárias, passando a fazer parte da avaliação a percepção que os clientes têm, já que em causa estão as expectativas dos clientes, quer se trate de um produto ou serviço, com vista a atender à sua satisfação. Então, para que um serviço seja pautado pela qualidade, implica que exista um

esforço continuado de melhoria de todos os elementos envolvidos numa organização, no sentido de compreender, responder e superar, em alguns casos, as expectativas criadas pelos clientes em relação ao serviço consumido.

5.2. A importância da qualidade no serviço do desporto escolar

Antes de avançar para o desenvolvimento da importância da qualidade do serviço do desporto escolar, devemos ter em atenção que ao GCDE, enquanto organização pública, sem fins lucrativos, caberá a regulação e a promoção do desporto escolar, tendo em conta a sua vocação e a sua missão, que, actualmente, se colocam ao seu desenvolvimento e onde se procura corresponder à satisfação das necessidades de um leque variado de utentes, individuais e colectivos (comunidade educativa).

O desporto, actualmente, assume uma enorme variedade de formas que requerem tipos de intervenção, também eles distintos e onde os serviços desportivos, neste caso, o desporto escolar, também já oferecem uma vasta gama de actividades do desporto escolar, disponibilizadas pelas escolas, através do seu programa/projecto.

Segundo Vieira (2000), a qualidade é subdividida em dois níveis, a objectiva – relativa aos componentes físicos do produto (atributo tangível) – e a subjectiva – relativa à satisfação do cliente, sua percepção e expectativas, assim como aos atributos do produto.

Para Gronröos (1984), citado por Vieira (2000), a qualidade de um serviço será o resultado de um processo, em que o consumidor compara as suas expectativas com a percepção do serviço que recebeu, avaliando diferentes recursos e formas de utilização. Em suma, refere que a qualidade percebida depende do serviço esperado.

A qualidade de uma organização depende da influência de uma infinidade de factores, pelo que, entre as preocupações mais actuais, estão os recursos humanos, visto que é reconhecida a influência das potencialidades, necessidades sociais e motivações dos seus membros, para o alcance dos objectivos particulares, assim como para o sucesso de toda a organização.

No caso do desporto escolar, vários são os recursos humanos implicados neste processo: desde a Direcção, os Professores de Educação Física, os Encarregados de Educação e os Alunos, pelo que, apesar de uma grande variedade de recursos humanos implicada no sucesso desta orga-

nização, os professores de EF acabam por ser aqueles que apresentam um maior contributo para a formação das crianças e dos jovens, pelo que não podemos ficar indiferentes à valorização dos recursos humanos a quem são destinados os serviços prestados pelo desporto escolar.

Porém, os utentes/consumidores (alunos e professores) vão-se tornando cada vez mais exigentes, porque também são mais conhecedores do serviço que recebem, tendo, portanto, um maior poder de optar por vários locais de oferta desportiva (como, por exemplo, os clubes com a sua modalidade de eleição no desporto escolar) e, automaticamente, com uma permanência ou fidelização à organização, ameaçada por uma concorrência crescente dada a sua maior exigência.

Depreendemos, então, que a qualidade é vista como um factor determinante de sucesso, pelo que acaba por ser um factor estratégico, onde o desafio de qualquer organização e, neste caso particular, do GCDE, também não foge à regra, já que a gestão dos seus serviços é essencialmente organizacional. Segundo Pires (2005, p. 98), “a vida das organizações deve ser gerida pela sustentação duma homeostasia organizacional, quer dizer, através duma gestão parcimoniosa e inteligente dos equilíbrios que têm a ver com os processos de tomada de decisão, conducentes à afectação de recursos que são escassos, tendo em atenção aquilo a que se designa por desenvolvimento sustentado.”

Entender a qualidade como factor estratégico, para o sucesso dos serviços e das organizações, é uma opção, pelo que é preciso implementar critérios de seriedade e excelência, de qualidade.

De acordo com Correia et al (2001, p. 16), “a qualidade é hoje um factor estratégico de desenvolvimento das organizações.” Este mesmo autor (1997, p. 107) entende a estratégia como “uma condição de sucesso para o desenvolvimento organizacional ao possibilitar o aproveitamento das oportunidades ambientais e a mobilização interna no ambiente turbulento e complexo dos tempos que correm”. Na prática, esta forma de gerir implica, por parte do GCDE, que possua uma estrutura organizacional adaptada, que salvaguarde uma orientação estratégia para a selecção de objectivos, a escolha criteriosa de serviços, a definição do posicionamento para os respectivos serviços e mecanismos de controlo, contribuindo, desta forma, para a elucidação da realidade desta organização, cujo objectivo é a fidelização dos clientes, a conquista de novos clientes e de recursos, neste caso particular os recursos humanos que garantam a qualidade do serviço do desporto escolar pelas diferentes escolas, os professores de EF.

Chandler (1962), citado por Correia (1997, pp. 107-108), refere que “a emergência da estratégia nas organizações civis resulta da tomada de consciência das oportunidades criadas

pelas mudanças populacionais e tecnológicas, para empregar os recursos existentes e aumentar a rendibilidade.”

Na actualidade, e em conformidade com o ambiente económico e social, em que operam as organizações de desporto, a qualidade do serviço terá de ser entendida como o grau de satisfação das necessidades do cliente, em função dos atributos do serviço consumido.

Será importante referir que, ao longo do século XX, o conceito de qualidade nas organizações desportivas tem evoluído para o produto e deste para o consumidor, ou seja, em conformidade com o ambiente económico e social, aliás como defende Correia et al (2001, p.17) “o ambiente económico e social em que as organizações de desporto operam, impõem que a qualidade de um serviço tenha de ser entendida como o grau de satisfação das necessidades do cliente, em função dos atributos do serviço consumido”.

Partindo deste pressuposto, a qualidade do serviço é sempre a qualidade percebida pela pessoa concreta, no nosso caso pelos professores de EF, e depende das expectativas criadas em relação ao serviço do desporto escolar e o serviço percebido.

Em relação às expectativas dos professores de EF, estas são normalmente criadas pelas experiências anteriores no desporto escolar, pelos processos de comunicação entre a organização (GCDE e escola) e as próprias necessidades pessoais dos professores.

Contudo, será importante ter presente que a produção de serviços, centrada na satisfação dos consumidores (alunos e professores), é uma vantagem para o próprio desenvolvimento do desporto escolar, já que os processos de satisfação dos consumidores passam pela elevação da qualidade dos serviços, originando clientes mais satisfeitos.

Inclusive, de acordo com Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985), citados por Correia et al (2001), a gestão da qualidade de serviços leva a que a organização, neste caso o GCDE, se preocupe com os ditos Gaps (hiatos ou lacunas), perante o modelo conceptual da qualidade de serviços proposto por estes autores. Acrescenta este autor que é necessário saber as necessidades e expectativas dos consumidores, para além de analisar os desempenhos da própria organização ao nível dos referidos Gaps, o que, em termos operacionais, implica a medição da satisfação dos clientes, a partir da identificação dos atributos que contribuem para a satisfação dos actuais clientes.

Considerando esta uma condição para que haja um verdadeiro desenvolvimento do desporto, uma vez que implica toda uma gestão estratégica da qualidade assente num conjunto de elementos estratégicos e em função de pessoas concretas, nomeadamente o facto de a qualidade ser definida segundo o ponto de vista do utente/consumidor (onde a qualidade é percebida pela pessoa concreta e depende das expectativas criadas, resultantes de experiências anteriores, pelos processos de comunicação entre o GCDE e pelas próprias necessidades dos professores). Outro aspecto é o facto de a qualidade estar ligada à condução estratégica da organização, nomeadamente ao seu processo de planeamento estratégico, aumenta a rentabilidade dos próprios serviços, já que as pessoas, ao reconhecerem o serviço, acabam aceitar a fidelização, o que, por sua vez, leva à conquista de novos utentes e consumidores e é ainda um aspecto decisivo na superação da concorrência, concluindo-se, portanto, que é imprescindível o compromisso de todas as pessoas da organização, para conseguir uma gestão estratégica da qualidade, estando implícito um pré-requisito de uma boa liderança da parte do Director de serviços, GCDE, de tal forma que conduza a soluções técnicas mais adequadas junto dos recursos humanos disponíveis. Por esta razão, a gestão da qualidade é complexa, uma vez que, na prática, implica soluções de compromisso que deixem as pessoas satisfeitas e, ao mesmo tempo, leve ao desenvolvimento da própria organização.

Por essa razão se torna imperioso, avaliar as actividades desportivas desenvolvidas pelo GCDE, no sentido de melhorá-las e onde a avaliação deve ser periódica e sistemática, no sentido de avaliar como decorrem os processos e as actividades, mas também os resultados de quem operacionaliza os objectivos da missão da organização, recorrendo a indicadores qualitativos e/ou quantitativos, de forma a garantir a existência de uma coerência e articulação entre eles, visto possuírem conhecimentos valiosos, na medida em que os professores de EF são produtores e consumidores do serviço.

Sousa (1997, p. 216) refere mesmo que “sentir-se ou não satisfeito é algo de muito subjectivo e conjuntural, já que nunca é possível realizar medições da qualidade do serviço desportivo com garantias absolutas, mas é necessário realizá-las, na medida em que nos darão uma ideia fundamental da realidade e não da opinião de quem desenvolve o serviço”, aferindo, então, que o grau de qualidade do serviço avaliado resulta do grau de satisfação das necessidades dos clientes, em função dos atributos do serviço consumido.

5.3. Modelo conceptual da qualidade de serviços no desporto

Correia & Soares (2007) apresenta um modelo simples de avaliação da qualidade do serviço, na perspectiva do consumidor, baseando-se para o efeito nas expectativas e percepções desenvolvidas por estes após terem vivido uma determinada experiência desportiva, constatando que o nível de satisfação resulta das expectativas e da percepção do serviço, como indica a figura que se segue:



Figura 3 – Modelo simplificado da qualidade de serviços, segundo Correia & Soares (2007)

Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985), citados por Correia et al (2001, p. 19), sugerem que a gestão da qualidade de serviços implica que a organização se preocupe com os ditos gaps (hiatos ou lacunas) de acordo com o modelo conceptual da qualidade de serviços proposto. Ou seja, se efectivamente a organização pretende satisfazer as necessidades dos professores de EF que recebem o serviço do desporto escolar, então o aumento da qualidade de serviços implica uma gestão que tenha como tónica a minimização dos diversos gaps:

- Gap 1: Diferença entre as expectativas do consumidor e a percepção que a organização tem em relação às expectativas do cliente.

No dia-a-dia de qualquer organização produzem-se falhas no sistema de informação por diversas razões uma vez que os processos de comunicação comportam falhas, distorções e envieamentos por si mesmo. No caso do desporto escolar, o facto da informação do GCDE não chegar, por vezes, a tempo e horas à escola, leva a que os professores se sintam insatisfeitos com o serviço.

- Gap 2: Diferença entre a percepção da organização relativamente às expectativas do consumidor e as especificações da qualidade do serviço.

Segundo Correia et al (2001), as regras para atingir serviços de qualidade nem sempre são cumpridas devido à contenção de despesas, por a organização também ser incapaz de pôr em

prática as percepções que recebeu sobre os desejos das pessoas, e é preciso ter presente as dificuldades subjacentes à normalização das tarefas, tendo em vista a produção de serviços de qualidade estandardizados. No caso do desporto escolar, uma das razões para essa situação é a contenção de despesas, apesar de terem consciência da importância de conhecer as expectativas dos seus utentes.

- Gap 3: Diferença entre as especificações da qualidade do serviço e o serviço fornecido.

São vários os factores que contribuem para o desajuste entre o serviço requerido e o serviço fornecido: a divisão do trabalho, a competência dos técnicos, a tecnologia necessária, o trabalho de equipa, os sistemas de controlo da organização, os conflitos e as ambiguidades existentes na organização.

- Gap 4: Diferença entre o serviço fornecido e o que é comunicado aos clientes sobre o serviço.

Correia et al (2001) defende que existem dois factores decisivos para se diminuir o *gap* entre o serviço fornecido e a comunicação ao cliente. Primeiro, a quantidade e qualidade da comunicação horizontal é fundamental. Segundo, qualquer que seja o motivo é fulcral não alimentar falsas esperanças sobre as características dos serviços.

De acordo com Ramos & Vilas Boas (2003), este desvio resulta da “promessa” feita pela organização ao cliente sobre determinado serviço. Para diminuir este desvio deve-se ter em conta a qualidade e a quantidade da informação fornecida, pois não deve comunicar falsas características dos serviços, aumentando, assim, as expectativas dos clientes.

- Gap 5: Diferença entre as expectativas sobre o serviço e a percepção que o cliente tem do serviço.

Trata-se, nem mais nem menos, da avaliação final que se faz ao serviço recebido, onde é necessário considerar três tipos de variáveis: comunicação, necessidades pessoais e experiência passada, atendendo a que vai permitir verificar se as suas expectativas em relação ao serviço foram correspondidas ou superadas.

Nesta lógica, o controlo e a correcção consciente dos *gaps* pelas organizações de desporto são certamente um modo eficaz de aumento da qualidade e consequente satisfação dos clientes e de todos os interessados.

5.3.1. O que são e como se formam as expectativas e as percepções?

5.3.1.1. Definição de expectativas

Expectativa dos professores é tudo aquilo em que eles acreditam que o serviço do desporto escolar será. De acordo com Saias (2007, p. 338) “ (...) as expectativas têm uma influência significativa, quer sobre a avaliação que se faz da qualidade daquilo que se recebeu, quer da satisfação resultante da situação de consumo pela qual se passou”.

As expectativas “formam-se ao longo do tempo, por intermédio de muitos factores, de que se salientam a experiência passada e a comunicação”, Saias (2007, p. 345), definindo este mesmo autor que “as expectativas dos clientes são tudo o que eles acreditam que o serviço será” (p. 412). Segundo Zeithaml e Bitner, citado por Saias (2007, p. 413), o processo de formação das expectativas está relacionado com a zona de tolerância, como nos mostra a figura 4.

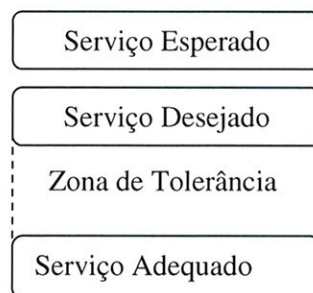


Figura 4 – Processo de formação das expectativas

(Fonte: Valarie A. Zeithaml e Mary Jo Bitner – Services Marketing)

Assim sendo, as expectativas dos professores, em relação aos serviços, reflectem os seus desejos, o que gostariam que fosse o serviço (serviço desejado), enquanto o serviço adequado reflecte o nível do serviço que, neste caso, os professores estão dispostos a aceitar, o qual é baseado em experiências que desenvolveram ao longo do tempo, serviço previsto, de acordo com a sua experiência no desporto escolar.

A zona de tolerância reflecte a diferença entre o serviço desejado e o serviço adequado, dada a característica dos serviços de heterogeneidade, o que leva a que os professores, neste caso, estejam adaptados a variações na prestação dos serviços de um local para outro e até de um dia para outro. Outra característica da zona de tolerância é que o serviço desejado está menos sujeito a mudanças do que o serviço adequado.

Correia & Soares (2007, p. 81), defendem que as expectativas” são determinadas, no fundamental, pelas experiências anteriores, pelos processos de comunicação e pelas próprias necessidades”

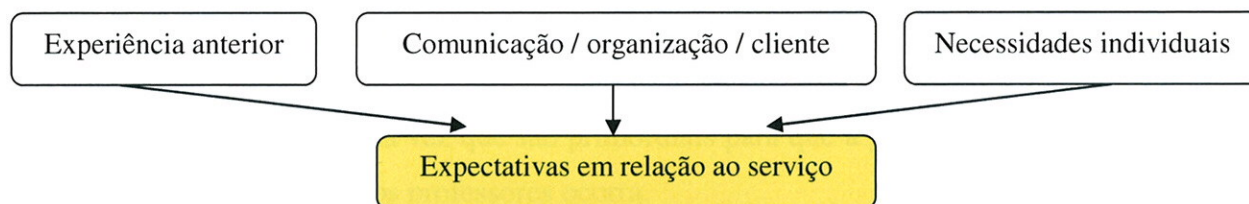


Figura 5 – Determinantes das expectativas do serviço

(Adaptado de Correia & Soares, 2007)

5.3.1.2. Definição de percepção

Já a percepção, segundo Alves (2003, p. 233), “é o meio da informação, mediante a qual lhe damos significado ao que ocorre à nossa volta”.

Saias (2007, p. 358), diz-nos que o processo de percepção de qualidade também é afectado pelas expectativas que os clientes trazem consigo quando consomem o serviço. Estas expectativas, por seu lado, derivam de vários inputs: realçando a sua própria experiência, quando existe, como a mais importante, para além da imagem que se tem da organização do serviço do desporto escolar.

Assim sendo, pode afirmar-se que, se a qualidade percebida estiver à altura das expectativas criadas, a avaliação que os professores do desporto escolar farão em relação à satisfação do serviço do desporto escolar, tenderá a ser mais favorável do que no caso de haver uma frustração de expectativas.

Em perspectiva está o facto de que será muito importante para o GCDE e para a escola ter em atenção que o processo comunicacional, em grande parte, acaba por ser o responsável pela formação de expectativas. Na medida em que os professores percepcionarem que existe um estado de maior ou de menor controlo da situação de consumo do serviço, acaba por se reflectir numa atitude mais alerta para os defeitos do serviço, se quisermos, uma atitude mais crítica, a qual afecta o seu processo de percepção e avaliação da qualidade. Podemos exemplificar com o caso do número de competições regulares que estava inicialmente prevista e que acabaram por

ser reduzidas drasticamente (no seu número), porque vão sendo adiadas as fases concentradas. Nesta situação, poderemos realçar o CDE, ao garantir uma situação de maior controlo da situação de consumo através das informações que vão sendo transmitidas pelo GCDE, o qual desempenha um papel de intermediário, por exemplo, através da informação do que está a ser feito por parte da organização responsável, para garantir que seja possível uma alternativa de espaço, em que altura será realizada e qual o resultado que se poderá esperar, no fundo, relatando a verdade sobre os acontecimentos, uma vez que são primordiais para que a gestão do processo de percepção de qualidade por parte dos professores ocorra.

Segundo Almeida (1995), citado por Pires & Camarez (2003), as percepções são realidades sentidas ou percebidas por um indivíduo e dependem por isso do “ponto de vista” de cada um.

Podemos, então, referir que o processo de percepção do serviço prestado pelo desporto escolar, pode ser analisado de duas maneiras pelos professores de EF: na prestação dos serviços do desporto escolar propriamente ditos, conforme programa estipulado, e na perspectiva da comunicação com os funcionários da organização.

5.4. O papel do marketing na melhoria da qualidade do serviço de desporto escolar

Segundo Kotler (1988, p. 163), “o conceito de marketing afirma que, a meta de uma organização é satisfazer os seus clientes e público, razão pela qual é imperativo que se tenha de medir periódica e sistematicamente o nível de satisfação dos clientes/público”.

Contudo, este mesmo autor lembra que existem organizações que apresentam os seus serviços sem antes terem uma opinião clara no que concerne às necessidades dos seus destinatários. Defendendo que, antes de comunicar um serviço, se deve recorrer a um procedimento dividido em três fases:

1ª Fase – deve ser feita uma pesquisa exaustiva aos “clientes”, procurando descobrir quais são as suas vontades, interesses, necessidades e motivações;

2ª Fase – a organização deverá desenvolver uma segmentação dirigida, exclusivamente, para o grupo ou grupos com os quais vai interagir. No nosso caso, em particular, essa organização é da responsabilidade do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, a par da escola, enquanto responsáveis pelo desenvolvimento desportivo escolar, pelo que, tratando-se de um serviço público, importa frisar que a organização terá de atender quer aos clientes internos, utili-

zadores directos deste serviço (alunos e professores), quer aos clientes externos (País, Governo Regional e a própria SRE), tidos como financiadores deste serviço;

3ª Fase – só depois de terem sido respeitadas as duas etapas anteriores é que a organização se encontra habilitada a desenvolver e aplicar políticas e estratégias de marketing, que tenham por finalidade a satisfação desses grupos.

Como ponto de partida, poderemos depreender que, se o nível de satisfação dos professores no desporto escolar for o máximo, estaremos perante a prestação de um serviço do desporto escolar com qualidade e, por inerência, uma organização competente, que atende à gestão dos níveis de satisfação dos consumidores directos do serviço (leia-se professores).

Já em termos de *marketing*, o desporto escolar constitui um produto para os agentes a ele directamente ligados – alunos e professores – e um serviço para a entidade que a operacionaliza – a escola.

Segundo Lendrevie, J. et al (2004, p. 576), a importância do marketing na administração pública, urge, na medida em que “o marketing tem por filosofia base, a satisfação das necessidades dos seus públicos-alvo para atingir os próprios objectivos da organização “ (fidelização dos seus utentes).

Tal implica que tenhamos de conhecer, por um lado, qual a percepção dos professores (utente e consumidor) quanto à qualidade do serviço e, por outro, em que medida esta qualidade corresponde às suas necessidades e expectativas. Pois, se conseguirmos identificar as suas satisfações ou insatisfações, em relação ao serviço disponibilizado pelo GCDE, estaremos a identificar as suas percepções e as suas expectativas. Desta forma, estaremos a contribuir para identificar o que se está a passar no desporto escolar e, conseqüentemente, a ajudar o GCDE, se assim o entender, a poder dispor de dados que lhe permitam ajustar a sua política de qualidade do seu serviço junto das escolas, as quais desenvolvem os seus projectos de desporto escolar. Lembremos que os professores são uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço e sobre a sua própria satisfação, pelo que “é preciso compreender o processo de percepção para poder geri-lo” Saias (2007, p. 324) e que as organizações de desporto têm, cada vez mais, de funcionar a partir da gestão da informação dos praticantes, das famílias, dos professores/técnicos, dos poderes públicos e da concorrência, como nos alerta Correia et al (2001, p. 12).

Encontramos aqui um aspecto fundamental da qualidade nos serviços de desporto. Quais são, então, as suas necessidades, exigências e expectativas, face ao serviço do GCDE?

De acordo com Fernandes (2000, p.24), “o centro da qualidade dentro das organizações são as pessoas”.

Assim sendo, satisfazer as necessidades e expectativas dos utentes, neste caso, é um imperativo da gestão das organizações, segundo Correia et al (2001, p. 55), na medida em que, se a organização em causa não o fizer, ou seja, se não for ao encontro dessas necessidades e expectativas, outro o fará. Kotler (1988, p. 168) refere mesmo que “o conceito de marketing exige que uma organização maximize a satisfação dos seus consumidores”.

Correia & Soares (2007, p. 10), entendem que “o marketing é uma filosofia de gestão cujo epicentro está situado nas pessoas interessadas nos serviços da organização, se quisermos, o conhecimento e os métodos ao serviço das organizações de desporto, de tal forma que têm capacidade para influenciar e se adaptar aos comportamentos dos interessados, tendo em conta a efectivação dos objectivos”. Depreende-se, então, que o marketing é um espaço onde se produz conhecimento, de tal forma que permite maximizar “as trocas”, entre a organização e as pessoas, pelo que tem implicações directas na qualidade dos serviços disponibilizados e cujo objectivo é a fidelização dos consumidores e a conquista de novos utentes e recursos.

Buján (2004, p.273) por seu lado defende que “um dos pilares para conseguir a qualidade total é o marketing”, definindo de forma simples o marketing como: “o conhecimento das necessidades e expectativas do mercado (cliente) e da sua satisfação”.

5.5. A satisfação dos consumidores como forma de avaliar o serviço

Conhecer a satisfação dos consumidores é extraordinariamente útil por várias razões: permite verificar a eficácia da nossa acção, orienta os nossos esforços de melhorar e manifesta, ao consumidor, a nossa vontade de o satisfazer. Saias (2007, p. 357), defende mesmo que “há no entanto algo que está indissociavelmente ligado à satisfação dos clientes e à sua fidelização: a qualidade.”

Posto isto, estamos em condições de afirmar que a qualidade e a satisfação dos clientes contribuem globalmente para a sua fidelização, demonstram que a satisfação do cliente é determinante para que este volte a utiliza-lo e, conseqüentemente, se torne mais leal. Por sua vez, a fidelização depende de como estes percebem a qualidade e se sentem ou não satisfeitos com os serviços que lhes são prestados. Conclui-se, então, que a qualidade e o serviço são os meios para atingir o fim, que é a satisfação do cliente.

De acordo com Boss (1993), citado por Fernandes (2000), o interesse de uma organização na qualidade e na satisfação baseia-se em três parâmetros:

- 1) A satisfação do cliente é conduzida pela qualidade do serviço fornecido pela organização;

- 2) A satisfação assegura uma maior lealdade por parte dos clientes;
- 3) Clientes fiéis são mais rentáveis para as organizações.

Segundo Gerson (2001), um cliente fica satisfeito sempre que as suas necessidades reais ou fictícias são satisfeitas ou excedidas.

De acordo com esta definição, subentende-se que a satisfação ou não dos professores do desporto escolar depende das suas expectativas em relação ao serviço do desporto escolar e, conseqüentemente, em avaliação está o desempenho do serviço disponibilizado pelo GCDE e a escola, enquanto organizações, o que os leva a ficar satisfeitos ou insatisfeitos.

Kotler (1988, p. 164) refere que o conceito de satisfação é, de acordo com o dicionário webster, a “realização completa de uma necessidade ou desejo”. Ainda de acordo com este autor, a satisfação de uma pessoa está intimamente relacionada com as suas expectativas. Quanto maiores forem as suas expectativas, tanto maiores serão as suas insatisfações, quanto maior forem as percepções, maior será a possibilidade de ficar satisfeito.

Hoffman & Batson (2003, p. 366) defendem que “embora as medições da satisfação do cliente e da qualidade do serviço resultem da comparação das percepções com as expectativas, existem diferenças subtis entre os dois conceitos em termos operacionais.”. Visto que, se por um lado, a satisfação compara as percepções dos cliente com o que este esperava da organização, a qualidade do serviço compara as percepções que o cliente estaria à espera da parte da organização.

Kotler (2005, p. 42) diz que “a satisfação consiste na sensação de prazer ou desapontamento de uma pessoa resultante da comparação entre o desempenho (resultado) percebido de um serviço e as suas expectativas. Se o desempenho não atende às expectativas, o consumidor fica insatisfeito. Se o desempenho atende às expectativas, o consumidor fica satisfeito, por outro lado, se o desempenho supera as expectativas o consumidor fica altamente satisfeito ou encantado”.

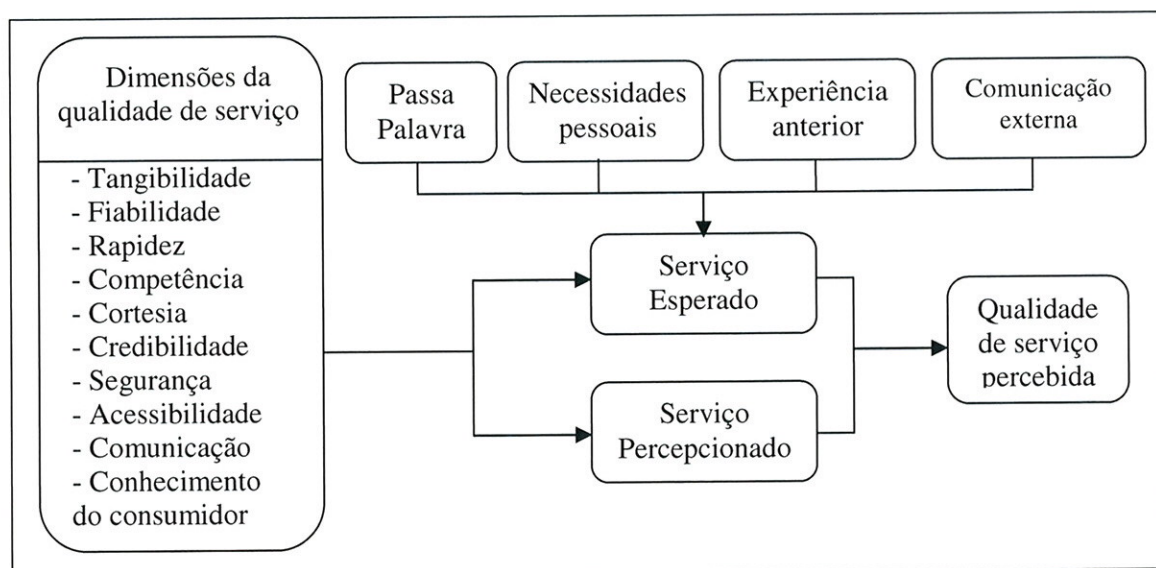
A avaliação da satisfação é entendida como uma ferramenta valiosa de diagnóstico, na medida em que nos permite ter uma avaliação do desempenho do serviço disponibilizado pelas pessoas, professores, que se encontram na linha da frente da operacionalização dos projectos pelas escolas e que, no fundo, reflectem as lacunas mais evidentes do serviço do desporto escolar com a própria organização, através da comunicação que se estabelece entre o CDE e o GCDE. Por essa razão, também se defende que a avaliação da satisfação em relação ao serviço é necessária e deve ser investigada regularmente, possibilitando à organização o devido ajustamento, no

sentido de garantir a satisfação dos seus “clientes”, a partir dos atributos mais adequados, possibilitando, em simultâneo, a aplicação de processos de melhoria constante na própria organização.

Correia et al (2001, p. 54) defende que a avaliação do serviço “faz-se através da medição da satisfação ou insatisfação dos clientes, funcionários e dos fornecedores face a um conjunto de indicadores de qualidade que traduzem o serviço.” Sendo que, a avaliação pode ser realizada de diferentes formas, utilizando diferentes técnicas e métodos, tais como: a aplicação de questionários, inquéritos, sistema de recolha de sugestões/reclamações, entre outros.

Segundo Giansesi e Corrêa (1996), citado por Lemes (2002), a avaliação que o cliente faz, durante ou após o término do processo, resulta da comparação entre o que o cliente esperava do serviço e o que ele recebeu depois de ter consumido. Depreende-se, então, que, efectivamente, o que é mais valorizado no desempenho do serviço é a percepção que os professores têm, na medida em que corresponde ao desempenho efectivo do serviço disponibilizado pelo desporto escolar.

Zeithaml, Parasuraman & Berry (1990), citado por Alves (2003, p. 227) identificaram dez critérios que servem de base à avaliação da qualidade dos serviços: “tangibilidade, fiabilidade, rapidez, competência, cortesia, credibilidade, segurança, acessibilidade, comunicação e conhecimento do consumidor”. Consideram-se, habitualmente, “quatro factores-chave que influenciam as expectativas dos consumidores: passa-palavra, necessidades pessoais, experiência anterior e comunicação externa”, como referem Lendrevie, Lévy, Dionísio e Rodrigues (2004, p. 565).



Fonte: Mercator XXI (2004, p. 566)

Figura 6 – Percepção da qualidade de serviço pelo consumidor

Subentende-se, então, que a avaliação que é feita à qualidade do serviço advém, por um lado, das expectativas criadas pelos clientes, em relação aos atributos do serviço esperado, e por outro lado, os clientes possuem percepções quando vão auferir do serviço, em dado momento, pelo que o resultado da sua satisfação resulta do serviço percebido.

A avaliação da satisfação, em relação ao serviço do desporto escolar, é extremamente importante, na medida em que permite identificar as falhas que ocorrem de modo a que a organização possa actuar de forma directa, consciente e eficaz, de forma a aumentar a percepção da qualidade por parte dos seus utentes. Mas é importante, também, não esquecer que os consumidores têm, normalmente, posições diversas perante os atributos, razão pela qual cabe à organização saber quais são os atributos mais valorizados pelos consumidores, já que as necessidades se podem alterar, o que impõe uma avaliação periódica.



METODOLOGIA

II – METODOLOGIA

1. Definição e caracterização da amostra

Para a definição da nossa amostra, recorreremos ao GCDE, no sentido de nos inteirarmos do número total de professores de EF envolvidos no desporto escolar durante o ano lectivo 2006/07, obtendo a informação que havia 260 docentes envolvidos no projecto do desporto escolar na RAM.

Por outro lado, solicitamos os serviços da SRE, com o objectivo de conseguirmos apurar o total de professores de EF, nos grupos 260 e 620, distribuídos pelas escolas de 2º e 3º CEB e secundário, a desenvolver a sua actividade educativa no ensino público e privado constatando que eram um total de 476 professores de EF.

Assim sendo, procedeu-se à administração directa dos questionários aos professores, tendo-se inquirido 255, o que perfaz uma taxa de retorno na ordem dos 98%, o que foi muito bom. Porém, apesar da excelente estratégia da nossa equipa de investigação e da cooperação do GCDE, não nos foi possível atingir os 260 professores, por razões de força maior, que não pudemos controlar.

Mas, por outro lado, apraz-nos registar que a nossa amostra representa 53,6% do universo dos professores de EF no ano lectivo 2006/07, na RAM, a leccionarem o 2º e 3º CEB e secundário, o que corresponde a um valor médio a elevado, contribuindo para que tenhamos não só uma amostra representativa face aos objectivos propostos, como nos permita obter um conhecimento mais profundo da avaliação que fazem os professores de EF em relação à percepção da qualidade do serviço, atributos de satisfação e insatisfação, que presta o desporto escolar na RAM.

Já em relação à distribuição da nossa amostra, constatamos que são maioritariamente do sexo masculino (63,1%), enquanto o sexo feminino é constituído por 34,9% (o registo de 2% corresponde a um total de 5 professores que não responderam, como se pode visualizar na figura 7 que se segue:

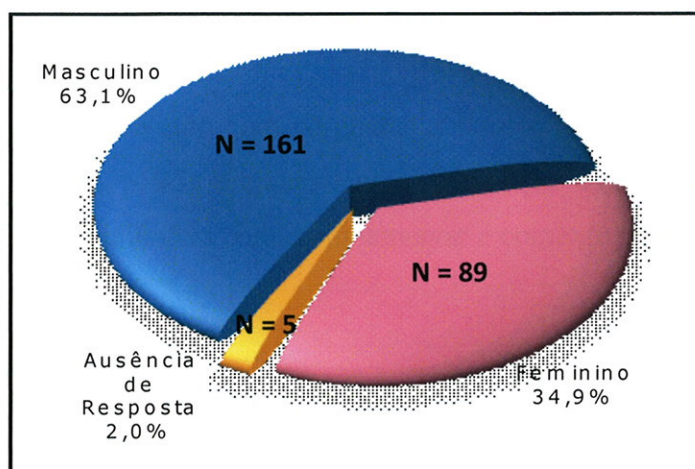


Figura 7 – Caracterização dos professores segundo o sexo

Os restantes indicadores, da nossa amostra, encontram-se na parte da apresentação dos resultados, por estes já dizerem respeito aos objectivos do estudo em questão.

2. Instrumento de pesquisa

A técnica de recolha da informação escolhida foi o questionário, por ser o instrumento que melhor se ajusta à informação que queremos recolher (quantitativa e qualitativa), e onde nos propomos inquirir o universo dos professores envolvidos no desporto escolar pelas escolas do 2º e 3º CEB e secundário, não sendo, portanto, necessário recorrer a nenhum método amostral.

2.1. Construção e características do questionário

A construção do questionário teve, como pressuposto, o estudo realizado a nível nacional, por Correia & Rosado (2006), intitulado "Satisfação da comunidade escolar e das famílias relativamente ao desporto escolar", tendo este servido de ponto de partida, já que o mesmo foi, posteriormente, adaptado e validado, tendo por base: o programa do desporto escolar, no ano lectivo 2006/07, a sua legislação e regulamentação (cargos específicos, actividades desportivas e quadro competitivo) na RAM e ainda a qualidade do serviço do desporto escolar, não só partindo dos atributos da qualidade avaliados na investigação nacional, como também de um conjunto de investigadores, de alguma forma pioneiros no desenvolvimento destas questões, medição da qualidade do serviço aplicada às expectativas e à percepção do que é obtido, Parasuraman, A., Zei-

thaml, V. & Berry, L.(1991) e ainda o estudo realizado no desporto escolar, na RAM, por Soares (1997).

O questionário foi construído com perguntas abertas e perguntas fechadas, já que, e de acordo com Hill e Hill (2005, p. 95), um questionário deste tipo “é útil principalmente quando se pretende obter informação qualitativa para complementar e contextualizar a informação quantitativa obtida pelas outras variáveis.”

A outra questão que se coloca, num questionário que contem perguntas abertas e perguntas fechadas, é que o mesmo tem vantagens e desvantagens, como nos indica Hill e Hill (2005, p. 94), “se por um lado as vantagens, das perguntas abertas, prendem-se com o facto de poderem dar mais informação e muitas vezes essa informação acaba por ser mais rica e detalhada, as desvantagens tem a ver com o facto de as respostas terem de ser interpretadas, analisadas e codificadas através da análise de conteúdo das respostas. Já no que diz respeito às perguntas fechadas, as vantagens tem a ver com o facto de ser fácil aplicar as análises estatísticas, mas por outro lado as respostas são pouco ricas”. Ainda em relação às perguntas fechadas, referir que se utilizou as escalas nominais e ordinais.

Quanto à forma como este questionário se apresenta, realce-se o facto de este se apresentar subdividido em duas partes, se assim quisermos: uma primeira parte em que se pretende caracterizar a situação profissional dos professores, experiência no desporto escolar e cargo que ocupa, através de perguntas do tipo fechadas e, por conseguinte, respostas rápidas e directas, cuja escala de medida foi nominal, como seja, por exemplo, o sexo masculino; a segunda parte, e pretendendo conhecer um pouco mais qual o seu nível de satisfação e como avaliam os docentes os atributos (tangíveis e intangíveis) do serviço do desporto escolar, recorreu-se a perguntas fechadas e outras de tipo aberto. Em relação às perguntas de tipo fechado, as mesmas foram classificadas de acordo com uma escala de Likert (ordinal que varia de 1 a 5), segundo a qual os professores inquiridos poderão responder entre “discordo em absoluto” e “concordo em absoluto” ou, então, noutros casos, entre “muito insatisfeito” e “muito satisfeito”, optando por colocar “sem opinião”, em algumas das questões, tendo em vista o salvaguardar da resposta de todos os professores.

No que respeita às variáveis em estudo, e tendo como objectivo a obtenção de informação qualitativa, foram estudadas as questões abertas (8.6; 9 e 24.1), sendo que, em relação à obtenção

da informação quantitativa, as variáveis em estudo foram as questões fechadas (1;2;4;5;6;8.1;8.2;8.3;8.4;8.5;8.7;8.9;10;22 e 24).

2.2. Validação do questionário

Em relação ao processo de validação do questionário, pré-questionário, foi aplicado a 15 professores de Educação Física, entre 11 e 15 de Junho, onde o critério de escolha dos mesmos teve em atenção dois factores. O primeiro factor foi que os professores inquiridos teriam de se encontrar, nesse ano, a desempenhar funções no desporto escolar (CDE, CAI e orientador de G/E). Já o segundo factor teve em atenção o ciclo de ensino a que o professor estava ligado (2º e 3º CEB e secundário), de forma a testarmos o questionário junto da população que iríamos encontrar. Por com seguinte, durante este processo de validação, acabamos por ter uma representação de quinze professores dos três ciclos de ensino (2º e 3º CEB e secundário).

Quanto aos procedimentos tidos na validação do questionário, temos a referir que os mesmos foram aplicados em regime de administração directa, pelo que, antes da entrega do questionário, se respeitou uma breve apresentação: do objectivo do estudo, organizações envolvidas e do mestrando, foram assegurados ainda o anonimato e a confidencialidade das respostas, atendendo a que o propósito deste preenchimento é, tão só, a sua validação interna. De seguida, foi solicitado que os mesmos fossem críticos em relação à clareza das perguntas, apontando observações e sugestões aos próprios conteúdos das perguntas, sempre que surgissem dúvidas e hesitações, extensão do questionário e grau de aborrecimento, e, inclusive, aferissem se a linguagem e a terminologia utilizadas estão em conformidade com a realidade da sua escola, já que o objectivo da validação foi avaliar o nível de compreensão das perguntas e as suas dificuldades experimentadas no seu preenchimento.

Posteriormente à validação dos questionários, analisaram-se as opiniões e comentários dos professores inquiridos e, como consequência disso, procedeu-se a alguns ajustamentos no questionário, fruto, também, da análise inter-mestrandos registada durante este processo, como, por exemplo, a adequação das perguntas, tornando-o mais claro e breve. Para o efeito, poderão estabelecer uma analogia em relação ao pré-questionário (ver anexo I) e o questionário definitivo (consultar anexo II).

2.3. Condições de aplicação e recolha dos questionários

Previamente à definição das tarefas, pelo grupo de mestrandos, na aplicação dos questionários, procedeu-se a um levantamento dos professores por escola e por modalidades individuais e colectivas, a fim de se aferir o número exacto de professores envolvidos no projecto do desporto escolar na RAM, no ano lectivo 2006/07.

Posteriormente, recorreu-se ao contacto telefónico e e-mail, junto dos CDE, de cada escola, para confirmar o número exacto dos professores envolvidos no projecto do desporto escolar. Face a este levantamento, foram definidas algumas estratégias, entre as quais: distribuição das escolas pelos mestrandos envolvidos, foi facultada uma listagem dos CDE e dos professores envolvidos no desporto escolar pelas diferentes escolas, no sentido de, através de contacto directo (telemóvel e/ou e-mail), apresentar o objectivo do estudo e agendar um dia para reunir com todos os professores envolvidos no desporto escolar de cada escola, junto do CDE, pedindo toda a sua colaboração e disponibilidade possível, para apresentar o objectivo do estudo e proceder-se à aplicação e recolha dos questionários, salvaguardando, desta forma, o retorno dos mesmos, bem como esclarecer todas as dúvidas que, porventura, viessem a ser colocadas.

Efectivamente, isso chegou a ser feito. Contudo, e verificando que a aplicação do questionário seria perto do final do ano lectivo (período compreendido entre 27 de Junho e 13 de Julho), definiu-se a semana de 3 a 6 de Julho para procedermos à aplicação e recolha dos questionários. No entanto, as nossas intenções foram inviabilizadas, uma vez que o GCDE informou que havia uma acção de formação de 4 a 5 de Julho, sobre ginástica, e que havia muitos professores a frequentar essa acção, para além de outros se encontrarem em reuniões de avaliação. Posto isto, o GCDE sugeriu que seria extremamente oportuno aproveitar a marcação de uma reunião geral de carácter obrigatório, dia 9 de Julho, às 9:30h, na Escola Bartolomeu Perestrelo, salas do piso 4, de balanço ao trabalho desenvolvido no desporto escolar neste ano lectivo, por convocatória a todos os professores CDE, CAI e orientador de G/E, para procedermos à aplicação e recolha dos questionários, o que acabou por facilitar, e muito, o processo em causa. Logicamente, o facto de estar todo o grupo de mestrandos em Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira envolvidos neste estudo, veio facilitar a estratégia de aplicação e recolha dos questionários. Chamada de atenção para a alteração que sofreu o questionário, na medida em que tivemos de substituir o código do questionário para colocar o nome da escola, no sentido de podermos aferir a taxa de retorno dos mesmos, sendo contudo garantido, durante a aplicação do questionário.

rio, o anonimato associado ao preenchimento do mesmo, onde explicamos aos inquiridos, não só os objectivos, bem como a importância das suas respostas em todas as questões, para a elaboração deste estudo.

A finalizar, referir que foi garantido um acompanhamento aos inquiridos, de modo a permitir-lhes retirar qualquer dúvida que surgisse, mantendo-nos, aquando do preenchimento, o mais afastado possível, para não lhes causar qualquer desconforto. Apesar de ser nosso objectivo abranger todo o nosso universo (100%), isso não foi viável, na medida em que, por razões alheias à nossa vontade, não foi possível alguns docentes comparecerem à reunião, o que implicou um contacto telefónico posterior, a solicitar o preenchimento do questionário por parte daqueles que não estiveram presentes.

3. Procedimentos

3.1. Análise de conteúdo

Por se tratar de um questionário com algumas questões abertas, proporcionando deste modo orientações diversificadas, foi necessária a utilização do método de análise de conteúdo para tratar a informação recolhida dos questionários, já que segundo Krippendorff (1980), citado por Vala (1986, p. 103), “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”. Através deste método, procurou-se decompor e classificar o discurso produzido pelos professores inquiridos em unidades significativas, face aos nossos objectivos do estudo, recorrendo posteriormente à categorização e ao registo de frequências dessas mesmas categorias. Se quisermos sintetizar, encontramos quatro etapas neste processo: delimitação dos objectivos e do quadro de referência teórico, definição de categorias, definição das unidades de análise e a quantificação, pois, de acordo com Vala (1986, p. 104), “ trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise”.

A construção do sistema de categorias ou, se quisermos, a nossa fonte de categorização, foi feito a posteriori, já que, de acordo com Weber (1990, p. 15), citado por Freitas & Janissek

(2000, p. 44), “a categorização é uma etapa delicada, não sendo evidente determinar a priori as suas principais categorias”, sendo que, em alguns casos, se recorreu à combinação destes dois métodos: a priori, a partir das finalidades do nosso estudo e do enquadramento conceptual e, a posteriori, uma vez que resultou da leitura dos dados por mais que uma vez.

Durante a categorização, foram definidos critérios, procurando que as categorias fossem: exaustivas, exclusivas, objectivas e pertinentes, segundo Weber (1990) e Bardin (1996), citados por Freitas & Janissek (2000, p. 46), onde o mesmo autor defende que “a escolha das categorias é o procedimento essencial da análise de conteúdo, pelo facto de fazerem a ligação entre os objectivos de pesquisa e seus resultados”.

Efectuámos, também, uma análise das frequências de cada uma das categorias e subcategorias, através de uma tabela de frequências, e procedemos ao apuramento das respectivas percentagens absolutas e relativas, onde chegamos à fase da quantificação através da análise de ocorrências.

Durante este processo, recorreremos ao método quantitativo, já que registamos a frequência do aparecimento de certas características do conteúdo, de acordo com o critério usado na categoria. O método qualitativo, na medida em que tivemos como, informação de base, a presença ou ausência de uma característica do critério usado na categoria ou subcategoria. Recorreremos à unidade de registo e o método utilizado foi o dedutivo.

3.2. Análise estatística dos dados

Os dados recolhidos dos 255 questionários, foram introduzidos na base de dados dos professores pelos cinco mestrandos envolvidos neste estudo, sendo depois aferidos os erros de entrada de informação através de uma análise exploratória aos dados, com o objectivo de identificar os casos extremos, que, depois de identificados, foram retirados da base de dados.

A análise e tratamento dos dados efectuou-se através do software SPSS (“*Statistical Package for the Social Sciences*”), versão 15.0 e do programa Microsoft Office Excel 2007.

A estatística descritiva, através de parâmetros de tendência central (média, desvio padrão, valores máximo e mínimo) e ainda tabelas com valores absolutos (frequências) e relativos (percentagens), permitindo assim caracterizar a amostra.

Para a análise inferencial, e uma vez que o conjunto de dados que compõem o questionário, que nos propomos avaliar (variáveis em estudo), são, na generalidade, do tipo nominal

(variáveis de caracterização) e ordinal (indiadores), foram utilizados testes não paramétricos, pelo que o seu tratamento fica restrito às tabelas de frequências e testes do Qui-Quadrado para concluirmos da existência de associação, entre pares de variáveis e grupos, para uma probabilidade de erro de 0,05. Sendo que, se obtivermos, no teste, um nível de significância inferior a 0,05, a hipótese nula será rejeitada pelo que, estamos em condições de afirmar, existe relação significativa. Se, por outro lado, o nível de significância for superior a 0,05, a hipótese nula não é rejeitada, sendo que, não estamos em condições de afirmar que existe relação significativa.

Aquando do apuramento dos primeiros resultados inferenciais, inteiramo-nos que existiam alguns casos onde falhavam os dois pressupostos de aplicabilidade estabelecidos para o teste de independência do Qui-quadrado, que passamos a enunciar: primeiro, não haver nenhum valor esperado inferior a 1; segundo, não haver mais do que 20% dos valores esperados inferiores a 5. Perante este facto, optou-se em termos metodológicos, por converter a escala de classificação definida inicialmente, reduzindo o número de categorias, quer em relação ao nível de satisfação, quer em relação ao nível de concordância, onde existiam cinco níveis em cada um dos casos, passando a três, com o objectivo de garantir as condições de aplicabilidade do teste de independência do Qui-Quadrado, de acordo com a figura que se segue, e onde são evidentes as adaptações metodológicas:

Níveis Definidos Inicialmente		Níveis Ajustados	
Nível de Satisfação	Nível de Concordância	Nível de Satisfação	Nível de Concordância
1 - Muito Insatisfeito	1 – Discordo em Absoluto	1 - Insatisfeito	1 – Discordo
2 - Insatisfeito	2 - Discordo	2 - Nem satisfeito nem insatisfeito	2 - Nem concordo nem discordo
3 - Nem satisfeito nem insatisfeito	3 – Não Concordo nem discordo	3 - Satisfeito	3 - Concordo
4 - Satisfeito	4 - Concordo		
5 – Muito Satisfeito	5 – Concordo em absoluto		

Figura 8 – Conversão dos níveis de satisfação e concordância

4. Limitações do estudo

Apesar das opções metodológicas seguidas e do rigor colocado nas diferentes fases de desenvolvimento do estudo, é possível apresentar algumas limitações, designadamente ao nível da construção do questionário, onde podemos referir:

- O facto de na questão 8.4, não ter sido contemplada a mesma chamada de atenção, utilizada na questão 8.5, salvaguardando o preenchimento dos orientadores de G/E, que se encontravam a orientar duas modalidades, apesar de, aquando da aplicação directa do inquérito, o termos solicitado;

- Provavelmente, e pelo facto da escala de Likert, ser um instrumento validado, a opção metodológica de termos acrescentado nas perguntas a escala de classificação (6), sem opinião, talvez não se justificasse, apesar de apenas se ter utilizado em 5 das 27 questões do questionário.

- Outra das limitações que poderá ter causado alguma desconfiança da parte de alguns professores envolvidos com cargos específicos no desporto escolar, foi o facto de termos tido um ajustamento metodológico ao que estava antecipadamente planeado, e onde foi solicitado, no preenchimento do questionário, o nome da escola, onde, apesar de ser salvaguardado o anonimato quanto à utilização dos dados, nos foi possível verificar que alguns estariam a equacionar o anonimato, a qual depois voltou a ser minimizada.

Um outro aspecto, que considero ter sido limitativo, prende-se com a reduzida publicação de trabalhos no desporto escolar, que visem a qualidade dos serviços em organizações sem fins lucrativos.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

III – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Parte 1 – Resultados da qualidade do serviço

1. Atributos do perfil dos professores do desporto escolar pelas diferentes escolas

1.1. Participação dos professores do desporto escolar por ciclo de ensino

No que respeita à participação dos professores por ciclo de ensino, os resultados da figura 9, mostram que o 3º ciclo é o que reúne mais professores com um total de 32,5%, contudo existe uma distribuição bastante equitativa entre o 2º, 3º CEB e secundário, sendo que estes três grupos apresentam percentagens que variam entre 24,7 e 32,5 respectivamente. No grupo, um ou mais ciclos, estão incluídos todos os professores que leccionam no 1º ciclo e/ou os que leccionam em mais do que um ciclo, que representam 10,6%. Na categoria, ausência de resposta, 0,8%, encontram-se os professores que não responderam (N=2).

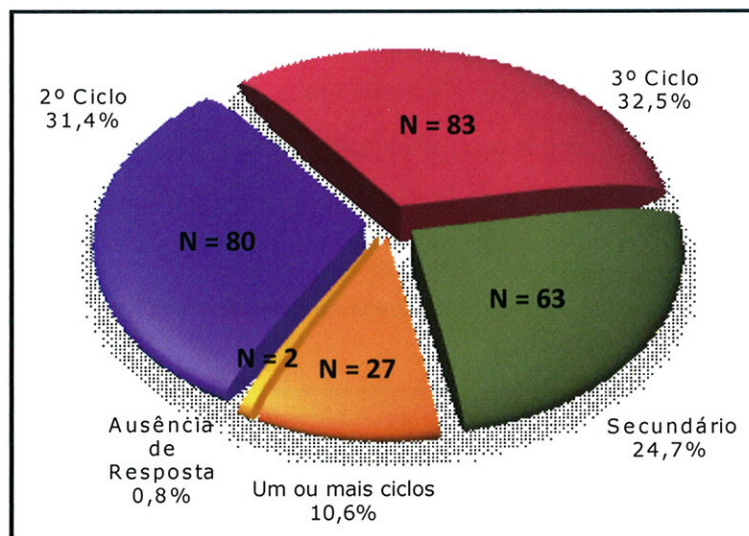


Figura 9 – Distribuição dos professores por ciclo de ensino

1.2. Situação profissional

Relativamente à situação profissional dos professores inquiridos, podemos observar na figura 10 que, os Professores do Quadro e os Professores do Quadro de Zona Pedagógica apre-

sentam percentagens muito próximas, ao invés dos Professores Contratados que representam a maior “fatia” com cerca de 35% dos professores.

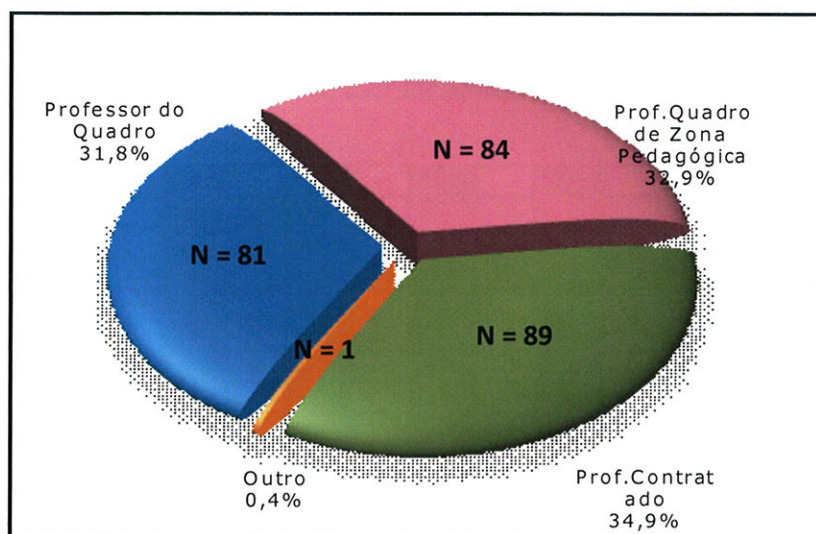


Figura 10 – Distribuição dos professores de acordo com a sua situação profissional

1.3. Cargos exercidos no desporto escolar.

O quadro 3, dá-nos a distribuição dos cargos dos professores, constatando que 73,3% dos professores desempenham o cargo de orientador G/E, seguido dos que partilham os cargos de orientador G/E e CAI, 9%, e CDE e orientador G/E com 8,6%. Salientamos os resultados mais evidentes, pelo que poderão consultar o quadro completo no anexo III.

Quadro 3 – Distribuição dos professores de acordo com o cargo que ocupa no desporto escolar

Cargo que desempenha	N	%
Orientador de Grupo/Equipa	187	73,3
Coordenador do desporto escolar e Orientador de Grupo/Equipa	22	8,6
Orientador de Grupo/Equipa e Coordenador de Actividade Interna	23	9,0
Total	255	100,0

1.4. Anos de experiência no desporto escolar associados ao cargo

De acordo com os resultados obtidos, figura 11, aferimos que mais de 70% dos professores são orientadores de G/E, seguido dos que partilham os cargos de orientador de equipa e coordenador. Sendo possível verificar que os professores mais novos são geralmente os orientadores

G/E e os que têm mais experiência são CDE que podem estar ou não associados a outros cargos. Estes resultados permitem-nos salientar que os orientadores de G/E são os que possuem mais experiência acumulada no cargo do desporto escolar, levando-nos a concluir que estes se encontram ligados já há alguns anos ao desporto escolar na RAM, pela regularidade que evidenciam.

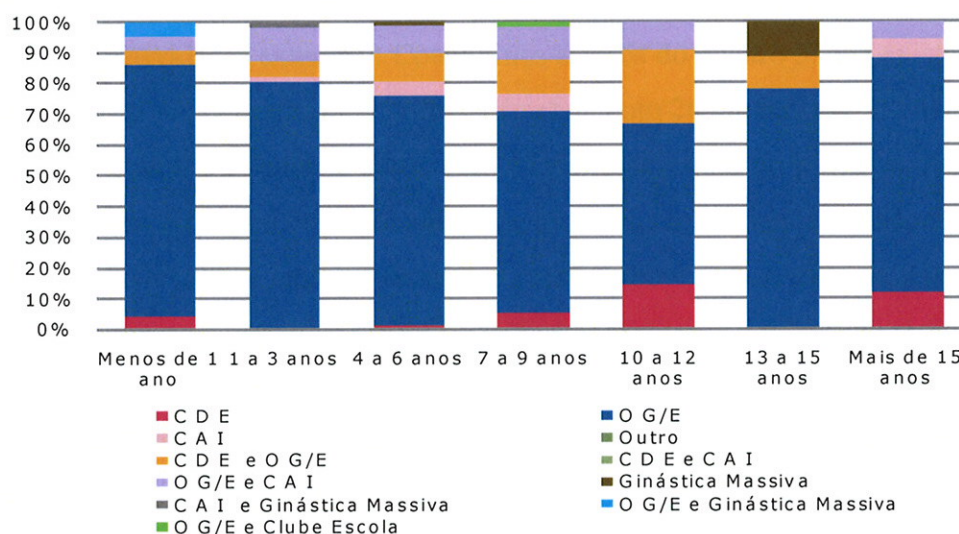


Figura 11 – Distribuição dos cargos associados aos anos de experiência no desporto escolar

1.5. Envolvimento dos professores no sector federado por ciclo de ensino

1.5.1. Total de professores envolvidos no sector federado

Tendo consciência que cada vez mais o sistema desportivo recruta uma grande parte dos professores com formação específica para trabalhar nos clubes, até porque o IDRAM incentiva e apoia os clubes que possuem treinadores qualificados, verificamos através da leitura do quadro 4 que se segue, que no ano lectivo 2006/07 estiveram envolvidos num clube fora da escola um total de 116 profissionais. Constatando efectivamente que o 3º ciclo é o que envolve mais professores, total de 40, seguindo-se o secundário com 32 e o 2º ciclo com 30 docentes.

Quadro 4 – Total de professores envolvidos num clube fora da escola por ciclo de ensino

Envolvido num clube?		Ciclo			
		2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outros
Não	Count	46	42	29	11
	Column N %	60,5%	51,2%	47,5%	44,0%
Sim	Count	30	40	32	14
	Column N %	39,5%	48,8%	52,5%	56,0%

1.5.2. Tipologia da modalidade e função desempenhada

Tendo por objectivo verificar se existia alguma relação positiva entre as modalidades desportivas dos professores orientadores de G/E e a modalidade referenciada na sua experiência fora da escola, até porque as modalidades de que estamos a falar dizem respeito às actividades de carácter regular (actividades externas). Concluimos através do quadro 5, que existe efectivamente uma associação positiva destacando: o futsal/futebol, com 26 professores, o voleibol e basquetebol, com 16 docentes, e o ténis de mesa, com 15 professores, sendo provável que esta associação tenha a ver com a própria evolução do nº de técnicos por modalidade encontrada na demografia federada (2006/2007), onde se destaca o futsal/futebol com o total de 216 técnicos com formação, sendo que uma outra das razões poderá estar associada à projecção regional que tem a modalidade em termos de campeonato Nacional e até mesmo em termos internacionais no caso do ténis de mesa no sector federado. Quanto à tipologia da modalidade que orientam, é curioso registarmos maior percentagem de professores que não treinam fora da escola e que orientam modalidades colectivas, ao contrário das modalidades individuais onde se regista 50,6 % dos professores envolvidos num clube fora da escola, realçando contudo que nas modalidades individuais a distribuição no sector federado e no escolar a diferença não é muito significativa.

Quadro 5 – Professores envolvidos e não envolvidos num clube fora da escola em função da modalidade

Modalidades desenvolvidas no DE	Envolvido num clube?					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	
Acrobática	2	28,6	5	71,4	7	
Aeróbica	6	75,0	2	25,0	8	
Artística	0	,0	3	100,0	3	
Atletismo	2	25,0	6	75,0	8	
Badminton	9	42,9	12	57,1	21	
Canoagem	4	66,7	2	33,3	6	
Judo	6	66,7	3	33,3	9	
Natação	9	52,9	8	47,1	17	
Rítmica	1	100,0	0	,0	1	
Ténis de Mesa	15	65,2	8	34,8	23	
Trampolins	0	,0	1	100,0	1	
Andebol	7	41,2	10	58,8	17	
Basquetebol	16	53,3	14	46,7	30	
Futsal	26	44,1	33	55,9	59	
Voleibol	16	42,1	22	57,9	38	
Ginástica Massiva	6	42,9	8	57,1	14	
Tipologia da modalidade	Individual	41	50,6	40	49,4	81
	Colectiva	60	43,5	78	56,5	138
	Indiv. e Colect.	8	53,3	7	46,7	15

Quanto às funções que desempenham no sistema desportivo, verificamos que a função de treinador é a que aparece com maior frequência ao longo dos três níveis de ensino, sendo que: 75% dos professores são do 3º ciclo, contra 63,3% observados na amostra de professores do 2º ciclo e 61,3% entre os professores do secundário. Registamos ainda que, entre os professores do 3º ciclo, 7,5% são dirigentes e/ou monitores, já que apresentam a mesma percentagem e 2,5% são praticantes de uma modalidade qualquer. Quanto ao 2º ciclo, 20% são praticantes e 10% são monitores, sendo que em relação aos professores do secundário com funções num clube, 12,9% são praticantes e/ou dirigentes. Evidenciando que os professores que estão envolvidos no desporto escolar possuem atributos para desenvolverem um trabalho com qualidade no desporto escolar, até porque possuem formação específica e conhecem bem a matéria que ensinam levando-os a se sentirem mais à vontade nas modalidades que orientam a juntar ainda a motivação, que será com certeza um factor a atender em termos de desempenho e satisfação. Sendo digno de registo que muito provavelmente os professores procuram o sector federado na medida em que as suas necessidades e exigências não são atendidas no serviço do desporto escolar, a par da gratificação financeira que encontram, onde podemos juntar ainda as condições logísticas que têm ao seu dispor (por ex: transporte, materiais, quadro competitivo mais regular etc.).

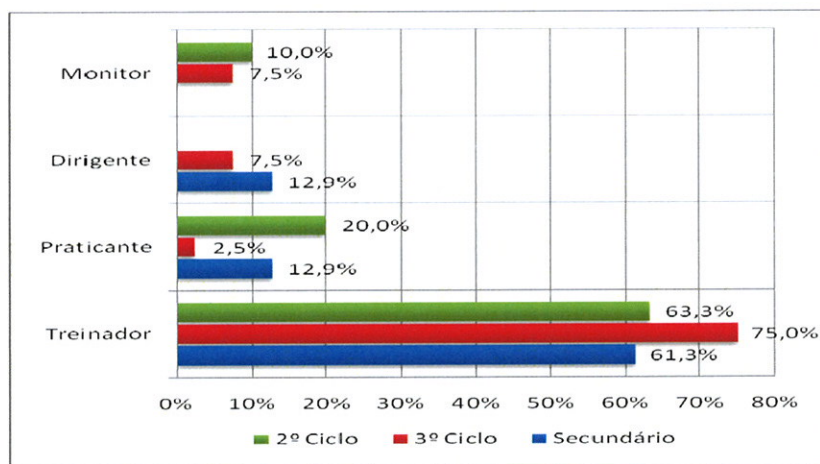


Figura 12 – Funções desempenhadas pelos professores no sistema desportivo

A título de curiosidade e em relação aos professores que não se encontram envolvidos num clube fora da escola, verificamos quando procedemos à sua distribuição de acordo com os anos de experiência no desporto escolar, que efectivamente são os professores do 2º e 3º ciclo os que reúnem maior número de professores, onde se destaca o 2º ciclo com um total de 38 profes-

sores, desde os que possuem menos de 1 ano de experiência até aos professores que já possuem 7 a 9 anos de experiência no desporto escolar, seguido do 3º ciclo que reúne um total de 34 professores, verificando ainda que os estes professores possuem menos experiência acumulada no desporto escolar. Muito provavelmente porque, são professores em início de carreira, ou muito novos, que ainda não têm experiência para serem convidados (não tem formação específica) Consultar anexo IV.

2. Resultados gerais dos professores do desporto por ciclo de ensino

2.1. As modalidades mais escolhidas pelos professores de acordo com o sexo

Verifica-se em termos globais que as escolhas dos professores recaem sobre: o futsal (101=39,6%), voleibol (72=28,2%), badminton (67=26,3%), seguido do ténis de mesa e da Ginástica massiva com (66=25,9%). Sendo que, através da figura 13, é possível descortinar que as modalidades mais escolhidas pelos professores do sexo masculino são: o futsal (46=18%), Ténis de mesa (23=9%) e o voleibol a par do basquetebol (20=7,8%), enquanto as modalidades mais escolhidas pelas professoras são: o voleibol (33= 12,9%), basquetebol (21=8,2%), ténis de mesa a par do badminton (20 =7,8%), e futsal (19=7,5%). Concluindo que, independentemente do sexo dos professores as suas opções pelas modalidades são as mesmas, diferindo na ordem de preferência. Já em relação à quinta e sexta opção, verificamos que são as mesmas modalidades eleitas: a natação e a ginástica massiva, sendo que no caso dos professores estes apresentam (15=5,9% e 13=5,1%) e no caso das professoras reúnem um total de (16=6,3% e 14=5,5%) respectivamente.

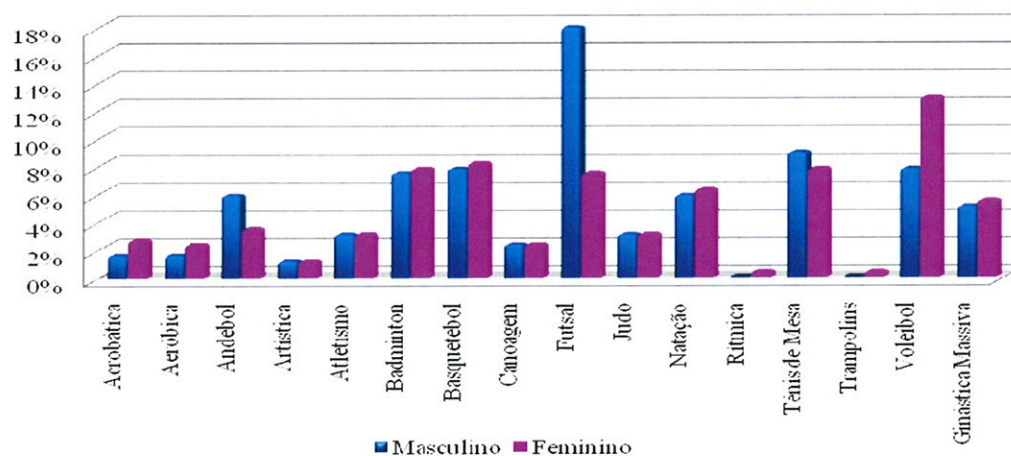


Figura 13 – Distribuição das modalidades do desporto escolar de acordo com o sexo dos professores

No sentido de verificar se existiam diferenças estatisticamente significativas entre a escolha das modalidades pelos professores quando associadas ao sexo, recorremos ao teste de independência do Qui-quadrado, consultar o anexo V. Verificando que, do total das dezasseis modalidades existentes no desporto escolar, em doze delas não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na percentagem de professores do sexo feminino e masculino que as orientam, sendo que, as modalidades em que estas diferenças surgem são provocadas pelos professores que não treinam estas modalidades e são elas: a acrobática (sig=0,004), aeróbica (sig=0,001), atletismo (sig= 0,035) e o futsal (sig=0,000).

Quando agrupadas as modalidades por tipologia é possível estabelecer associação entre o tipo de modalidade e o sexo do professor. Pelo que as preferências das professoras recaem sobre as modalidades individuais com 44,3%, enquanto os professores preferem as modalidades colectivas com 64,7%.

Esta é uma constatação que resulta do teste de independência do Qui-quadrado, uma vez que o valor de prova encontrado é inferior a 0,05 (sig=0,026), permitindo rejeitar a hipótese de independência do teste, indicando que existe uma associação entre o sexo e o tipo de modalidade praticada.

Quadro 6 – Distribuição dos professores de acordo com a tipologia da modalidade e o sexo

Tipologia da modalidade		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Individual	n	41	35	76
	%	27,3	44,3	33,2
Colectiva	n	97	41	138
	%	64,7	51,9	60,3
Individual e Colectiva	n	12	3	15
	%	8,0	3,8	6,6
Total	n	150	79	229
	%	100	100	100
$\chi^2=7,286$		g.l.= 2		Sig=,026

2.2. Relação entre a modalidade que orienta e o ciclo de ensino

No sentido de obtermos resposta à nossa curiosidade, recorremos ao teste do Qui-quadrado para verificar se existe independência ou associação. Chegando à conclusão que existe independência entre o ciclo que os professores leccionam e o tipo de modalidade que orientam.

Uma vez que o valor de prova obtido é maior que 0,05, ($p = 0,670$), o mesmo é dizer que independentemente do ciclo onde o professor orienta, estas são: individuais, colectivas ou ambas. Pelo que, apenas os professores que orientam a modalidade em mais de um ciclo apresentam percentagens diferentes dos restantes, no entanto estas não são suficientes para provocar associação com o tipo de modalidade, já que são apenas 25 professores. Provavelmente possamos explicar este indicador associado ao facto de os professores terem de gerir a orientação do seu G/E de acordo com a disponibilidade dos alunos e instalações, bem como deverão atender às motivações dos alunos enraizadas na própria escola.

Quadro 7 – Relação entre a tipologia da modalidade e o ciclo de ensino

Tipologia da modalidade		Ciclo				Total
		2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Mais do que um ciclo	
Individual	n	23	28	22	7	80
	%	31,1	36,4	39,3	28,0	34,5
Colectiva	n	45	44	30	18	137
	%	60,8	57,1	53,6	72,0	59,1
Individual e Colectiva	n	6	5	4	0	15
	%	8,1	6,5	7,1	,0	6,5
Total	n	74	77	56	25	232
$\chi^2 = 4,053$		g.l. = 6		Sig = 0,670		

2.3. A tipologia da modalidade de acordo com o escalão etário e o ciclo de ensino

Os resultados que apresentamos de seguida, não nos permite verificar se existem diferenças estatisticamente significativas, na medida em que há professores que se encontram repetidos noutra escalão qualquer. Assim, a sua interpretação recairá pelas suas frequências, representadas na figura 14, começando por referir que, na sua globalidade, temos uma maior representatividade de professores nos escalões de infantis a juvenis, sendo curioso que acontece nos três grupos (2º e 3º CEB e secundário), onde as modalidades mais representativas, são as individuais à excepção do 2º ciclo, escalão de infantis, onde as actividades desportivas mais solicitadas são as modalidades colectivas com um total de 32 professores.

Por outro lado, e no que respeita à escolha de uma modalidade individual e colectiva o que verificamos é que são os escalões de infantis e iniciados aqueles que reúnem mais professores a orientarem estas modalidades no 2º ciclo (total de 20 professores) e 3º ciclo (14 docentes),

sendo que no secundário e nestes escalões não existem professores a orientarem estas modalidades. Aproveitando para adiantar que este diagnóstico ao nível dos infantis e iniciados, pode muito bem ser explicado através da resolução n.º.818/2007 do Governo Regional, onde está previsto que os federados a partir do ano de 2006 podem participar no escalão de infantis do desporto escolar, originando que tenha que existir uma capacidade de resposta em relação à procura dos alunos, justificando desta forma também uma maior concentração de professores nestes escalões.

Quanto aos escalões de juniores e juniores/seniores, no 2º ciclo, são as modalidades colectivas as que maior número de professores apresentam (8 e 10 respectivamente), enquanto no 3º ciclo e apesar de verificar que a diferença não é muito significativa em relação ao número de professores a orientarem as modalidades individuais e as colectivas, as individuais continuam a ser as mais representativas nestes escalões (15 e 14 professores) a exemplo do secundário com (18 e 17 orientadores de G/E). Já em relação à escolha de uma modalidade individual e outra colectiva nestes escalões, existe uma maior representatividade no secundário, 6 professores a orientarem estas modalidades.

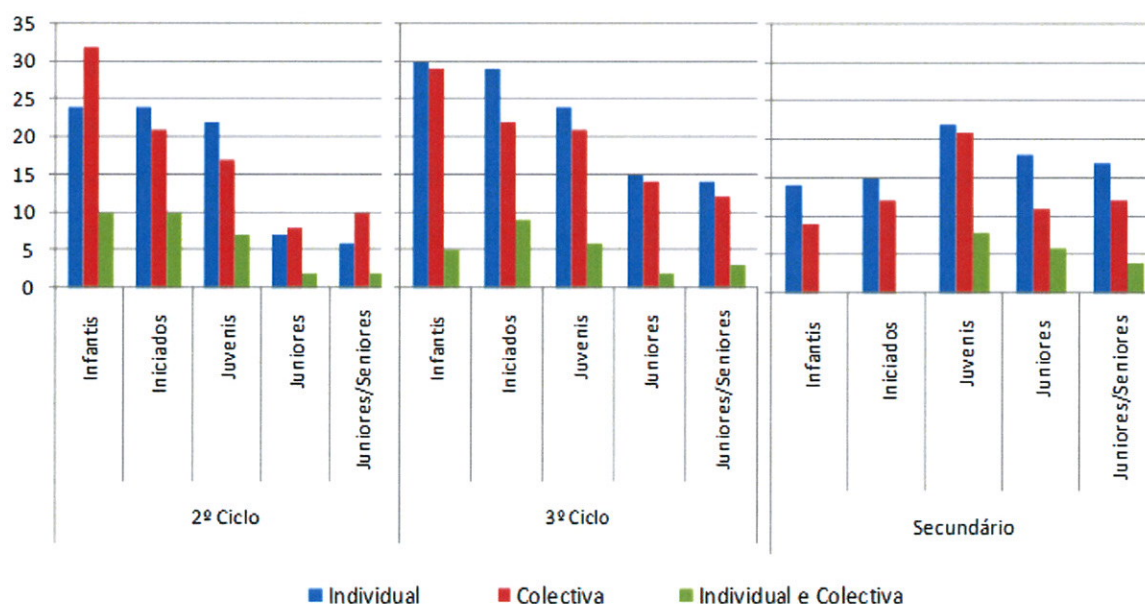


Figura 14 – Distribuição dos professores de acordo com a tipologia da modalidade/escalão etário por ciclo

Se quisermos ser mais precisos em relação à modalidade/escalão que os professores orientam, os resultados evidenciam um maior número de professores a orientar o futsal nos escalões de juvenis (11%) e infantis (10,6%), seguido do voleibol, badminton e ténis de mesa, onde

há maior número de professores a orientar alunos dos escalões de iniciados e infantis. Em relação ao escalão de juniores e juniores/sénior, as modalidades que registaram mais professores respectivamente foram o futsal e a ginástica massiva (5%). Enquanto, o basquetebol e andebol apresentam maior número de professores a orientar o escalão de infantis. Nas restantes modalidades não é visível uma distribuição desigual dos professores pelos escalões. Contudo evidenciamos um dado curioso, que tem a ver com a distribuição homogénea registada em todos os escalões da ginástica massiva, talvez por ser desenvolvida em estágios e concentrações, o que pelas próprias características da modalidade pode muito bem reunir diferentes escalões já que por norma o professor é o mesmo, consultar anexo VI.

2.4. A consistência entre o início dos treinos e o início da competição

Associando o início dos treinos com o início da competição, constatamos que efectivamente os treinos iniciam-se no mês de Setembro, sendo no entanto a partir de Outubro que mais de 30% dos professores começam os seus trabalhos como orientador de G/E na maioria das modalidades, excepção para os trampolins que só arrancam em Novembro a sua competição.

Os resultados obtidos permitem-nos concluir ainda que passado um mês após o início dos treinos, mais de 20% dos professores envolvidos começam a competição pelas diferentes modalidades. Sendo que, até Dezembro já todos os professores iniciaram os seus treinos e em Janeiro o mais tardar dão início à competição, (consultar anexo VII). O que de certa forma reflecte o programa do desporto escolar para (2006/2007), já que todos os núcleos/treinos encontram-se organizados e vocacionados para a participação nos campeonatos regulares, destacando o facto de as modalidades mais praticadas no desporto escolar serem aquelas que melhor estão organizadas desde o início do arranque lectivo, onde em Setembro as modalidades/núcleos que melhor funcionam são: futsal (8); voleibol (5); badminton (4); basquetebol (3) e ténis de mesa (2), para em Outubro já estarem quase a 100%.

2.5. O funcionamento dos treinos por semana

Será importante referir, antes de avançar para a interpretação dos resultados obtidos, que em virtude da diversidade de turnos em que decorrem os treinos ao longo da semana, se optou por agrupar o horário dos treinos definidos pelos diferentes professores inquiridos por turnos. Assim, foram definidos os seguintes turnos: manhã (treinos realizados até às 12h); almoço (trei-

nos entre as 12h-14h); tarde (a partir das 14h), seguindo-se ainda a associação entre: manhã e tarde; manhã e almoço e almoço e tarde.

Perante o quadro que se segue, hora e dia de treino escolhido pelos professores, verificamos que em termos globais os treinos escolhidos pelos orientadores de G/E ao longo da semana incidem sobretudo nos turnos do almoço e tarde, enquanto o turno da manhã é escolhido mais à terça (distribuição repartida pelos ciclos), quinta (2º e 3º ciclo) e a sexta-feira é o 2º ciclo.

Esta variabilidade de funcionamento dos treinos está subjacente ao programa do desporto escolar (2006/2007), uma vez que está definido que os orientadores G/E, dispõem de 2 blocos de 90 minutos ao longo da semana para desenvolver a sua actividade, pelo que os mesmos não deverão ocorrer em dias consecutivos e terão de atender por um lado à disponibilidade dos alunos (tempo livre no seu horário curricular) e por outro lado, à disponibilidade das instalações para poderem desenvolver o seu acto educativo tendo ainda de gerir com o seu horário curricular, já que esta é uma actividade extracurricular.

Em termos globais, a distribuição dos treinos ao longo da semana por ciclo de ensino, está centrada no turno do almoço e no da tarde basicamente. Quanto ao dia que se verifica maior número de professores a orientar o seu núcleo por ciclo de ensino, através da leitura do quadro é possível verificar que ao nível do 2º ciclo, acontece à 5ª feira onde estão reunidos um total de 47 professores, no 3º ciclo é à 6ª feira (45), enquanto no secundário e no grupo mais do que um ciclo acontece à 3ª feira, com 34 e 12 professores respectivamente.

Quando procedemos à leitura do quadro por dia semanal, temos que: a 2ª feira é o único dia que se encontram maioritariamente os núcleos a trabalhar no turno da tarde, sendo que o 2º e 3º ciclo são os que reúnem mais professores (15 e 12 mais precisamente); na 3ª feira, notamos que existe uma divisão pelos turnos onde, 8 professores orientam o secundário no turno da manhã e tarde, enquanto 16 orientam o 2º e 3º ciclo; na 4ª feira já encontramos o turno da tarde como sendo o mais escolhido pelos professores (16) no 2º ciclo e (20) no 3º ciclo, comparativamente com o secundário que reúne 11 professores na hora de almoço; na 5ª e 6ª feira, verificamos que a distribuição dos turnos se processa da mesma forma, ou seja, que o 2º ciclo desenvolve os seus treinos no turno do almoço, enquanto o 3º ciclo e o secundário treinam na tarde.

Ao sábado o que registamos é uma distribuição quase nula, já que apenas dois professores escolhem este dia para treinar, como é possível verificar através do quadro completo no anexo IX.

Na globalidade, verificamos que o horário dos treinos ao longo da semana no grupo mais do que um ciclo é que utiliza mais o turno do almoço para os treinos, o que de certa forma é uma situação antagónica já que se defende que a EF não deve ser desenvolvida à hora de almoço,

contudo, por outro lado é perceptível já que a hora comum a todos eles provavelmente é mesmo a hora de almoço.

No quadro que se segue, apenas constam os turnos mais usados por ciclo de ensino: manhã, almoço e tarde.

Quadro 8 - Distribuição dos treinos por dia e hora segundo o ciclo de ensino.

Distribuição dos treinos/semana			2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Mais do que um ciclo
Segunda-feira	Manhã	n	5	4	2	2
		%	13,5	11,8	8,3	18,2
	Almoço	n	12	11	7	5
		%	32,4	32,4	29,2	45,5
	Tarde	n	15	12	9	3
		%	40,5	35,3	37,5	27,3
Terça-feira	Manhã	n	8	6	8	1
		%	18,2	14,3	23,5	7,1
	Almoço	n	12	16	6	6
		%	27,3	38,1	17,6	42,9
	Tarde	n	16	12	8	5
		%	36,4	28,6	23,5	35,7
Quarta-feira	Manhã	n	4	6	2	1
		%	12,5	14,6	6,7	9,1
	Almoço	n	9	11	11	4
		%	28,1	26,8	36,7	36,4
	Tarde	n	16	20	10	6
		%	50,0	48,8	33,3	54,5
Quinta-feira	Manhã	n	9	9	4	2
		%	19,1	20,9	13,8	22,2
	Almoço	n	15	11	2	1
		%	31,9	25,6	6,9	11,1
	Tarde	n	14	15	15	4
		%	29,8	34,9	51,7	44,4
Sexta-feira	Manhã	n	10	5	2	0
		%	31,3	11,1	8,7	,0
	Almoço	n	11	8	3	6
		%	34,4	17,8	13,0	54,5
	Tarde	n	6	14	12	4
		%	18,8	31,1	52,2	36,4

Ainda em relação ao funcionamento dos treinos, é possível avançarmos que em relação à média de horas/ semana das modalidades do desporto escolar, que as modalidades individuais treinam no máximo 16 horas e no mínimo 2 horas, sendo que estas destacam-se por serem modalidades que se desenvolvem em concentrações e estágios, comparativamente com as modalidades colectivas onde treinam um máximo de 8 horas e um mínimo de 1 hora, consultar anexo VIII.

3 – Satisfação dos professores em relação ao serviço do desporto escolar por ciclo de ensino

O teste de independência do Qui-quadrado permite concluir através do valor de prova, superior a 0,05 (sig=0,051), que independentemente do ciclo em que orientam a actividade, os professores estão “satisfeitos a muito satisfeitos”. Sendo que, quando procedemos à comparação das suas percepções é possível identificarmos que, os mais satisfeitos com os atributos do serviço são os que estão envolvidos no 2º e 3º ciclo, como podemos consultar através da leitura do quadro 9, sendo contudo de realçar os professores do 3º ciclo, como muito satisfeitos em relação ao serviço do desporto escolar no seu cômputo geral com 78% e os mais insatisfeitos os professores do secundário com 17,7%.

Quadro 9 – Nível de satisfação geral dos professores

Satisfação Geral		Ciclo				Total
		2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Mais do que um ciclo	
Muito insatisfeito ou Insatisfeito	n	5	6	11	0	22
	%	6,3%	7,3%	17,7%	,0%	8,8%
Nem insatisfeito nem satisfeito	n	15	12	14	4	45
	%	19,0%	14,6%	22,6%	14,8%	18,0%
Satisfeito ou Muito satisfeito	n	59	64	37	23	183
	%	74,7%	78,0%	59,7%	85,2%	73,2%
Total	n	79	82	62	27	250
$X^2 = 12,562$		g.l.= 6			Sig =,051	

Parte 2 – Percepções dos professores sobre os atributos da organização do serviço do desporto escolar

1. Razões para a escolha das modalidades desportivas

Em relação às razões indicadas pelos professores na escolha pela modalidade a orientar no desporto escolar, quadro 10, gostaríamos de salvaguardar que, os professores que não fizeram referência ao ciclo foram excluídos da tabela e chamar à atenção para as percentagens que aparecem por ciclo, são calculadas em função do número total de professores envolvidos em cada ciclo. Ao avançarmos para a análise das categorias do quadro que se segue, registamos que as opções pelas modalidades por parte dos docentes inquiridos resultaram num total de 292 unidades de análise, onde é notório que: o “gosto pela modalidade” (81 docentes, correspondente a

32%), a “continuidade do trabalho do ano anterior” (34 docentes, equivalente a 13,4%), “determinado pela escola” (33 docentes, 13%), o facto de ser uma “modalidade sem contacto físico” (20 docentes, 7,9%), “o interesse, motivações e procura dos alunos “ (19 docentes, 7,5%), aparecendo de seguida o facto de “possuir formação específica e/ou académica na modalidade do desporto escolar” (18 docentes, 7%), “estar mais à vontade/experiência na modalidade do desporto escolar” e a razão de “ser a modalidade remanescente” surge com (14 docentes, 5,5%), já o “iniciar uma modalidade nova na escola”, “ter sido determinado pelo grupo de Educação Física” e “ter experiência na modalidade como treinador” surge com (11 docentes, 4,3%).

Ao procedermos a uma leitura dos dados de forma transversal analisando as respostas por ciclo de ensino, verificamos efectivamente que na primeira razão apontada “gosto pela modalidade”, são os docentes do 3º ciclo e secundário (31 e 25 docentes) os que mais partilham essa razão, já em relação à “continuidade do trabalho do ano anterior” aparece com maior relevância nos professores do 2º e 3º ciclo (14 e 10 professores que referem essa razão). Quanto à terceira razão mais escolhida, “determinado pela escola” são novamente os docentes do 3º ciclo os que partilham dessa opinião (11).

O facto de ser uma “modalidade sem contacto físico”, o que se verifica é que existe uma opinião partilhada pelo 2º, 3º CEB (6) e secundário (5).

Na quinta razão, “interesse, motivações e procura dos alunos” são os professores do 2º ciclo (8) e secundário (7) os mais influenciados pela procura dos alunos.

Já o facto de “possuir formação específica e/ou académica na modalidade” que orienta no desporto escolar, “pesa” mais sobre a opinião dos professores do 2º ciclo (7) apesar de também ser evidenciada no 3º ciclo (4) e secundário (5). Já o facto de ser a “modalidade remanescente” e “possuir maior à vontade/experiência na modalidade”, verificamos que são os docentes do 2º ciclo os que mais justificam a sua escolha. O “iniciar uma modalidade nova na escola” é mais apontada pelos professores de 2º ciclo (5) seguindo-se os de 3º ciclo com (4), já a razão de “ser determinado pelo grupo de EF”, é notória a opinião partilhada dos professores de 2º e 3º ciclo (4).

Por último o “possuir experiência na modalidade enquanto treinador”, leva-nos a concluir efectivamente que os professores do 3º ciclo são os que maior número de treinadores possui, já que são (5) os professores que referem essa justificação. Visto termos circunscrito a nossa análise às razões mais referidas pelos professores, poderão consultar o quadro 10, completo, no anexo IX.

Quadro 10 – Razões proferidas pelos professores na escolha pela modalidade

Razões proferidas pelos professores		2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Mais do que um ciclo	Total
Continuidade do trabalho do ano anterior	n	14	10	7	3	34
	%	17,5	12,0	11,1	11,1	13,4
Iniciar uma modalidade nova na escola	n	5	4	2	0	11
	%	6,3	4,8	3,2	0,0	4,3
Determinado pela escola	n	10	11	9	3	33
	%	12,5	13,3	14,3	11,1	13,0
Determinado pelo grupo de Ed. Física	n	4	4	3	0	11
	%	5,0	4,8	4,8	0,0	4,3
Modalidade remanescente	n	5	3	4	2	14
	%	6,3	3,6	6,3	7,4	5,5
Pelo gosto na modalidade	n	23	31	25	2	81
	%	28,8	37,3	39,7	7,4	32,0
Mais à vontade/experiência na modalidade	n	5	4	4	1	14
	%	6,3	4,8	6,3	3,7	5,5
Experiência na modalidade como treinador	n	2	5	1	3	11
	%	2,5	6,0	1,6	11,1	4,3
Possuir formação específica e/ou académica na modalidade do desporto escolar	n	7	4	5	2	18
	%	8,8	4,8	7,9	7,4	7,1
Interesse, motivações procura dos alunos	n	8	2	7	2	19
	%	10,0	2,4	11,1	7,4	7,5
Modalidade sem contacto físico	n	6	6	5	3	20
	%	7,5	7,2	7,9	11,1	7,9

2. Relação de cooperação entre o desporto escolar e o desporto federado segundo o ciclo de ensino

Podemos verificar através do quadro que se segue, que a opinião dos professores em relação a uma maior aproximação entre o desporto escolar e o desporto federado não está associada ao ciclo em que orientam as modalidades, no entanto verifica-se que as percentagens em linha são próximas, por este motivo o teste de independência do Qui-quadrado não conduz à rejeição da hipótese de independência.

Quadro 11 – Existência ou não de uma relação mais próxima do desporto escolar com o federado segundo o ciclo de ensino

DE em proximidade com o DF?		Ciclos de Ensino				Total
		2º	3º	Secundário	Mais que 1 ciclo	
Sem Opinião	n	22	18	10	4	54
	%	28,6	22,0	16,4	14,8	21,9
Sim	n	36	43	35	17	131
	%	46,8	52,4	57,4	63,0	53,0
Não	n	19	21	16	6	62
	%	24,7	25,6	26,2	22,2	25,1
Total	n	77	82	61	27	247
$X^2=4,465$		g.l.=6			Sig=0,614	

Em termos globais, verificamos que relativamente à proximidade ou não do desporto escolar em relação ao desporto federado, os professores são 53% a favor, 25% contra e 21,9% não têm opinião. Assim sendo, e no sentido de percebermos onde poderíamos encontrar a justificação para a percentagem de 53% dos professores a defenderem uma proximidade entre o desporto escolar e o desporto federado, avançamos para o teste do Qui-quadrado no sentido de obtermos resposta à nossa curiosidade. Confirmando efectivamente, que são os professores envolvidos num clube, fora da escola (65,5 %), os responsáveis pela associação encontrada entre esta variável e a existência de proximidade entre o desporto escolar e o desporto federado, uma vez que a significância do teste de independência resultou num valor de prova inferior a 0,05 ($\text{sig}=0,003$), como podemos comprovar as diferenças registadas através da leitura do quadro que se segue.

Quadro 12 – Opinião dos professores envolvidos num clube fora da escola sobre a proximidade entre o desporto escolar e o federado

Desporto Escolar em proximidade com o Desporto Federado?		Envolvido num clube?		
		Sim	Não	Total
Sem Opinião	n	18	33	51
	%	15,5	26,6	21,3
Sim	n	76	54	130
	%	65,5	43,5	54,2
Não	n	22	37	59
	%	19,0	29,8	24,6
Total		116	124	240
$X^2=11,695$		g.l.=2		Sig=0,003

3. Razões ou factores de satisfação segundo os ciclos de ensino

Tratando-se esta de uma questão aberta é considerada como uma mais valia, já que a informação recolhida é tida como mais rica e detalhada segundo Hill e Hill (2005), por resultarem das percepções dos professores sobre os atributos do serviço recebido.

Queremos contudo salvaguardar que a análise de conteúdo nalguns casos sofreu uma categorização *a priori*, onde foram tidas as organizações responsáveis pelo desenvolvimento do desporto escolar na RAM como categorias (GCDE e escola), na medida em que o critério definido na categorização atendeu ao Decreto Regulamentar Regional nº 22/2005/M, de 27 de Abril de 2005, analisado no decorrer da caracterização do desporto escolar na RAM, porquanto contem-

pla as atribuições e competências de cada uma das organizações. Esta situação acontece nas razões ou factores de satisfação quer nas razões ou factores de insatisfação.

Em relação às restantes subcategorias identificadas nos atributos de satisfação e de insatisfação, essas subcategorias surgiram *a posteriori* fruto da interpretação das percepções explícitas e implícitas dos professores. Ainda em relação às categorias definidas *a priori*, gostaria de referir que as categorias: “alunos”, “contributo do desporto escolar através do seu papel educativo” e “papel social do desporto escolar”, nos atributos de satisfação, são tidas como se da escola se trata-se visto que cabe à escola dinamizar as actividades internas que podem assumir diferentes tipos de organização em função das suas características: núcleos, campeonatos inter-turmas, dias ou semanas de modalidade, actividades de aventura e exploração da natureza, colóquios, etc. Já em relação ao GCDE, verificamos que é da sua competência: a planificação, coordenação e organização das actividades externas (quadros competitivos, convívios, acções de formação, etc).

Em relação ao panorama geral da percepção dos professores quanto às razões ou factores de satisfação, quadro 13, é possível contabilizarmos um total de 415 unidades de análise, verificando que a maior satisfação em relação aos atributos recaem sobre o “GCDE” com um total de 120 professores (29%), seguindo-se o “contributo do desporto escolar através do seu papel educativo” com (17% dos professores) e com 16% a demonstrarem a sua satisfação em relação à participação dos “alunos” na adesão ao desporto escolar.

Quando comparadas as percepções dos professores por ciclo de ensino, verificamos que os professores de 2º e 3º ciclo são os mais satisfeitos com os atributos do serviço do desporto escolar, enaltecendo o papel formativo e educativo do desporto escolar ao preconizar uma formação integral aos alunos, permitindo verificar que os professores estão conscientes do desporto enquanto “ferramenta” educativa e formativa. Os indicadores obtidos possibilitam-nos ainda aferir que, existem poucos professores em quase todas as categorias, indicando que existem opiniões divergentes dos professores por ciclo de ensino. Quanto ao ciclo secundário, os professores estão mais satisfeitos com a “festa do desporto escolar”.

No cômputo geral pode afirmar-se que os atributos do serviço do desporto escolar mais valorizados pelos professores resultam da capacidade organizativa e acessibilidade no funcionamento das competições por parte do “GCDE”, assim como, a competência dos recursos humanos no serviço disponibilizado aquando da planificação e gestão das actividades desenvolvidas. Já em relação ao “modelo organizacional”, o 3º ciclo é o mais satisfeito com um total de 10 professores. “A contribuição do desporto escolar na diminuição do desemprego” é outra das razões de satisfação, principalmente no 3º ciclo. Quanto à “motivação pessoal dos professores” este indi-

cador diz-nos que as motivações dos professores são: no 2º ciclo o “gosto pelo treino”, no 3º ciclo o “prazer de ensinar”, enquanto no secundário as razões motivacionais centram-se no “gosto pela competição” conforme podemos consultar no quadro que se segue.

Quadro 13 – Razões ou factores de satisfação segundo os ciclos de ensino

Razões / Factores de satisfação			2º Ciclo	%	3º Ciclo	%	Secundário	%	Um ou mais ciclos	%	Total
GCDE	Serviços do GCDE (33)	Competência	5	20,8	4	16,6	4	16,6	1	4,1	120
		Modalidades bem organizadas	4	16,6	5	20,8	1	4,1	0	0,0	
		Informações rapidamente disponibilizadas	5	20,8	3	12,5	0	0,0	1	4,1	
	Quadro competitivo (45)	Horário dos jogos	3	6,6	7	15,5	2	4,4	3	6,6	
		Local dos jogos	4	8,8	3	6,6	3	6,6	1	2,2	
		Nº de jogos	3	6,6	2	4,4	4	8,8	1	2,2	
		A sua oferta desportiva	3	6,6	3	6,6	1	2,2	2	4,4	
	Modelo (42)	Modelo organizacional	2	4,7	10	23,8	3	7,1	1	2,3	
		Festa do DE	4	9,5	2	4,7	8	19,0	1	2,3	
Ligação entre o DE e o DF		6	14,2	4	9,5	1	2,3	0	0,0		
Contributo do DE através do seu papel educativo	Desenvolvimento de competências ao nível motor	3	4,1	8	11,1	5	6,9	0	0,0	72	
	Possibilidade de formar pessoas para a sociedade	8	11,1	2	2,7	2	2,7	4	5,5		
	Integração de alunos problemáticos no DE	7	9,7	1	1,3	5	6,9	0	0,0		
	Contributo para o desenvolvimento saudável dos alunos	4	5,5	2	2,7	3	4,1	2	2,7		
	Identidade entre alunos-escola	6	8,3	2	2,7	2	2,7	0	0,0		
	Criação de hábitos desportivos	1	1,3	2	2,7	3	4,1	0	0,0		
Alunos	Elevada Participação	6	8,9	6	8,9	3	4,4	2	2,9	67	
	Empenho e Satisfação	2	2,9	5	7,4	5	7,4	1	1,4		
	Motivação	5	7,4	3	4,4	2	2,9	2	2,9		
	Permitir a prática desportiva	4	5,9	4	5,9	2	2,9	1	1,4		
	Adesão	2	2,9	3	4,4	4	5,9	1	1,4		
	Ocupação	1	1,4	2	2,9	1	1,4	0	0,0		
Outros motivos	Os resultados obtidos	2	3,1	5	7,9	5	7,9	4	6,3	63	
	O DE contribui para a diminuição do desemprego	3	4,7	6	9,5	3	4,7	2	3,1		
	Dinamizar a modalidade	3	4,7	5	7,9	5	7,9	0	0,0		
	Promover o DE	4	6,3	5	7,9	2	3,1	0	0,0		
	Apoio do C. Executivo	2	3,1	3	4,7	3	4,7	1	1,5		
Papel Social do DE	Espírito de equipa e de festa	7	14,2	5	10,2	2	4,0	0	0,0	49	
	Contacto com os alunos	1	2,0	5	10,2	4	8,1	3	6,1		
	Oportunidades de relações pessoais	4	8,1	3	6,1	3	6,1	2	4,0		
	Convívio e relação social de todos os participantes	2	4,0	4	8,1	3	6,1	1	2,0		
Motivação pessoal	Gosto pelo treino	8	18,1	3	6,8	2	4,5	3	6,8	44	
	Gosto pelo ensino	5	11,3	5	11,3	2	4,5	3	6,8		
	Gosto pela competição	5	11,3	2	4,5	3	6,8	3	6,8		

4 – Razões ou factores de insatisfação segundo os ciclos de ensino

Em relação aos atributos de insatisfação registamos um total de 423 ocorrências, distribuídas ao longo de cinco categorias: “GCDE” (199 ocorrências); “escola” (156); “atitudes dos professores” (33); “modelo organizacional” (25) e a “arbitragem” (10).

Ao proceder-se a uma análise pontual sobre a insatisfação dos professores em relação ao “GCDE”, é possível verificarmos que as suas insatisfações advêm principalmente das “falhas pontuais”, da “falta de motivação do GCDE”, das “marcações e desmarcações em cima da hora”, do próprio “modelo do quadro competitivo” e as condições das instalações proporcionadas para o “alojamento das equipas”, sendo que o “tendão de aquilis” recai sobre a subcategoria das competições, onde se destaca o “reduzido número de competições” e o “reduzido número de equipas”, “horário das competições e locais” a par dos “transportes” que apresentam na opinião dos professores um mau serviço e que acabam por resultar em “faltas de comparência de algumas equipas”.

Em relação à “escola”, a “falta de material” e os “horários dos treinos” são as maiores insatisfações dos professores do 2º e 3º ciclo, já que em relação ao secundário os professores encontram-se desmotivados com a “fraca adesão dos alunos ao desporto escolar”, muito provavelmente porque os alunos já sabem o que querem em relação à modalidade que gostam, encontrando no federado motivações extra que não encontram ao nível do desporto escolar, como seja a participação em competição de forma regular. De acordo com Carvalho (1987, p.47) “o desporto têm significados diferentes para a criança, consoante os estádios que ela vai, necessariamente ultrapassando, devendo, por isso, objectivar-se através de formas e meios diferenciados”.

A “falta de civismo e pedagogia de alguns professores”, é outro dos aspectos que evidência a insatisfação dos professores, já que existem “professores que confundem o desporto escolar com o desporto federado”, provavelmente porque estão preocupados em obter a vitória a todo o custo, em vez de contribuir para o incentivo, o empenhamento, a correcção, o esforço, o fair play, potenciando a cooperação e a participação, em vez da competição e da busca dos resultados, saber ganhar e perder, propósitos do desporto escolar.

Atendendo à extensão das razões ou motivos de insatisfação dos professores, poderá ser consultada as razões ou insatisfações dos professores no quadro 14 que se segue.

Quadro 14 – Razões ou factores de insatisfação segundo os ciclos de ensino

Razões /factores de insatisfação		2º Ciclo	%	3º Ciclo	%	Secundário	%	Mais do que 1 ciclo	%	Total	
GCDE	Falhas pontuais	5	2,5	4	2,0	3	1,5	0	0,0	199	
	Falta de motivação do GCDE	2	1,0	6	3,0	3	1,5	1	0,5		
	Alimentação e alojamento nas competições	2	1,0	6	3,0	2	1,0	1	0,5		
	Modelo dos campeonatos	2	1,0	5	2,5	2	1,0	1	0,5		
	Falta de rigor	1	0,5	4	2,0	1	0,5	2	1,0		
	Marcações e desmarcações em cima da hora	4	2,0	3	1,5	1	0,5	0	0,0		
	Incumprimento dos programa anuais	3	1,5	2	1,0	2	1,0	1	0,5		
	Falta de apoio aos alunos árbitros	2	1,0	3	1,5	3	1,5	0	0,0		
	Possibilidade de inscrever alunos em mais do que um núcleo	2	1,0	3	1,5	1	0,5	0	0,0		
	Utilização de federados	1	0,5	2	1,0	0	0,0	2	1,0		
	Acompanhamento do GCDE	1	0,5	3	1,5	1	0,5	0	0,0		
	Qualidade	3	1,5	0	0,0	1	0,5	0	0,0		
	Informação mal dirigida	2	1,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5		
	Competições	Baixo número de encontros/competições	2	1,0	7	3,5	4	2,0	0		0,0
		Falta de comparência de algumas equipas	6	3,0	1	0,5	4	2,0	2		1,0
		Reduzido número de equipas	5	2,5	4	2,0	1	0,5	0		0,0
		Local das competições/Fora da escola	4	2,0	3	1,5	3	1,5	0		0,0
		Classificações	2	1,0	3	1,5	3	1,5	1		0,5
		Horários	4	2,0	2	1,0	1	0,5	1		0,5
		Competições aos sábados	2	1,0	2	1,0	2	1,0	1		0,5
Calendarização		2	1,0	2	1,0	2	1,0	1	0,5		
Transportes	Falta de tempo para os alunos descansarem	2	1,0	2	1,0	3	1,5	0	0,0		
	Serviços	5	2,5	4	2,0	1	0,5	1	0,5		
	Horários inadequados	0	0,0	2	1,0	1	0,5	1	0,5		
Escola	Alunos	Fraca adesão	1	12,5	0	0,0	6	75,0	1	12,5	156
		Horários	2	2,6	5	6,6	2	2,6	0	0,0	
	Treinos	Instalações	1	1,3	1	1,3	3	3,9	2	2,6	
		Nº reduzido de treinos	1	1,3	3	3,9	2	2,6	1	1,3	
		Nº reduzido número de estágios	1	1,3	3	3,9	1	1,3	1	1,3	
	Instalações	Falta de espaço	5	6,6	2	2,6	4	5,3	0	0,0	
		O estacionamento da viatura na hora dos treinos	4	5,3	3	3,9	1	1,3	1	1,3	
		Algumas condições de trabalho	4	5,3	0	0,0	1	1,3	1	1,3	
	Material	Horários	2	2,6	2	2,6	1	1,3	1	1,3	
		Falta de material	3	3,9	4	5,3	1	1,3	0	0,0	
	Melhorar o material	2	2,6	3	3,9	0	0,0	2	2,6		
Atitude dos professores	Professores que confundem o DE com o DF	5	15,2	4	12,1	4	12,1	1	3,0	33	
	Falta de civismo/pedagogia de alguns professores	3	9,1	3	9,1	4	12,1	0	0,0		
	Falta de formação	4	12,1	3	9,1	0	0,0	2	6,1		
Arbitragem	Falta de interesse dos alunos	2	20,0	2	20,0	4	40,0	2	20,0	10	
Modelo Organizacional	Verbas	Falta de verbas	0	0,0	3	12,0	1	4,0	0	0,0	25
		Falta para premiar os melhores alunos da competição	0	0,0	1	4,0	2	8,0	0	0,0	
		Falta de apoio externo	0	0,0	1	4,0	0	0,0	0	0,0	
		Pouca remuneração dada aos professores (sábado de manhã)	1	4,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
	Desenquadramento da prática com a realidade/ /Pouca articulação com o Desporto Federado	2	8,0	0	0,0	1	4,0	2	8,0		
	Pouca continuidade do grupo/equipa	1	4,0	0	0,0	2	8,0	0	0,0		
	Falta de reconhecimento da comunidade educativa	0	0,0	3	12,0	0	0,0	1	4,0		
	O modelo da festa do DE	0	0,0	1	4,0	2	8,0	0	0,0		
Gala do DE sem critérios estabelecidos	0	0,0	1	4,0	0	0,0	0	0,0			

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

IV – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

1. Discussão dos resultados

De uma maneira geral é possível verificar que 73,2% dos professores inquiridos se encontram entre “satisfeitos a muito satisfeitos” com o serviço do desporto escolar na RAM, a exemplo do que aconteceu com o estudo realizado a nível Nacional, em relação à satisfação geral do desporto escolar, por Correia e Rosado (2006), onde 49,3% dos professores estão satisfeitos.

Outras das razões que poderá explicar este nível de satisfação, poderão ser encontradas nos resultados obtidos e que têm a ver com o facto de 65,5% dos professores se encontrarem ligados ao sector federado, pelo que podem comparar o serviço num lado e noutro, verificando ainda que 50% dos professores estão a favor de uma relação mais próxima entre o desporto escolar e o federado (53%).

Por outro lado encontramos na literatura (Crompton & Mckay, 1989; Theodorakis, Kambitsis, Laios & Koustelios, 2001), citados por Robison (2006, p.70), que referem “ a satisfação como um resultado que emerge a partir da experiência, enquanto a qualidade do serviço diz respeito aos atributos do serviço”.

Perante os resultados obtidos de acordo com os anos de experiência dos professores do desporto escolar, estamos em crer que a satisfação geral dos professores em relação ao serviço do desporto escolar possa ser explicada, ao referir que as percepções dos professores variam em função da experiência que têm para com o serviço do desporto escolar, uma vez que encontramos professores orientadores de G/E (13) com mais de 15 anos de experiência no desporto escolar.

Ainda em relação à satisfação dos professores para com o serviço do desporto escolar, os resultados encontrados nas razões para a escolha das modalidades pelos professores orientadores de G/E, nomeadamente o total de 81docentes (32%) que referem ter escolhido a modalidade a orientar pelo “gosto pela modalidade” a par da “continuidade do trabalho do ano anterior” (34=13,4%), reflectem que os mesmos estão satisfeitos na medida em que estão motivados para desenvolver o seu trabalho já que as suas necessidades estão a ser satisfeitas.

Outro dos aspectos que poderá estar directamente relacionado com a satisfação dos professores em relação ao serviço do desporto escolar, deverá prender-se com o facto de aos sábados os professores acabarem por receber o pagamento de horas extraordinárias.

No entanto é de realçar um total de 45 professores, que não se encontram nem satisfeitos nem insatisfeitos com o serviço do desporto escolar no ano lectivo 2006/2007, provavelmente porque o GCDE ao querer desenvolver um serviço de qualidade, acabam por existir pontos que nem sempre funcionam da melhor forma, nomeadamente a falha de informação, visto que os processos de comunicação comportam falhas, distorções e enviesamentos como refere Correia et al (2001).

No que diz respeito à ligação dos professores com o desporto federado, os dados obtidos permitem-nos concluir que os professores do desporto escolar procuram o desporto federado, talvez porque as suas necessidades e/ou exigências já não são satisfeitas e indirectamente poderão achar que o serviço do desporto escolar está a perder alguma qualidade, digo indirectamente, já que a qualidade do serviço é variável de acordo com as expectativas da pessoa. Robinson (2006), concluiu que os clientes se baseiam nas expectativas para determinar a aceitabilidade do serviço, ou seja, se atinge o nível de qualidade desejado. Se atendermos ao processo de formação das expectativas, segundo Zeithaml e Bitner, citado por Saias (2007), defendem que o cliente para ficar satisfeito não convém que o serviço prestado pela organização esteja abaixo da zona de tolerância deste, pois se tal acontecer, poderá diminuir a fidelização do mesmo.

Fernandes (2000, p.129) é de opinião que “ depois de aceite na organização, a pessoa tem satisfeita a sua necessidade social e passa a desejar ser mais do que um simples membro do grupo, passando a sentir necessidade de estima, como de reconhecimento por parte dos outros” e que acaba por justificar de certa forma os 45,9% dos professores do desporto escolar envolvidos num clube fora da escola, onde desempenham funções técnicas (professor, no desporto escolar e treinador, no clube). Consideramos ainda, que esta ligação ao sector federado tenha a ver com o reconhecimento social do seu trabalho, já que em meu entender o GCDE teria de ter uma postura diferente em relação ao trabalho desenvolvido pelos professores que desempenham melhor o seu papel, até porque esta poderia ser uma forma de evidenciar o reconhecimento que não encontra.

Constantino (2006, p.19) defende que “há escolas e professores que trabalham com qualidade e outros que não o fazem, daí que, em situações similares, há resultados diferentes. O que parece indiciar que a qualidade do trabalho do professor e o grau de exigência que coloca na profissão são, apesar de tudo, um elemento decisivo no resultado final”. Outra das razões que podem justificar a ligação ao desporto federado, pode estar relacionada com a percepção de Serão (1981), citado por Pereira (2005), ao reforçar que “ os profissionais encontram-se hoje numa situação insatisfatória, quer no que diz respeito à sua remuneração, e ainda quanto ao seu reconhecimento social”. Os professores acabam por desempenhar a sua acção educativa na escola e

no clube, na medida em que num e noutro caso deparam-se com motivações, condições, níveis de exigência e de expectativas que acabam por vincular diferentes competências e formas de intervenção específicas, porque existem diferenças essenciais que não podem ser iludidas entre o desporto escolar e o desporto federado em termos de objectivos e até mesmo de condições financeiras. Provavelmente outro aspecto ponderado, deverá ser a valorização e o mérito reconhecido ao seu trabalho no sistema desportivo, já que de acordo com Constantino (1995), citado por Pires (2002), “na EF e desporto o reconhecimento social dos respectivos profissionais foi sempre obtido fora do espaço da escola.”

A concluir este ponto, achamos que com a resolução nº.818/2007 de 26 de Julho, pode vir a colmatar esta situação ao garantir “um modelo virado para a iniciação e formação desportiva, particularmente nos escalões de infantis, iniciados e juvenis, no âmbito escolar”, nomeadamente através do “clube escola”, até porque acaba por ser uma alternativa de qualidade para os jovens que demonstrem um sério interesse e aptidões excepcionais para a prática de uma modalidade ou disciplina desportiva a exemplo dos professores com formação específica, já que o “clube escola” pode participar na competição regional federada do respectivo escalão e pode beneficiar de todos os direitos, deveres e apoios proporcionados aos clubes do movimento associativo. Entendo que está será uma oportunidade para o desporto escolar, até porque como refere Pires (2007, p.3), “é necessário pôr o princípio da especialização a funcionar na sua plenitude. Especialização dos programas, dos alunos, dos professores e das próprias escolas”. Indo ao encontro de Soares (2002, p.1) quando afirma que “o Clube escola é uma oportunidade excelente para os professores e alunos que gostam da escola assumirem um papel mais especializado e adequado na orientação e gestão das práticas desportivas, (...), onde é necessário não descurar vários incentivos aos professores, entre os quais uma redução horária e a diferenciação de cargos, consentânea com as necessidades dos alunos.” Onde curiosamente, os resultados obtidos nos indicam que no 2º ciclo e 3º ciclo encontramos um total de 46 e 42 professores respectivamente por ciclo de ensino que não se encontram envolvidos num clube fora da escola, comparativamente com 30 e 40 professores do 2º e 3º ciclo que se encontram envolvidos num clube fora da escola.

Entendemos ainda que esta resolução, através do “clube escola” e das condições que são disponibilizadas poderá ser uma oportunidade para contribuir para promover uma maior abertura dos estabelecimentos de ensino e das suas próprias instalações à comunidade envolvente, já que actualmente se quer uma escola dinâmica e aberta, pelo que a dinamização das práticas desportivas é um excelente meio de maximizar a sua utilidade social. No fundo o que este modelo de desporto escolar defendido através da resolução nº.818/2007, tenta, é aperfeiçoar o modelo

vigente, rompendo com algumas rotinas, conforme defende a confederação do desporto de Portugal (2001, p.15) “se quisermos melhorar o desporto na escola em termos quantitativos e qualitativos superiores, são indispensáveis alterações ousadas na organização do tempo escolar e na dinâmica das parcerias com os diferentes actores envolvidos.” Já que somos de opinião que a palavra-chave para o futuro, considerando os interesses mútuos do sector escolar e federado, atendendo à conjuntura económico-financeira é a parceria, apesar de entendermos ainda que a dificuldade em conseguir estas parcerias tem sido a falta de confiança entre por exemplo: a escola/clube e professores/treinadores. No entanto, esta parceria terá obrigatoriamente que passar por conseguir partilhar valores e obter concordância acerca dos seus papéis e responsabilidades. Mais não seja, porque como evidenciam os resultados muitos dos professores do desporto escolar são, igualmente, treinadores desportivos qualificados e experientes. Pelo que, por essa razão estão estrategicamente bem posicionados para influenciar o maior número de jovens com práticas positivas, e informações acerca das vantagens de praticarem actividade física.

Em relação ao funcionamento dos treinos, verifica-se através dos resultados obtidos que apesar dos treinos se encontrarem legislados em 2 blocos de 90 minutos (3h), os mesmos não são uniformes. Esta variabilidade poderá ser justificada, atendendo a que cabe a cada escola encontrar o seu próprio modelo de organização dos horários de treinos de acordo com a sua realidade, contudo entendemos que a resolução nº. 818/2007 do Governo Regional, irá contribuir para uniformizar este aspecto que acaba por ser um factor de insatisfação percebido pelos professores “o horário dos treinos”, já que os alunos à 4ª feira à tarde, terão a oportunidade de pelo menos uma vez por semana, todos sem excepção, venham a ter disponibilidade para participar nas actividades desportivas, já que se encontram dispensados das actividades curriculares à tarde, não sendo o horário curricular uma factor impeditivo. Por outro lado e apesar de sabermos que está definido no programa orientador do desporto escolar para 2006/2007, que é da responsabilidade do professor definir o horário da sua actividade semanal, tendo em conta a disponibilidade dos praticantes e das instalações, no entanto continuamos a verificar que este modelo não funciona, pelo que talvez fosse pertinente já vir definido no horário curricular do professor e do aluno os dias da semana e hora que podem funcionar os treinos, porque nos factores de insatisfação percebidos pelos professores aparecem a “falta de espaço” como um dos factores que geram maior insatisfação em relação ao serviço, principalmente ao nível do 2º ciclo e do secundário.

No que respeita à participação dos professores por modalidade, estamos em condições de afirmar que o contexto e o próprio factor cultural, deverão influenciar as escolhas que orientam os professores do desporto escolar. Julgando que a própria globalização leva a que a modalidade mais praticada seja o futsal/futebol dada a sua proliferação a nível Europeu e até mesmo através dos meios de comunicação, isto para o sexo masculino, para além de registarmos a existência de balizas sempre montadas no recreio das escolas incentivando à sua prática. Em relação ao nosso contexto, julgamos que o próprio Cristiano Ronaldo, acabe por ter também alguma cota de responsabilidade nesta “febre” pelo futebol que contagia os alunos e até mesmo os próprios professores a par da mediatização ao nível dos meios de comunicação, pelo que está enraizado em termos culturais. Outro dos aspectos que podemos encontrar no sentido de percebermos melhor as escolhas pelas modalidades a orientar, prendem-se com a própria motivação dos alunos e com a própria tradição de cada escola. Em relação ao sexo feminino, constatamos que as professoras escolhem o Voleibol, talvez porque é uma modalidade mais feminina.

Constantino (2006, p.28), tenta explicar estas assimetrias em termos de participação, relembrando que “o direito ao desporto, por parte das mulheres é tardio, sendo que actualmente a integração faz-se numa perspectiva de igualdade de direitos de cidadania, razão pela qual a participação das mulheres é claramente inferior à dos homens”, e que em parte se reflecte nos papéis sociais desempenhados pelos homens e mulheres.

Em relação ao facto de se registar que mais de 70% dos professores estão envolvidos no desporto escolar como orientadores de G/E, poderá justificar-se talvez pelo facto de se encontrar legislado que só pode existir um CDE e no máximo dois CAI por escola, contrariamente ao orientador de G/E que se encontra ligado ao projecto de actividades de cada escola, existindo um maior número sempre que se justifique o seu projecto a implementar, aproveitando para referir que atendendo a esse facto talvez se possa explicar que o professores se encontrem a orientar maioritariamente o escalão de Infantis e Iniciados, já que durante este ano lectivo os alunos infantis do desporto federado podem jogar também no desporto escolar.

Este estudo permite ainda perceber uma diferença no número de professores do sexo masculino comparativamente com o sexo feminino, verificando existir apenas diferenças significativas entre a escolha da modalidade e o sexo dos professores nas modalidades de: acrobática, aeróbica, atletismo e futsal. Em relação à acrobática, aeróbica e ao voleibol, talvez por serem modalidades mais femininas, verifica-se um maior número de professoras que professores, comparativamente com o futsal, andebol e ténis de mesa onde é visível serem os professores do sexo

masculino a orientarem essas modalidades. Segundo Marivoet (2005, p.4) “ é necessário conhecer-se as assimetrias de género na participação desportiva, para compreendermos a menor prática das mulheres, a começar pela identificação do desporto e dos desportos, onde se encontram mais ausentes. Afirmando que existem diferenças nos hábitos desportivos dos europeus, verificando que nos países do Norte (Suécia), os hábitos desportivos tendem a encontrar-se generalizados, sendo reduzidas as diferenças de género (Fem. – 70 e Masc. – 70), enquanto nos do Sul tais como (Irlanda, Grã-Bretanha, Espanha, Itália e Portugal), a prática desportiva tende a encontrar-se restrita apenas a parte das respectivas populações e a distância entre a participação masculina e feminina a acentuar-se, no caso de Portugal a taxa de participação desportiva feminina é de 14%, enquanto a masculina é de 34%. Sendo que, quando se tratam de práticas competitivas, organizadas e intensivas (alta competição), as assimetrias entre os sexos se acentuam diminuindo drasticamente a participação feminina, sentindo-se a cultura tradicional masculina”. Assim sendo e apesar de o desporto ser um direito do cidadão consagrado na Constituição da República Portuguesa, verificamos que os apoios públicos são maioritariamente dirigidos, na sua maioria, para as práticas de competição federadas.

As razões ou motivos que levam os professores orientadores de G/E a escolher as atividades desportivas disponibilizadas pelo desporto escolar são:

- “ O gosto pela modalidade”, (32,0%);
- “Dar continuidade ao trabalho do ano anterior”, (13,4%) seguido do facto de “ser determinado pela escola” (13%), ou seja, já vir definido no horário do professor;
- “Interesse e motivação na procura dos alunos” (11,1%), ao nível do secundário verificamos que esta foi a terceira alternativa. O que achamos natural, atendendo a que neste ciclo existe uma relação de maior proximidade com os alunos sendo muito provável que sejam estes alunos, os que se mantêm na modalidade.

Em relação a estes resultados obtidos podemos especular que a maioria dos professores procura realizar-se na sua “especialidade” ao referir o “gosto pela modalidade”, sendo patente que em relação aos outros dois motivos estarão relacionados com uma política de continuidade do trabalho de cada escola. Já que Pires (2001, p.6) defende que “a especialização está dentro de nós (professores, alunos, da própria vida), pelo que não podemos fugir dela. Quando o fazemos estamos a dar guarida à mediocridade, ao desinteresse e à displicência”.

Verificamos ao longo do 2º e 3º CEB, que o escalão que regista maior número de professores a trabalhar é o escalão de infantis a iniciados, encontrando-se no 2º ciclo um maior número de professores envolvidos nas modalidades colectivas ao contrário do 3º ciclo que possui maior número de docentes a trabalhar nas modalidades individuais. No secundário, a escolha recai sobre o escalão de juvenis e juniores, onde se verifica maior número de orientadores de G/E a trabalhar nas actividades individuais. Note-se que a partir do 3º ciclo começa a existir um interesse dos alunos numa pré-especialização numa determinada modalidade, que acaba por ser cimentada no secundário com a sua continuidade e onde é lícito reconhecermos que a predominância dos G/E participantes está directamente associada à maior expressão das modalidades desportivas com quadro competitivo nacional e que curiosamente reúne mais atletas nas selecções Nacionais das respectivas modalidades.

Esta constatação vem de certa forma ao encontro da resolução nº. 818/2007, sendo que a criação dos “clubes escola”, através da articulação com os núcleos do desporto escolar, faz todo o sentido, na iniciação desportiva pela escola e sob a responsabilidade do desporto escolar porquanto está salvaguardado o papel do desporto escolar no processo de formação desportiva inicial, e na criação de hábitos desportivos para a vida ajudando a aumentar a taxa de participação desportiva. Em relação aos juvenis, faz todo o sentido que a responsabilidade de pré-especialização seja iniciada na escola, enquanto a especialização seja feita pelos clubes, até porque muitas das modalidades são desenvolvidas perspectivando o seu rendimento. Como refere a própria resolução, a escola deve ter um papel de abrangência total onde “durante a fase de formação, os jovens deverão manter a prática desportiva no sector escolar, pelo que só deverão transitar para o sector federado na fase da especialização desportiva”, porque “a escola oferece maiores vantagens técnico-pedagógicas para trabalhar na fase de iniciação/formação desportiva, em virtude de oferecer um maior número de técnicos qualificados para esta área de intervenção”; sendo que a “escola e movimento associativo desportivo deverão trabalhar em cooperação, na iniciação/formação de árbitros e dirigentes no sector escolar e posterior transição para o sector federado”.

Por outro lado, se atendermos à demografia federada de 2006/2007 disponibilizada pelo IDRAM verificamos, que em relação à evolução do número de técnicos por modalidade, demografia federada 2006/07, o futebol é a modalidade que reúne mais técnicos com formação (179), a par de ténis de mesa (75), andebol (64), basquetebol (58), atletismo (39) e voleibol (34).

No que concerne à avaliação da qualidade do serviço prestado pelo GCDE e pela escola, em termos gerais, indica que foi satisfatória para os seus intervenientes. Contudo é notória a existência de alguns aspectos que deverão ser atendidos.

Em relação aos atributos mais valorizados pelos professores, verifica-se que os que contribuem para a sua satisfação resultam, da capacidade de resposta organizativa do GCDE, verificando uma satisfação em relação às suas expectativas e necessidades criadas à volta do serviço do desporto escolar, até porque o desporto escolar funciona sendo que a qualidade do serviço é sempre percebida de forma diferente de pessoa para pessoa, Correia et al (2001).

Em relação ao GCDE, a totalidade dos professores encontra-se satisfeita com o seu serviço disponibilizado, principalmente com a “competência” dos recursos humanos, a “organização das modalidades”, verificando contudo que os professores do 2º e 3º ciclo são os mais satisfeitos comparativamente com o secundário, salientando ainda a eficácia nas “informações rapidamente disponibilizadas”, mais ao nível do 2º ciclo. No que respeita ao quadro competitivo, os professores revelem estar mais satisfeitos com o “horário dos jogos” e a “oferta desportiva”, quanto ao modelo do desporto escolar, verifica-se de uma maneira geral que os professores estão satisfeitos com o “modelo organizacional”, julgamos nos que provavelmente um dos aspectos que deverão acabar por influenciar esta satisfação passará pela recompensa financeira (pagamento de horas extraordinárias) aos sábados de manhã (competições), não deixando de referir que esta situação só é possível atendendo ao seu Estatuto Político-Administrativo da região já que esta também foi uma forma encontrada para motivar os professores a desenvolver um trabalho de maior qualidade, já que em relação ao funcionamento dos treinos o que se verifica é que estão insatisfeitos com o horário dos mesmos, uma vez que acontecem na sua maioria à hora de almoço e à tarde onde a “falta de espaço” é outro handicap. Ainda em relação ao modelo do desporto escolar da RAM, os professores do secundário são os mais satisfeitos com a “festa do desporto escolar”, já que nesta altura têm a possibilidade de competir, quanto à “ligação entre o desporto escolar e o desporto federado” verificamos que os professores do 2º e 3º ciclo são os mais satisfeitos, provavelmente porque, os primeiros passos de parceria nestes dois sectores já foi iniciado através da “articulação entre as associações do desporto federado e do desporto escolar, no desenvolvimento de actividades conjuntas e formação de técnicos e árbitros” conforme está preconizado na referida Lei-quadro do desporto da região, aprovada pelo Decreto Legislativo Regional nº.4/2007/M, de 11 de Janeiro. Contudo entendo que devem existir projectos de desenvolvimento de acordo com as carências que se fazem sentir em algumas escolas, por exemplo na falta ou insuficiência

de material desportivo. Aos clubes também não basta, para aumentar os seus praticantes, fazerem umas demonstrações nas escolas e esperarem que os alunos apareçam, devem antes apoiar e acompanhar para que o trabalho seja mais sustentado, razão pela qual as próprias associações e clubes possam e devam investir os seus recursos técnicos, humanos e materiais.

No entanto é de salientar de entre as razões ou motivos de maior satisfação percebidos pelos professores em relação ao serviço, o “contributo do desporto escolar através do seu papel educativo e social”, já que os professores inquiridos demonstram estar conscientes do seu papel e do valor formativo e educativo que o desporto escolar transporta em si mesmo, ou seja verifica-se um compromisso e uma identificação dos professores com o projecto do desporto escolar, realçando o “desenvolvimento das competências motoras”, “a possibilidade de formar pessoas para a sociedade”, “possibilitar a integração dos alunos problemáticos” e criar “uma identidade entre os alunos da escola”. A “diminuição do desemprego” é outra das razões de satisfação, principalmente no 3º ciclo, ainda para mais quando se vive uma grande instabilidade profissional e onde o facto de possuir qualificação não é sinónimo de empregabilidade. De acordo com Fernandes (2008), durante uma acção científico pedagógica colectiva intitulada de “A formação desportiva na RAM: perspectivas de futuro” refere que a inclusão do desporto escolar nos horários do professor, veio permitir a organização de 70 horários completos. Julgamos pois, que este grau de satisfação é influenciado pelo facto de muitos dos docentes estarem em situação de contrato, pelo que encaram o desporto escolar como um espaço de afirmação pessoal e profissional, uma vez que o emprego escasseia.

A motivação intrínseca dos professores é outro dos aspectos a salientar, verificando que a motivação acaba por explicar as variações de determinados comportamentos, pelo que é extremamente importante uma vez que ajuda a compreender o comportamento humano e que certamente influenciará a qualidade do serviço. Pois como é natural, o próprio professor sentirá a sua dedicação desvanecer se não encontrar fontes de prazer no seu próprio trabalho, o que, a não acontecer, acabará por contribuir inevitavelmente para o desprazer e menor dedicação dos alunos já que existe uma relação dialéctica subjacente inevitável.

Em relação aos atributos de insatisfação, deparamo-nos com uma listagem de insuficiências o que vem evidenciar que, existem atributos da qualidade do serviço que precisam de ser limados, pois não basta aumentar a oferta de modalidades, é necessário melhorar a qualidade para fidelizar os professores, já que, se a evolução e a melhoria são contínuas verificamos que as necessidades e os interesses dos consumidores estão em constante alteração.

As insatisfações dos professores centram-se essencialmente ao nível do funcionamento das actividades propostas, no “baixo número de encontros/competições”, atendendo ao programa do desporto escolar apresentado às escolas e dado o seu incumprimento. Como defende Pina (1997), a grande referência social e cultural é o jogo, onde a principal motivação dos alunos não é o treino, mas o jogo e o desejo de jogar. Pires (1993), citado pelo autor atrás referido, acrescenta ainda que a competição é entendida como um importante instrumento pedagógico, já que possibilita um conhecimento pessoal, interpessoal e até mesmo social, a exemplo de Lima (1990), também citado pelo autor referido anteriormente, ao defender que o desporto para crianças deverá oferecer muita actividade, muitos jogos, muitas competições e muitos torneios de modo a que as oportunidades de ter sucesso sejam frequentes e diversificadas, pelo facto de entender que a competição acaba por ser um acto de afirmação, competência e de capacidade.

A par deste descontentamento pode associar-se a deficiente comunicação e informação aos professores. Uma vez que os resultados obtidos, dizem-nos que os professores estão insatisfeitos com as “falhas pontuais”, com a “falta de rigor”, “marcações e desmarcações em cima da hora” e ainda com a “informação mal dirigida”. Perante estes dados percebidos pelos professores, julgamos que será pertinente o GCDE passar a ter um cuidado acrescido em relação a este atributo intangível do serviço, já que de acordo com Fernandes (2000, p.162), “a comunicação interna é fundamental para a qualidade do serviço”, uma vez que a qualidade do serviço ou a sua própria ausência têm um efeito amplo que perdura para além do momento da prestação do serviço, constatando que quando o serviço é bom este acaba por marcar de forma positiva, acontecendo o mesmo quando o serviço é mau, já que se reflecte de forma negativa.

Outro dado curioso que pode contribuir para explicar esta insatisfação percebida pelos professores e que se reflecte na avaliação dos mesmos de forma negativa na qualidade do serviço, tem a ver com a falha dos “serviços do transporte”, o que pode acabar por ajudar a interpretar a “falta de comparência de algumas equipas” e o “reduzido número de equipas” nas competições. Outro dado a referir perante os resultados obtidos é a falta de “interesse dos alunos” na arbitragem, que acaba por ser justificado “pela falta de apoio aos alunos árbitros”, julgo que a resolução n.º 818/2007 neste capítulo, deixa uma excelente oportunidade ao desporto escolar de poder solucionar e motivar os alunos para a arbitragem, se atenderem à mensagem desta resolução ao referir que “ importa agora incrementar na vertente competitiva a articulação entre o desporto escolar e o desporto federado”, sendo possível existir um compromisso entre ambas as partes, até porque a arbitragem é uma insatisfação ao nível do serviço do desporto federado, sendo

que a falta de apoio dado pelo GCDE, sem fins lucrativos, poderia acabar por ser compensada ao nível do desporto federado já que oferece para além da recompensa financeira, uma projecção social e onde se prevê a “rentabilização dos recursos humanos, materiais e financeiros” entre o desporto escolar e o desporto federado;

É evidente ainda por parte dos professores do 3º ciclo uma insatisfação em relação ao “modelo dos campeonatos”, provavelmente porque o quadro competitivo não se encontra muito ajustado às características inerentes dos alunos. Julgamos que nalguns casos estará a faltar um equilíbrio competitivo, pelo que o método da inscrição não faz sentido, até porque o que acontece depois na prática é que as equipas/atletas apresentam um desequilíbrio entre si, deixando de ser uma competição formativa, já que não faz sentido os alunos/professores entrarem para dentro de campo já derrotados. Pensamos que uma possível solução que poderia ser encontrada pelo GCDE, passaria por uma cultura de objectivos a ser trabalhada e acompanhada pelos Coordenadores de modalidade do GCDE, saindo inclusivamente de trás da secretária e deslocando-se até às diferentes escolas, ou aquelas que pior trabalham, no sentido de acompanhar as dificuldades sentidas e tentando desta forma encontrar melhores soluções junto dos CDE das diferentes escolas. Até porque, provavelmente os professores estarão mais insatisfeitos quando durante a competição encontram uma equipa com atletas federados, já que o desnível encontrado é muito grande e onde é possível verificar que os professores não estão contra a participação dos mesmos. Julgo que em relação a este indicador que acaba por se reflectir na qualidade do serviço do desporto escolar, poderá ser condicionado através de regras adaptadas (pedagógicas), por exemplo: exigir que todos os alunos que são convocados tenham de jogar obrigatoriamente, até porque perante estes resultados é possível apercebermo-nos que outra das insatisfações prende-se com a atitude de alguns professores que acabam por “confundir o desporto escolar com o desporto federado”, apontando mesmo que existe “ falta de civismo de alguns professores”, ética se quisermos, que depois acaba por ser um “choque” para os próprios alunos na medida em que o professor é tido como o exemplo a seguir e onde o mesmo só está preocupado com a vitória a todo o custo. Segundo Pintor (1989), citado por Parralo (2006, p.3), sendo o desporto escolar destinado à escola “ (...) não deve ser encarado com um processo que visa alcançar a máxima performance desportiva, mas deve ser considerado o início precoce de uma formação diversificada para um máximo de desempenho futuro”. Complementando Álamo et al (2002, p.1) que “ (...) a competição deve ser um meio e nunca um objectivo final”, da mesma forma que a qualidade deve ser um meio e não um fim, Buján (2004, p.31).

Em relação ao serviço disponibilizado, a escola também é palco de algumas insatisfações principalmente ao nível dos professores do secundário (6), que se encontram insatisfeitos pela fraca adesão dos alunos, muito provavelmente porque os alunos já estão mais conscientes e cientes daquilo que querem em relação à modalidade que gostam e encontram no federado motivações extra que não encontram ao nível do desporto escolar, como por exemplo competir a nível Nacional. Talvez outro facto que possa explicar a adesão dos alunos do secundário, é a falta de tempo dos alunos visto que o seu desempenho está de certa forma comprometido com a sua entrada na faculdade onde já fica muito pouco tempo para os alunos fazerem qualquer coisa que não seja estudar. A carga horária dos alunos é demasiado elevada para levarem uma actividade a sério. A escola terá que dinamizar muito mais a sua actividade interna, através de competições inter e intra escolas para fomentar uma maior motivação e consequente captação de alunos para o desporto escolar, já que a actividade interna é vista como um pulmão do desporto escolar, ainda para mais quando os condicionalismos financeiros, redução ao nível dos transportes é uma meta de acordo do Governo Regional até 2011. De acordo com Carvalho (1987, p. 47), o desporto tem significados diferentes para a criança, consoante os estádios que ela vai, necessariamente ultrapassando, devendo, por isso, objectivar-se através de formas e meios diferenciados. É caso para perguntarmos se o desinteresse que se verifica ao nível dos alunos do secundário, não terá que ver com o facto de não serem dadas oportunidades aos jovens que apresentam maiores capacidades e vocação para a prática de certas modalidades. Ou não será possível conceber um outro modelo mais satisfatório para os alunos do secundário? As restantes insatisfações dos professores são colocadas ao nível das acessibilidades e a falta de algum material para desenvolverem a sua actividade, pois como sabemos é importante a existência de materiais desportivos para desenvolver um trabalho de qualidade.

2. Conclusões

Como consequência dos objectivos a atingir e dos resultados obtidos neste estudo, podemos referir como conclusões as seguintes:

1 – A avaliar pelos resultados obtidos ($p=0.051$), ficou demonstrado que independentemente do ciclo de ensino, existe uma satisfação geral dos professores em relação aos atributos do serviço do desporto escolar no ano lectivo 2006/07, existindo contudo aspectos de menor satisfação que deverão ser atendidos e melhorados;

2- Apesar de constatararmos uma satisfação em relação aos atributos do serviço do desporto escolar pelos professores, verificamos que apesar da variável explicativa das percepções de satisfação em relação ao desporto escolar não ser o ano de escolaridade, que os professores do 3º ciclo são os mais satisfeitos comparativamente com os de secundário que estão menos satisfeitos. Podendo encontrar como motivos de maior satisfação no 3º ciclo: o “modelo organizacional do desporto escolar”, “a elevada participação e empenhamento dos alunos” e o “gosto pelo ensino”, enquanto no secundário estão mais satisfeitos com: o “modelo da festa do desporto escolar”, “os resultados obtidos”, a possibilidade de “integrar os alunos problemáticos” e o “gosto pela competição”. Quanto à possibilidade de integrar os alunos mais problemáticos, os professores de EF são tidos com os profissionais que desenvolvem mais atitudes positivas face aos alunos que os restantes professores, porque através do desporto enquanto ferramenta educativa conseguem-se atitudes mais favoráveis à inclusão, já que segundo Pires (2007, p.16) “ (...) o desporto promove os valores educativos através da agonística em busca da superação e da excelência”;

3 – Na globalidade e independentemente do ciclo de ensino verificamos que os professores orientadores de G/E demonstram gosto e paixão pela actividade desenvolvida, sendo que as razões apontadas para a escolha da modalidade a orientar são “o gosto pela modalidade” e a “continuidade do trabalho do ano anterior”, levando-nos a referir que muito provavelmente o leque de modalidades disponíveis é satisfatório, registando ainda que as modalidades colectivas são as mais escolhidas para orientar, destacando o futsal/futebol e voleibol como as modalidades que reúnem mais professores. Em termos de cargos mais desempenhados no desporto escolar verificamos que o orientador de G/E é o que reúne mais professores, acrescentar que, provavelmente porque o quadro docente é estável, já que quando isso não acontece subentende-se que acaba por ser a própria escola a atribuir no horário do docente ou sugerida pelo grupo de EF;

4 – Os resultados obtidos nas comparações realizadas inter sexo, permite-nos concluir que existe um “olhar” masculino e outro feminino em relação à orientação das modalidades do desporto escolar. Onde os primeiros reúnem uma maior número de professores no: futsal, andebol e ténis de mesa comparativamente com as professoras que reúnem um maior número na: acrobática, aeróbica e voleibol. Observando ainda que existe uma associação positiva em relação às modalidades que treinam no desporto escolar com as que treinam num clube fora da escola;

5 – Em relação aos escalões etários que orientam os professores, verificamos que basicamente os professores orientam os escalões de infantis a juvenis, onde se percebe perfeitamente que ao desporto escolar fique incumbida a iniciação desportiva nos escalões acima referidos já que nestas idades, escolaridade obrigatória, é garantido que “todos têm direito à cultura física e ao desporto, sendo que cabe ao estado, em colaboração com as escolas e as associações, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto” conforme está definido na Constituição da República Portuguesa, artigo 79.

6 - No que respeita ao funcionamento dos treinos (hora e dia) por ciclo de ensino, é notória uma variabilidade nos dias e horas ao longo da semana, independentemente do ciclo de ensino, confirmando efectivamente que este é um dos aspectos que terá de melhorar, já que é percebido pela globalidade dos professores como sendo uma das suas insatisfações “o horário dos treinos”, a par “da falta de material”, principalmente ao nível do 3º ciclo. Julgamos que uma forma de contornar esta situação, atendendo a que os treinos ocorrem maioritariamente no turno do almoço, já terá sido dada pela resolução nº. 818/2007, ao garantir a 4ª feira à tarde para as actividades internas do desporto escolar em “turno contrário”, salvaguardando desta forma pelo menos uma vez por semana que os treinos possam ocorrer sem que haja o impeditivo de coincidir com o horário curricular dos alunos, acontecendo o mesmo com as actividades externas a partir das 15h, uma vez que se encontram dispensados do horário curricular à tarde. Outra das formas que poderá ser encontrada, provavelmente, poderá passar pela gestão das próprias escolas ao ser definido no próprio horário do professor e do aluno a marcação e duração das actividades a serem desenvolvidas através dos núcleos de desporto escolar, o que acabará por facilitar a gestão das próprias instalações e a organização da própria escola deixando de ser em função dos horários ou até mesmo das conveniências dos professores (a exemplo dos horários em educação física). Contudo temos consciência que esta sugestão acabará por ficar dependente da importância que o desporto escolar tem no projecto educativo de cada escola, já que não têm de ser igual em todas as escolas até porque as escolas são todas diferentes uma das outras, o que está em causa é garantir as condições de prática e as possibilidades de prática onde se realizam;

7 – Considerando os dados recolhidos, em termos globais, em relação a uma aproximação do desporto escolar ao desporto federado, verificamos que mais de 50% dos professores são a favor dessa cooperação/articulação, destacando quando procedemos a uma comparação da per-

cepção dos professores por ciclo de ensino que, o 3º ciclo aparece em primeiro lugar, seguido do 2º ciclo e do secundário em termos globais. Não sendo de estranhar que são os professores envolvidos num clube fora da escola (65,5%), os responsáveis por esta associação encontrada, uma vez que a significância do teste de independência foi inferior a 0.05 ($p=0,003$), constatando ainda que o cargo mais desempenhado é o de treinador independentemente do ciclo de ensino;

8 - Ainda de acordo com a percepção dos professores, são motivos de insatisfação a falta de ética de alguns colegas na orientação dos G/E durante a competição, ao “confundirem o desporto escolar com o desporto federado” a par da “falta de civismo/pedagogia de alguns professores”, sendo que este deve ser objecto de reflexão por parte do GCDE, já que poderá minimizar estas situações se condicionar de forma clara e objectiva as regras do quadro competitivo, através das regras de jogo, ao condicionar por exemplo que todos os alunos convocados tenham obrigatoriamente que jogar, tirando desta forma partido do valor pedagógico do desporto escolar. Pois como refere Gimenez (2003, p.79), citado por Parralo (2006, p.2) atendendo a que se trata do desporto na escola, devemos “usar a competição como forma de motivação e de aprendizagem, em vez de usar como um meio de selecção e discriminação.”

9 – Em relação à percepção dos professores quanto aos atributos de satisfação, verificamos que os mesmos estão satisfeitos com o serviço disponibilizado pelo GCDE e com o contributo do desporto escolar no desenvolvimento integral dos jovens, ao nível dos domínios: físico, cognitivo, afectivo e psicológico, realçando o seu valor formativo e educativo e no secundário a festa do desporto escolar;

10 – Já em relação aos atributos de maior insatisfação percebidos pelos professores temos a salientar que estão muito insatisfeitos com a gestão e o próprio planeamento das actividades programadas pelo GCDE, onde o “reduzido número de competições”, a falha de informação/comunicação entre o GCDE e a escola a par da “falta de motivação e rigor do GCDE”, o mau funcionamento dos “transportes” e o modelo organizacional são as suas maiores insatisfações. Quanto à escola apontam como insatisfações o “horário dos treinos disponíveis” e a “falta de material”. Em relação às duas organizações a “arbitragem” é outro aspecto a ter de ser melhorado. Provavelmente o transporte pode justificar a “falta de comparência de algumas equipas” e o “reduzido número de equipas” às competições, já que estas insatisfações são percebidas maioritariamente nos professores do 2º e 3º ciclo, já que de acordo com Bom (2002) o transporte

não pode ser uma variável de prática corrente, mas sim extraordinária, na medida em que a organização das provas pode ficar seriamente comprometida afirmando mesmo que “não é possível ter um sistema que resista”.

11 – Em relação aos atributos do desporto escolar percebidos pelos professores que mais insatisfações causaram por ciclo de ensino destacamos: no 2º ciclo alguma falta de credibilidade da parte do GCDE devido a “algumas falhas pontuais” e as “marcações e desmarcações em cima da hora”, sendo contudo de realçar que as suas maiores insatisfações são ao nível do funcionamento das competições “horários e local das competições/fora da escola” o que implica deslocações que no caso deste ciclo acaba por acarretar algum incómodo e que este deverá ser um aspecto a ser atendido com mais atenção neste ciclo atendendo às idades dos alunos envolvidos, “falta de comparência de algumas equipas” e ainda o não funcionamento do “transporte” a par dos “professores que confundem o desporto escolar com o desporto federado” referindo ainda existir “falta de formação”. Ao nível do 3º ciclo verificamos que a percepção dos professores em relação ao serviço acaba por ser a mais “contestada”, atendendo ao número de professores reúne por categoria e subcategoria, onde se destaca que existe no modelo organizacional uma “falta de reconhecimento da comunidade educativa” e “falta de verbas” em relação ao serviço do desporto escolar na escola, onde a “falta de material” ainda se revela condicionadora do trabalho a desenvolver, evidenciando ainda que o funcionamento dos treinos e competições ao nível do seu “horário” e “reduzido nº de competições/encontros” respectivamente acabam por ser aspectos que devem ser atendidos quer ao nível da escola quer ao nível do GCDE enquanto organizações responsáveis pelo desenvolvimento do desporto escolar indicando “falta de motivação do GCDE” e o “modelo dos campeonatos” onde a “alimentação e o alojamento” durante as competições terá de ser revisto. Quanto ao secundário os aspectos considerados menos satisfatórios acabam por ser a “arbitragem”, a falta de ética e deontologia de alguns professores, a “fraca adesão dos alunos” pelo que é caso para perguntar se o modelo utilizado funcionará ao nível do secundário?! Apesar de um estudo realizado por Smith et al (2007, p.339) em Inglaterra e no País de Gales, em alunos de 15, 16 anos, referir que a participação nas actividades extracurriculares da EF diminui substancialmente durante os anos para o secundário, especialmente nas mulheres jovens no Reino Unido.

3 – Considerações e recomendações finais

Julgamos ter a sensação de missão cumprida neste processo que damos por concluído, onde o objectivo central deste estudo foi diagnosticar os principais atributos do serviço prestado pelo desporto escolar no ano lectivo 2006/07, de acordo com a perspectiva dos professores, já que esta é uma questão central nos dias de hoje de qualquer organização que queira ser competitiva, ao procurar a melhoria contínua do seu serviço, sem abdicar das suas finalidades próprias e insubstituíveis, ao mesmo tempo que permitiu um conhecimento mais profundo e real do desporto escolar. Perante este cenário retratado, estamos em crer que as organizações, neste caso específico o GCDE e a escola, através dos seus líderes necessitam de aproveitar as oportunidades e ameaças reais para tomarem consciência de que não basta conduzir a organização para qualquer direcção, é preciso encaminhá-la no sentido mais adequado em função da análise estratégica. Correia (2002, p. 92), aponta mesmo para uma “gestão estratégica que permita um constante aproximar às necessidades, preferências e possibilidades dos consumidores específicos de cada organização” (alunos, professores). Torna-se imprescindível equacionar em simultâneo as ameaças e as oportunidades que vêm do exterior e as forças e as fraquezas da organização, isto é, atender à análise externa conduzindo à identificação de potenciais factores de sucesso e, por sua vez, a análise interna conduzindo à identificação de competências distintas.

Entendemos que o desporto escolar na nossa região está a viver momentos de crise (turbulência) que podem significar “ameaças”, mas ao mesmo tempo acabam por ser oportunidades que devem ser aproveitadas para mudar o rumo dos acontecimentos, na medida em que através da alteração da política desportiva regional (resolução n.º. 818/2007) em que o desporto escolar é entendido como o pilar do desenvolvimento desportivo, este acaba por ser o momento certo (oportunidade) dos professores e do próprio desporto escolar dar a conhecer o trabalho que desenvolve junto da sociedade do futuro, já que os “clubes escolas” são entendidos como o veículo de promoção com a sociedade onde através dos meios de comunicação, acabarão por se abrir assim as “portas” da escola que se quer aberta e dinâmica na conquista de parcerias superando em grande medida as suas dificuldades. Como defende Pina (2002, p. 29), um dos maiores “desafios que hoje se coloca à escola é ser capaz de afirmar a sua identidade”. Já de acordo com Pires (2007, p.327) “ (...) é de fundamental importância apostar na formação dos cidadãos enquanto futuros agentes de desenvolvimento e progresso num mundo em que o padrão de competitividade, quer se queira quer não será cada vez maior”, sendo por isso mesmo o desporto escolar através do seu valor educativo e formativo um excelente meio onde a escola, enquanto organização, se quiser progredir na senda da excelência, terá que lutar por uma cultura de exce-

lência, onde a escola deve constituir-se como um espaço aberto à mudança, de modo a que se possa concretizar um ensino de qualidade, como refere Marques (2002).

Julgo que perante o número de professores envolvidos no desporto escolar e no sector federado, existem questões na própria organização do desporto escolar que devem ser discutidas, para melhorar a sua credibilidade. Penso que os sistemas competitivos devem ser uniformizados, de forma a promover a verdade desportiva, o período de competição deve ser mais alargado, reestruturando as fases de apuramento. Entendo que o programa do desporto escolar deverá permitir projectos que possibilitem uma competição mais regular com torneios de divulgação da modalidade da responsabilidade das associações das modalidades, com um quadro mais justo e adequado ao seu nível competitivo desde que uniformizado com o regulamento adaptado para o desporto escolar, podendo inclusive serem dinamizadas acções de formação a desenvolver com as modalidades no âmbito educativo. De qualquer forma e apesar de haver muito para melhorar, ainda existem escolas e professores que se conseguem organizar de forma a proporcionar um desporto escolar com qualidade.

Do trabalho efectuado decorrem algumas reflexões finais, enunciadas sob a forma de algumas preocupações que deverão ser atendidas, já que temos consciência que é a partir da análise da situação que se podem desencadear processos de tomada de decisão quanto à organização do futuro e, neste caso particular, para a melhoria da qualidade do GCDE, responsável pelo desporto escolar na RAM. Onde se pretende desenvolver um serviço de qualidade através do interesse e empenho de todos os intervenientes no processo educativo, com vista a obter a satisfação de todos os envolvidos no processo.

Nesta perspectiva, pensamos que seria relevante dar continuidade a estudos desta natureza, mas com maior regularidade, pelo que sugerimos que em estudos futuros sobre o desporto escolar se procure:

- estudar o perfil dos professores do desporto escolar e conhecer os seus comportamentos durante a competição, já que se verifica que a grande maioria dos professores estão insatisfeitos com as atitudes de alguns colegas;

- Perante o registo diversificado do funcionamento dos treinos do desporto escolar ao nível do 2º e 3º CEB e secundário, talvez fosse oportuno estudar as causas que estão subjacentes a esta escolha dos professores e a esta variabilidade, verificando se a mesma esta relacionado com a disponibilidade das instalações e o próprio horário dos alunos.

Outro aspecto que deixo como reflexão é que, se calhar estará a faltar ao GCDE redigir um conjunto de “objectivos /metas a alcançar” que estimulem o cumprimento de alguns pressupostos através de uma cultura de objectivos a ser proposta aos professores tendo por base “ (...) uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico” conforme defende a própria Lei de Bases do sistema Educativo, onde o desporto escolar se insere, o qual poderia ajudar a tornar o quadro competitivo mais homogéneo e ajustado, atendendo ao nível dos alunos, mesmo contemplando os alunos federados, através por exemplo da definição de critérios para dois níveis, em que os próprios professores conhecendo o nível dos seus alunos este é que teria de indicar qual o nível que iria competir. Até porque tratando-se este de um desporto educativo, faz todo o sentido que o quadro competitivo para além de ser organizado atendendo à idade e ao sexo, respeite as capacidades/níveis dos alunos, devendo em meu entender salvaguardar no mínimo dois níveis onde as regras de jogo também deverão ser muito explícitas em garantir que todos os alunos devam obrigatoriamente jogar, sob pena de se pactuar pela selectividade e discriminação do desporto federado. A julgar pelas percepções dos professores, deveria o GCDE e a escola, premiar os professores que apresentam elevados índices de assiduidade dos alunos aos treinos e jogos, os que trabalham melhor, o que revela mais fair-play, entre outros exemplos, podendo e devendo existir prémios para os alunos aquando da sua participação individual e /ou colectiva. Pois entendemos que a própria burocracia que tem vindo a tomar conta das escolas é suportada pelos professores, que ficam sem tempo e sem vontade de tomar iniciativa em núcleos de desporto escolar. Sendo que muitos dos professores tomam conta de núcleos do desporto escolar, sem formação de desporto em causa, apenas para terem redução de horário lectivo, o que leva a que muitas escolas e professores não encarem o desporto escolar com profissionalismo.

Pires (2005, p.30), diz-nos que “mais importante do que conhecer as estruturas e organizar o desporto a partir delas, é conhecer os processos e gerir o desporto a partir deles. Só se pode gerir o desporto, se se compreender aquilo que está a mudar, quer em termos sociais quer organizacionais.”

Talvez por isso, não fosse mal pensado pelo GCDE, começar a acompanhar mais a actividade que é desenvolvida nas escolas, através dos seus coordenadores de modalidade, no sentido de melhor compreenderem as dificuldades vividas pelos professores e no fundo acompanhar mais de perto se efectivamente os objectivos propostos vão sendo atingidos e se não porquê?! Para que possam definir os seus quadros competitivos mais ajustados e ultrapassemos a lógica e os esquemas tradicionais de funcionamento por anos lectivos. Já que a solução não passa por

excluir os alunos federados, deve antes sim ser potenciada a troca de experiências entre os mais e os menos dotados. Ainda para mais quando o modelo defendido para a região delega que a formação desportiva deverá ser da responsabilidade do sector escolar e a especialização da responsabilidade do sector federado, realçando que deverá haver uma grande revolução de mentalidades, quer dos professores, quer dos dirigentes desportivos, de forma a eliminar o estigma desporto escolar/desporto federado, na medida em que só fará sentido, a política desportiva Regional se houver uma correcta articulação entre o sector escolar e o sector federado, uma vez que os motores da transformação que tem havido na nossa sociedade, em termos de hábitos desportivos (prática desportiva), têm sido, sem dúvidas a escola e o desporto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO CONSULTADA

Programa de Governo da Região Autónoma da Madeira (2007-2011). Acedido a 16 de Junho de 2008, em: <http://www.idram.pt/programaGR0711.pdf>.

XVII Governo Constitucional de Portugal (2005-2009). Acedido a 22 de Janeiro de 2008, em: <http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/631A5B3F-5470-4AD7-AE0F-D8324A3AF401/0/ProgramaGovernoXVII.pdf>

Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma da Madeira (2007). Acedido a 26 de Novembro de 2007, disponível em: <http://www.madeiraedu.pt/P%C3%83%C2%A1ginainicialtabid56ctlReadmid497DestaqueId16Default.aspx>.

Resolução n.º 818/07 de 26 de Julho de 2007, Conselho do Governo. Alterações na política desportiva da Região Autónoma da Madeira. Ofício Circular N.º 5.0.0 – 416/07.

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2007/M – Estabelece as bases do sistema desportivo da RAM, DR, 1.ª série – n.º 8, 11 de Janeiro de 2007.

Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro de 2007. Lei de Bases da Actividade Física e Desporto, DR 1.ª série – n.º 11.

Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2005/M de 8 de Março de 2005 – Aprova a orgânica da Secretaria Regional de Educação, DR 1.ª série – B, n.º 47.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, DR, Série I-A, Constituição da República Portuguesa, artigos 73.º e 79.º.

Despacho n.º 109/2005, de 26 de Outubro – Estrutura organizativa do desporto escolar, Jornal Oficial série II, n.º 206.

Lei n.º 49/2005, 30 de Agosto de 2005. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2005/M, de 27 de Abril de 2005 – Orgânica da Direcção Regional de Educação, Jornal Oficial série I, n.º 41.

Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, DR - I Série A, n.º 195 - Primeira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da RAM.

Decreto-Lei n.º 95/91 de 26 de Fevereiro - Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar e Decreto-Lei n.º 165/96, de 5 de Setembro rectificado nos termos da Declaração de Rectificação n.º 35/91, de 27 de Março, publicada no DR, I-A, suplemento de 30.03.1991 e DL 74/2004.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, A. (1996). Desporto Escolar: o nosso desafio. *Painel Desportivo*, pp. 21-23.

Álamo, J.M.; Amador, F. & Pintor, P. (2002). Función social del deporte escolar. El entrenador del deporte escolar. *Revista Digital Buenos Aires – Año 8 – n.º 45*. Acedido em 27 de Outubro de 2008, em: <http://www.efdeportes.com/efd45/escolar.htm>.

Alves, C. (2003). *Satisfação do Consumidor*. Lisboa: Escolar Editora.

Araújo, J. (2001). *Sistema desportivo português - que modelo?* Confederação do Desporto de Portugal, pp. 37-48.

Bailey, R.; Armour, K.; Kirk, D. ; Jess, M. ; Pickup, I. ; Sandford, R. ; BERA Physical and Group, Sport Pedagogy Special Interest (2008). The educational benefits claimed for physical education and school sport: an academic review. *Research Papers in Education*, pp. 1-26.

Barata, O. (2000). Reforma do Estado e Administração Pública Gestionária. In Bilhim, J.; Neto, J.; Gonçalves, J.; Barata, O. (Coord), Comunicações do Fórum: *Reforma do Estado e Administração Pública Gestionária*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001.

Bento, J.; Constantino, J.(2007). Em defesa do desporto. Mutações e valores em conflito. Edições Almedina, pp.269-287.

Bento, J. (2004). *Desporto – Discurso e Substância*. Coleção: Saberes do Desporto. Universidade do Porto – FCDEF. 1º Edição – Setembro. Campo das Letras – Editores, S.A.

Bento, J.; Garcia, R. & Graça, A. (1999). *Contextos da pedagogia do desporto Perspectivas e problemáticas*. Livros Horizonte. Lisboa.

Bento, J. (1991). Desporto na Escola e Desporto no Clube. *Revista Horizonte*, Vol. VII, 42, pp.183-188.

Bilhim, J. (2002). *Questões Actuais de Gestão de Recursos Humanos*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Bilhim, J. (2004). *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Bom, L. (2002). Dossier: Desporto Escolar – Parte I. *Revista Horizonte*, Vol. XVII, nº 102, Maio-Junho, p.V.

Bodet, G. (2006). Investigating Customer Satisfaction in a Health Club Context by an Application of the Tetraclass Model. France, *European Sport Management Quarterly*, Vol. 6, Nº 2, Junho, pp. 149-165.

Buján, P.S. (2004). Hacia una gestión de calidad en los centros deportivos. La calidad total, herramienta imprescindible en la gestión. Editorial Gymnos.

Caligigal, J. (1985). “La pedagogia del deporte como educación”. *Revista de Educación Física*, Sumario 3, Mayo/Junio, pp. 5-11.

Carvalho, M. (1987). Desporto Escolar inovação pedagógica e nova escola. Lisboa: Editorial Caminho.

Carvalho, A. (1985). Desporto Escolar e Inovação Pedagógica. *Revista Horizonte*. Vol. II, nº10, (Nov/Dez), pp. 120-126.

Carvalho, A. (1987). *Desporto Escolar - Inovação Pedagógica e Nova Escola*. Editorial Caminho, Lisboa.

Coelho, O. (1995). Desporto Escolar e Desporto Federado - Algumas reflexões necessárias. *Revista Horizonte*, Vol. VI, nº33, pp. 83-87.

Confederação do Desporto de Portugal (2001). *Desporto Federado e Desporto Escolar – Equívocos, Conflitos e Cooperação*, Lisboa.

Correia, A. (1997). *Modelo de Análise da Estratégia das Federações Desportivas*. In: Actas do II Congresso Gestão de Desporto – O desporto em Portugal – Opções e Estratégias de Desenvolvimento. Associação Portuguesa de Gestão de Desporto. Lisboa, pp. 107-112.

Correia, A. (2002). Gerir a Imagem do Líder. *Boletim da SPEF*, nº 21/22, pp. 95-101.

Correia, A.; Costa, C.; Mamede, P. & Sacavém, A. (2001). *Serviços de qualidade no desporto, piscinas polidesportivos e ginásios*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto.

Correia, A. e Soares, J. (2007). Documentos de apoio facultados na disciplina *Marketing do Desporto*, no âmbito do Mestrado em Educação Física e Desporto da Universidade da Madeira.

Cruz, C. & Carvalho, Ó. (1994). “*Qualidade - Uma filosofia de Gestão*” – Texto Editora, Lda 3ª Edição.

Damáσιο, A. (1998). “*O desporto escolar na Direcção Regional de Educação de Lisboa, Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo na perspectiva dos Conselhos Directivos*”. Tese de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Domingues, I. (2004). Qualidade nos Serviços Públicos – Constrangimentos e Possibilidades. *Revista Episteme*, Lisboa: Universidade Técnica, nº 13-14, pp. 225-242.

Escórcio, A. (2004). *Ano europeu da educação pelo desporto – Contributo para a compreensão do desporto na escola*. Coleção: Gestão do Desporto. Madeira.

Fejgin, N. & Hanegby (2001). Social Functions of the School Sport Club in Israel in the Eyes of Physical Educators and other Teachers”. *Physical Education & Sport Pedagogy*, Vol. 6, Janeiro, pp. 55-74.

* Fernandes, A.(2000). *Qualidade de Serviço pela Gestão Estratégica*. Editora Pergaminho, Lda

Fernandes, F. (1999). *Madeira Desporto em Autonomia - Levantamento e análise da situação Desportiva*. Edição: O DESPORTO Madeira

Freitas, H. & Janissek, R. (2000). *Análise Léxica e Análise de Conteúdo: Técnicas complementares, seqüências e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Distribuição Sphinx.

Freitas, F. (2002). Desporto Escolar. Conceptualização e Contextualização no âmbito do sistema educativo e do sistema desportivo. *A página da educação*, Vol. XI, 110, Acedido a 16 de Outubro de 2007, em: <http://www.apagina.pt/arquivo/ImprimirArtigo.asp?ID=1712>.

Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (2007). Programa do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e secundário.

Garcia, R. (2005b). Políticas educativas e sociais no desporto. *Congresso do desporto – Um compromisso nacional*. Porto.

Gonçalves, C. (1988). Educação Física e Desporto Escolar: Uma Perspectiva. *Revista Horizonte*, Vol. XIX, nº102, Dossier.

Griggs, G. & Wheeler, k. (2007). ‘Play up, play up and play the game’: the implications of Every Child Matters within physical education and school sport. *Education 3–13*, Vol. 35, Nº3, Agosto, pp. 273 – 282.

Hill, M. e Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. (2º Edição). Edições Sílabo.

- Hoffman, H. & Batson, J. (2003). *Princípios de Marketing de Serviços – Conceitos, Estratégias e Casos*, 2ª Edição. Thomson Pioneira.
- IDRAM (2007). *Demografia Federada 2006/2007*. Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira. Acedido a 9 de Junho de 2008, em: <http://www.idram.pt/demografia/default.html>.
- Kotler, P. (2005). *Marketing Essencial – Conceitos, estratégias e casos*. 2ª Edição, Prentice Hall.
- Kotler, P. (1998). *Marketing para organizações que não visam o lucro*, 3ª Triagem. Editora Atlas S.A. São Paulo.
- Lindon, D.; Lendrevie, J.; Lévy, J.; Dionisio, P. & Rodrigues, J.(2004). *Mercator XXI – Teoria e Prática do Marketing*. 10ª edição. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Lemes, A. (2002). Implementação de estratégias para satisfação de clientes de micro e pequena empresa, acedido a 23 de Junho de 2007, em: <http://www.unitau.br/prppg/cursos/ppga/mestrado/2002.htm>.
- Marivoet, S. (2005). Assimetrias de género na participação desportiva: Portugal no contexto Europeu. *Revista Horizonte*, Vol. XX, nº 120, Março, pp. 3-11.
- Marques, C. (2002). *Análise de Necessidades de Formação Contínua de Professores de Educação Física e Desporto Escolar*. Dissertação Apresentada Com Vista à Obtenção do Grau de Mestre em Gestão da Formação Desportiva. UTL-FMH, pp. 23-39.
- Mendes, F. (1996). A Experiência Profissional como Elemento Diferenciador dos professores de EF. *Revista Horizonte*, Vol. XIII, nº 74, Out/Nov, pp. 23-25.
- Mota, R. (2003). Desporto Escolar Organização, Dinamização da Actividade Interna. *Revista Horizonte*, Vol. XIX, 109, Dossier, pp. 1-8.

Ministério da Educação (2003). Documento Orientador do Desenvolvimento do Desporto Escolar: Jogar pelo Futuro - Medidas e Metas para a Década, pp. 1-25, acessado a 15 de Setembro de, 2007, em <http://.minedu.pt/ftp/docs>.

Neves, A. (2002). *Gestão na Administração Pública*. Editora Pergaminho, Lda.

Parralo, M. (2006). Características básicas del deporte en la escuela. *Revista Digital – Buenos Aires – Año 11 – nº 96 – Mayo*.

Pereira, A. (2004). A paixão pela profissão a excelência em educação física e desporto. *Revista Horizonte*. Vol. XIX, nº 113 (Maio/Junho), pp. 26-31.

Pina, M. (1995). Desporto Escolar: O Núcleo/ Clube Escolar, génese do modelo organizativo do futuro. *Revista Horizonte*, Vol. XI, nº65, Dossier.

Pina, M. (1997). “*Estrutura e dinâmica do desporto escolar – levantamento e análise da situação em Portugal de 1990 a 1995. Do modelo à prospectiva*”. Dissertação Apresentada Com Vista à Obtenção do Grau de Mestre em Gestão da Formação Desportiva. Universidade técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.

Pina, M. (1997). Desporto Escolar - Da Organização do Passado à Organização do Futuro. *Revista Horizonte*, Vol. X, nº60, pp. 1-8.

Pina, M. (2002). Desporto Escolar - Estado Actual e Prospectiva. *Revista Horizonte*, Vol. XVII, nº 101, pp. 25-39.

Pires, P. & Carames, R. (2003). Qualidade do serviço de atendimento em ginásios/health clubs, Estudos em Gestão do Desporto. Edição de Autor, pp. 9 – 64.

Pires, A., Santos, A., (1996). *Satisfação dos Clientes, um objectivo estratégico de gestão*, Texto Editora.

Pires, G. (2007). A Educação Física em Portugal deve mudar de paradigma. Jornal “a página”, nº 166, Abril, p.16.

Pires, G. (2007). *Agôn Gestão do Desporto. O jogo de Zeus*. Porto Editora.

Pires, G. (2003). *Gestão do Desporto – Desenvolvimento organizacional*. 2ª Edição APOGESD.

Pires, G. (2002). Desporto Escolar – Parte II. *Revista Horizonte*, Vol. XVIII, nº 103, Dossier, pp. I-VIII.

Pires, G. (2001). *Da Educação Física ao Alto Rendimento*. Funchal, Desporto Madeira.

Quivy, R. & Campenhout, L.V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3ª Edição, Gradiva, Lisboa.

Ramos, D. & Vilas Boas, T. (2003). Análise da qualidade de serviços em piscinas municipais cobertas. *Estudos em Gestão do Desporto*, pp. 135 – 200.

Rego, L. (2002). A Educação Física e o Desporto Escolar. “A página”, Vol. XI, nº 110, p. 12.

Relatório do Parlamento Europeu - sobre o papel do desporto na educação (2007/2086 (INI)). Acedido a 16 de Junho de 2007, em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=//EP//NONSGML+REPORT+A6-2007-0415+0+DOC+PDF+V0//PT>.

Robinson, L. (2006). Customer expectations of sport organizations. United Kingdom, *European Sport Management Quarterly*, Vol. 6, Nº.1, Março, pp. 67-84.

Saias, L. (2007). *Marketing de Serviços: Qualidade e Fidelização de Clientes*. Universidade Católica, Editora Lisboa.

Siedentop, D. (1994). *Sport education: Quality PE through positive sport experiences*. Champaign, IL: Human Kinetics.

Smith, A. ; Thurston, M.; Green, K. & Lamb, K. (2007). Young people`s participation in extra-curricular physical education: A study of 15 16 year olds in North-West England and North-East Wales. *European Physical Education Review*, vol. 13, pp. 339-369.

Soares, J. (2002). As potencialidades de um clube desportivo escolar. *Jornal a "página"*, nº 110, Março, p.11.

Soares, J. (1997). *Desporto Escolar – Organização e perspectivas futuras*. Edição O DESPORTO Madeira.

Soares, J. (1996). *Avaliação da qualidade do Serviço do Desporto Escolar na Região Autónoma da Madeira através da consulta dos professores de Ed. Física*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.

Sousa, G. (1997). "Qualidade na Prestação de serviços desportivos". In: Actas do II Congresso Gestão de Desporto. O desporto em Portugal - Opções e estratégias de desenvolvimento. Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, pp. 211-217.

Sousa, G. (2001). *Da Educação Física ao Alto Rendimento: Políticas de Marketing e de "Sponsoring" no âmbito de um projecto educativo-desportivo escolar*. Madeira: O desporto Madeira.

Sousa, J. (2006). Congresso do Desporto - Políticas Educativas e Sociais no Desporto: Desporto Escolar - Um instrumento Estratégico para o Desenvolvimento de Portugal, pp. 1-40. Acedido a 10 de Janeiro de 2008, em: <http://www.congressododesporto.gov.pt/contri-butos.htm>.

Vala, J. (1986). *Análise de conteúdo. Metodologia das ciências sociais*. Edições Afrontamento. Porto.

Vieira, J. (2000). *Inovação e Marketing de Serviços*. Editorial Verbo.

ANEXOS

ANEXO I

Pré-questionário dos professores

Cód.: - -

Desporto Escolar

Questionário Professores do Desporto Escolar

Estudo da Satisfação do Desporto Escolar

A Universidade da Madeira/Departamento de Educação Física e Desporto e a Secretaria Regional de Educação/Direcção Regional de Educação estão a realizar um estudo que pretende auscultar os diversos intervenientes no DESPORTO ESCOLAR. O contributo dos professores envolvidos no Desporto Escolar pode ser importante para aumentar o conhecimento sobre este sector e contribuir para a melhoria das actividades e do serviço. É neste sentido que pedimos a sua colaboração para preencher este questionário que é anónimo.

Depois de responder às perguntas verifique se o questionário está todo preenchido e devolva-o ao Coordenador do Desporto Escolar.

Muito obrigado pela sua colaboração.

1. Idade?

<25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos 35 a 39 anos 40 a 44 anos 45 a 49 anos > 50 anos

2. Sexo?

Masculino Feminino

3. Qual é a sua situação profissional?

Prof. do Quadro Prof. do Quadro de Zona Pedagógica Pró. Contratado Outro: _____

4. Quantos anos de experiência tem no Desporto Escolar (total de anos acumulado)?

Menos de 1 ano 1 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 9 anos 10 a 12 anos 13 a 15 anos Mais de 15 anos

5. Qual é o cargo(s) que desempenha no Desporto Escolar no presente ano lectivo?

(no caso de ter mais do que um cargo assinalar um X também no segundo cargo)

Coordenador do Desporto Escolar	<input type="checkbox"/>
Orientador de equipa/grupo	<input type="checkbox"/>
Coordenador de actividade interna	<input type="checkbox"/>
Outro: _____	<input type="checkbox"/>

6. Qual é a carga horária de redução que dispõe para o exercício do(s) seu(s) cargo(s), antes e depois da avaliação do Projecto do Desporto Escolar?

Cargos	Carga horária de redução, antes da avaliação do projecto	Carga horária de redução, depois da avaliação do projecto
Coordenador do Desporto Escolar		
Orientador de equipa/grupo		
Coordenador de actividade interna		
Outro: _____		

7. No caso de ser Professor Orientador de Equipa/Grupo:

7.1 Quantas horas de treino por semana realiza? R: _____

7.2. Em que dias e em que período da hora do dia é que realiza os treinos?

Horário de treino	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
Ex.: 10h às 11h30						

7.3. É professor de que modalidade(s) na equipa/grupo do Desporto Escolar?

R: _____

7.4. Em que mês começou os treinos na equipa/grupo do Desporto Escolar?

Set. Out. Nov. Dez. Jan. Fev. Mar. Abr. Mai.

7.5. Em que mês começaram a competir?

Set. Out. Nov. Dez. Jan. Fev. Mar. Abr. Mai.

8. Indique as razões que levaram à escolha da modalidade em que está envolvido:

R: _____

9. Gostaria de orientar outra modalidade no Desporto Escolar?

Sim

Não

Se sim, qual é a modalidade que gostaria de orientar?.....

10. Também está envolvido num clube fora da Escola como treinador, técnico ou dirigente?

Sim

Não

Se sim, qual a modalidade? R: _____

E qual é o cargo? R: _____

11. Na sua perspectiva, Indique as **razões ou motivos** que justificam a prática de Desporto Escolar **dos alunos** colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Discordo em absoluto	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo em absoluto
1.	Ser popular	1	2	3	4	5
2.	Fazer parte de uma equipa	1	2	3	4	5
3.	Ser fisicamente saudável	1	2	3	4	5
4.	Melhorar as capacidades	1	2	3	4	5
5.	Ser uma estrela ou campeão desportivo	1	2	3	4	5
6.	Estar com os amigos	1	2	3	4	5
7.	Divertimento	1	2	3	4	5
8.	Gosto pela competição	1	2	3	4	5
9.	Os pais querem que os filhos pratiquem	1	2	3	4	5
10.	Outra:	1	2	3	4	5

12. Indique o seu grau de satisfação relativamente à **facilidade de participação** no Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Horário dos treinos	1	2	3	4	5
2.	Local dos treinos	1	2	3	4	5
3.	Número de treinos por semana	1	2	3	4	5
4.	Número de competições por sábado/concentração	1	2	3	4	5
5.	Número de competições/jogos por ano	1	2	3	4	5
6.	Duração dos treinos	1	2	3	4	5
7.	Competições aos sábados de manhã	1	2	3	4	5
8.	Horário dos transportes para as competições	1	2	3	4	5

13. Indique o seu grau de satisfação relativamente aos **balneários da sua escola** colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Higiene	1	2	3	4	5
2.	Segurança	1	2	3	4	5
3.	Conforto	1	2	3	4	5
4.	Estado de conservação	1	2	3	4	5
5.	Apoio dos funcionários	1	2	3	4	5

14. Indique o seu grau de satisfação relativamente ao **local de prática (treinos)** no Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Qualidade do piso	1	2	3	4	5
2.	Higiene	1	2	3	4	5
3.	Segurança	1	2	3	4	5
4.	Conforto	1	2	3	4	5
5.	Estado de conservação	1	2	3	4	5
6.	Apoio dos funcionários	1	2	3	4	5

15. Indique o seu grau de satisfação relativamente aos **materiais desportivos** no Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Quantidade	1	2	3	4	5
2.	Estado de conservação	1	2	3	4	5

16. Indique o seu nível de satisfação relativamente aos **intervenientes (pessoas que participam)** no Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Sem opinião
1.	Presidente da Direcção/Conselho Executivo	1	2	3	4	5	6
2.	Coordenador do Desporto Escolar (Escola)	1	2	3	4	5	6
3.	Professores do Desporto Escolar (Da escola)	1	2	3	4	5	6
4.	Professores de Educação Física	1	2	3	4	5	6
5.	Funcionários da Escola	1	2	3	4	5	6
6.	Professores do Gabinete do Desporto Escolar	1	2	3	4	5	6
7.	Encarregados de Educação	1	2	3	4	5	6
8.	Outro:	1	2	3	4	5	6

17. **Apenas para o professor Orientador de Equipa/Grupo.** Indique o seu grau de satisfação relativamente aos **treinos** colocando uma cruz nas opções mais adequadas de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Organização dos treinos	1	2	3	4	5
2.	Número de treinos semanais	1	2	3	4	5
3.	Número de alunos por treino	1	2	3	4	5
4.	Carga horária de treino	1	2	3	4	5
5.	Interesse dos alunos pelos treinos	1	2	3	4	5
6.	Apoio do Coordenador do DE	1	2	3	4	5
7.	Respeito pelas regras desportivas	1	2	3	4	5
8.	Disponibilidade das instalações em horários adequados	1	2	3	4	5
9.	Empenhamento dos alunos da equipa/grupo	1	2	3	4	5
10.	Assiduidade dos alunos ao treino	1	2	3	4	5
11.	Outra:	1	2	3	4	5

18. Apenas para o professor Coordenador do Desporto Escolar ou Orientador de Equipa/Grupo. Indique o seu grau de satisfação relativamente ao **funcionamento das competições externas** (campeonatos, concentrações, etc.) do Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Qualidade da organização da competição	1	2	3	4	5
2.	Número de jogos ou competições	1	2	3	4	5
3.	Número de equipas em competição	1	2	3	4	5
4.	Horário das competições	1	2	3	4	5
5.	Interesse da competição	1	2	3	4	5
6.	Arbitragem	1	2	3	4	5
7.	Respeito pelas regras desportivas	1	2	3	4	5
8.	Assiduidade dos intervenientes	1	2	3	4	5
9.	Pontualidade dos intervenientes	1	2	3	4	5
10.	Empenhamento dos intervenientes	1	2	3	4	5
11.	Classificações nas competições	1	2	3	4	5
12.	Serviço de transporte dos alunos que vão competir	1	2	3	4	5
13.	Outra:	1	2	3	4	5

19. Indique o seu grau de satisfação relativamente às informações recebidas do Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções que considere mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Da Direcção ou Conselho Executivo	1	2	3	4	5
2.	Do Coordenador do Desporto Escolar	1	2	3	4	5
3.	Do Gabinete do Desporto Escolar	1	2	3	4	5
4.	Dos Encarregados de Educação	1	2	3	4	5
5.	De outro: _____	1	2	3	4	5

20. Exprese a sua opinião sobre o **nível de integração** do Desporto Escolar no projecto educativo da sua Escola colocando uma cruz na opção mais adequada de acordo com a escala:

Nada integrado	Pouco integrado	Razoavelmente integrado	Muito integrado	Completamente integrado
1	2	3	4	5

Justifique

R:

21. Considera que a sua Escola é dinâmica na conquista de parceiros externos para o desenvolvimento do Desporto Escolar?

Sim Não

Indique os parceiros externos da sua Escola no Desporto Escolar:

R:

22. Indique em que medida considera que **o Desporto Escolar na sua Escola contribui** para os seguintes aspectos colocando uma cruz nas opções mais adequadas de acordo com a escala:

		Contributo muito fraco	Contributo fraco	Contributo médio	Contributo elevado	Contributo muito elevado
1.	Promoção da saúde	1	2	3	4	5
2.	Desenvolvimento da cidadania	1	2	3	4	5
3.	Criação de hábitos desportivos e de exercício físico	1	2	3	4	5
4.	Formação de praticantes desportivos	1	2	3	4	5
5.	Redução do abandono escolar	1	2	3	4	5
6.	Diminuição do absentismo	1	2	3	4	5
7.	Resolução de conflitos	1	2	3	4	5
8.	Relação positiva e articulada com o desporto federado	1	2	3	4	5
9.	Melhoria do clima na Escola	1	2	3	4	5
10.	Outra: _____	1	2	3	4	5

23. Indique o seu **nível de satisfação geral** relativamente ao **Desporto Escolar**:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Nível de satisfação	1	2	3	4	5

24. Pretende continuar a ser professor no Desporto Escolar?

Sim

Não

Se não, quais as razões?

R:

25. Recomendaria o Desporto Escolar a um filho de um amigo?

Sim

Não

26. No sentido de se melhorar o Desporto Escolar pode deixar de seguida sugestões e críticas que julgue adequadas:

R:

Não se esqueça de verificar se respondeu a todas as questões.

Depois agradecemos que entregasse o questionário ao Coordenador do Desporto Escolar. Muito obrigado pela sua colaboração.

ANEXO II

Questionário definitivo dos professores

Cód.: - -

Desporto Escolar
Questionário - Professores do Desporto Escolar
Estudo da Satisfação do Desporto Escolar

A Universidade da Madeira/Departamento de Educação Física e Desporto e a Secretaria Regional de Educação/Direcção Regional de Educação/Gabinete Coordenador do Desporto Escolar estão a realizar um estudo que pretende auscultar os diversos intervenientes no DESPORTO ESCOLAR. O contributo dos professores envolvidos no Desporto Escolar pode ser importante para aumentar o conhecimento sobre este sector e contribuir para a melhoria das actividades e do serviço. É neste sentido que pedimos a sua colaboração para preencher este questionário que é anónimo. A duração de preenchimento prevista é de 30 minutos.

INSTRUÇÕES:

As perguntas são de resposta rápida que poderão ser de três tipos:

- a marcação de um **X** na opção correcta;
- a escolha de um valor numa escala de 1 a 5 pontos;
- resposta escrita dentro do espaço disponível e de acordo com a sua opinião.

Tenha em atenção que em algumas perguntas, na margem direita da folha, existe a opção: SEM OPINIÃO ou/e NÃO SEI.

No caso de se enganar pode riscar e voltar a escolher outra opção.

Caso tenha outra resposta que não esteja contemplada tem sempre a possibilidade de a incluir no final.

Depois de responder às perguntas verifique se o questionário está todo preenchido.

Muito obrigado pela sua colaboração.

1. Idade?

≤ 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos 36 a 40 anos 41 a 45 anos 46 a 50 anos > 50 anos

2. Sexo?

Masculino Feminino

3. Ciclo de Ensino e Escola que lecciona (em caso de leccionar em mais do que um assinale duas ou mais X):

3.1 1º Ciclo 2º Ciclo 3º Ciclo Secundário

3.2 Escola: _____

4. Qual é a sua situação profissional?

Prof. do Quadro Prof. do Quadro de Zona Pedagógica Prof. Contratado Outro: _____

5. Quantos anos de experiência tem no Desporto Escolar (se interrompeu deve contar o total de anos acumulado)?

Menos de 1 ano 1 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 9 anos 10 a 12 anos 13 a 15 anos Mais de 15 anos

6. Qual é o cargo(s) que desempenha no Desporto Escolar no presente ano lectivo?

(no caso de ter mais do que um cargo assinalar um X também no segundo cargo)

Coordenador do Desporto Escolar	<input type="checkbox"/>
Orientador de Grupo/Equipa	<input type="checkbox"/>
Coordenador de Actividade Interna	<input type="checkbox"/>
Outro: _____	<input type="checkbox"/>

7. Qual é a carga horária lectiva (semanal) que dispõe para o exercício do(s) seu(s) cargo(s) no Desporto Escolar?

Cargos	Carga horária lectiva
Coordenador do Desporto Escolar	
Orientador de Grupo/Equipa	
Coordenador de Actividade Interna	
Outro: _____	

7.1 Durante o ano lectivo a carga horária sofreu alteração?

Sim Não

Porquê: _____

8. No caso de ser Professor Orientador de Grupo/Equipa:

8.1 Quantas horas de treino por semana realiza? R: _____

8.2. Em que dias e em que horário realiza os treinos?

Dias	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
Horário de treino Ex.: das 10h às 10h30						

8.3. É professor de que modalidade(s) e escalão etário e sexo no Grupo/Equipa do Desporto Escolar?

Modalidades desportivas	Escalão etário	Sexo

8.4. Em que mês começou os treinos no Grupo/Equipa do Desporto Escolar?

Set. Out. Nov. Dez. Jan. Fev. Mar. Abr. Mai.

8.5. Em que mês começaram a competir/participar em encontros inter-escolas (no caso de ter duas modalidades considere apenas aquela que começou mais cedo)?

Set. Out. Nov. Dez. Jan. Fev. Mar. Abr. Mai.

8.6 Indique as razões/critérios que estiveram na base de escolha da (s) modalidade (s) em que está envolvido:

R: _____

8.7. Gostaria de orientar outra modalidade ou actividade (s) no Desporto Escolar? Sim Não Talvez

Se sim, qual é a modalidade/actividade que gostaria de orientar? R: _____

9. Também está ou esteve envolvido, neste ano lectivo, num clube fora da Escola como treinador, técnico, árbitro ou dirigente, ou outro?

Sim Não

Se sim, qual a modalidade/actividade desportiva? R: _____

E qual é o cargo? R: _____

10. **Na sua perspectiva**, Indique as **razões ou motivos** que justificam a prática de Desporto Escolar **dos alunos** colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Discordo em absoluto	Discordo	Não concordo Nem discordo	Concordo	Concordo em absoluto
1.	Ser popular	1	2	3	4	5
2.	Fazer parte de uma equipa	1	2	3	4	5
3.	Ser fisicamente saudável	1	2	3	4	5
4.	Melhorar as capacidades	1	2	3	4	5
5.	Ser uma estrela ou campeão desportivo	1	2	3	4	5
6.	Estar com os amigos	1	2	3	4	5
7.	Divertimento	1	2	3	4	5
8.	Gosto pela competição	1	2	3	4	5
9.	Os pais querem que os filhos pratiquem	1	2	3	4	5
10.	Por não ter oportunidade no desporto federado	1	2	3	4	5
11.	Outra:	1	2	3	4	5

11. Indique o seu grau de satisfação relativamente à **facilidade de participação do seu Grupo/Equipa** colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Horário dos treinos	1	2	3	4	5
2.	Local dos treinos	1	2	3	4	5
3.	Número de treinos por semana	1	2	3	4	5
4.	Número de competições por sábado/concentração	1	2	3	4	5
5.	Número de competições/jogos por ano	1	2	3	4	5
6.	Duração dos treinos	1	2	3	4	5
7.	Competições aos sábados de manhã	1	2	3	4	5
8.	Horário dos transportes para as competições a)	1	2	3	4	5
9.	Outra:	1	2	3	4	5

a) Responder apenas os professores dos grupos/equipas que utilizam transporte para a competição.

12. Pergunta apenas para o professor Orientador de Grupo/Equipa:

Indique o seu grau de satisfação relativamente ao **local de prática (treinos)** do Grupo/Equipa colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Qualidade do piso	1	2	3	4	5
2.	Higiene	1	2	3	4	5
3.	Segurança	1	2	3	4	5
4.	Conforto	1	2	3	4	5
5.	Estado de conservação	1	2	3	4	5
6.	Apoio dos funcionários	1	2	3	4	5
7.	Outro:	1	2	3	4	5

13. Pergunta apenas para o professor Coordenador de Actividade Interna:

Indique o seu grau de satisfação relativamente à facilidade de organização das actividades internas:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Horários das instalações	1	2	3	4	5
2.	Horários curriculares dos alunos	1	2	3	4	5
3.	Colaboração dos professores de E.F.	1	2	3	4	5
4.	Colaboração dos alunos na organização das actividades	1	2	3	4	5
5.	Apoio do Coordenador do Desporto Escolar	1	2	3	4	5
6.	Apoio da Escola para promover as actividades	1	2	3	4	5
7.	Efeitos das actividades na continuidade da prática dos alunos	1	2	3	4	5
8.	Apoio dos funcionários	1	2	3	4	5
9.	Outro:	1	2	3	4	5

14. Indique o seu grau de satisfação relativamente aos **balneários da sua escola** colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Sem opinião
1.	Higiene	1	2	3	4	5	6
2.	Segurança	1	2	3	4	5	6
3.	Conforto	1	2	3	4	5	6
4.	Estado de conservação	1	2	3	4	5	6
5.	Apoio dos funcionários	1	2	3	4	5	6

15. Indique o seu grau de satisfação relativamente aos **materiais desportivos** utilizados no Desporto Escolar da sua escola colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Quantidade	1	2	3	4	5
2.	Estado de conservação	1	2	3	4	5

16. Indique o seu nível de satisfação relativamente aos **intervenientes (pessoas que participam)** no Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

Atenção: nos itens 2. e 3. só responde se não for o interveniente em questão.

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Sem opinião
1.	Presidente da Direcção/Conselho Executivo	1	2	3	4	5	6
2.	Coordenador do Desporto Escolar (Escola)	1	2	3	4	5	6
3.	Professores do Desporto Escolar (Escola)	1	2	3	4	5	6
4.	Professores de Educação Física	1	2	3	4	5	6
5.	Funcionários da Escola	1	2	3	4	5	6
6.	Professores do Gabinete do Desporto Escolar	1	2	3	4	5	6
7.	Encarregados de Educação	1	2	3	4	5	6
8.	Árbitros	1	2	3	4	5	6
9.	Outro:	1	2	3	4	5	6

17. Pergunta apenas para o professor Orientador de Grupo/Equipa.

Indique o seu grau de satisfação relativamente **aos treinos** colocando uma cruz nas opções mais adequadas de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Organização dos treinos	1	2	3	4	5
2.	Número de treinos semanais	1	2	3	4	5
3.	Número elevado de alunos por treino	1	2	3	4	5
4.	Número reduzido de alunos por treino	1	2	3	4	5
5.	Carga horária de treino	1	2	3	4	5
6.	Interesse dos alunos nos treinos	1	2	3	4	5
7.	Apoio do Coordenador do DE	1	2	3	4	5
8.	Respeito pelas regras desportivas	1	2	3	4	5
9.	Disponibilidade das instalações em horários adequados	1	2	3	4	5
10.	Assiduidade dos alunos ao treino	1	2	3	4	5
11.	Outra:	1	2	3	4	5

18. Pergunta apenas para o professor Coordenador do Desporto Escolar ou Orientador de Grupo/Equipa.

No caso de desempenhar ambos os cargos deve responder enquanto Coordenador do Desporto Escolar.

Indique o seu grau de satisfação relativamente ao **funcionamento das competições externas (campeonatos escolares = infantis, Iniciados e juvenis; concentrações/encontros)** do Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Qualidade da organização da competição	1	2	3	4	5
2.	Número de jogos ou competições	1	2	3	4	5
3.	Número de equipas em competição	1	2	3	4	5
4.	Horário das competições	1	2	3	4	5
5.	Interesse da competição	1	2	3	4	5
6.	Arbitragem	1	2	3	4	5
7.	Respeito pelas regras desportivas	1	2	3	4	5
8.	Assiduidade dos intervenientes	1	2	3	4	5
9.	Pontualidade dos intervenientes	1	2	3	4	5
10.	Empenhamento dos intervenientes	1	2	3	4	5
11.	Classificações nas competições	1	2	3	4	5
12.	Serviço de transporte dos alunos que vão competir a)	1	2	3	4	5
13.	Outra:	1	2	3	4	5

a) Responder apenas os professores dos grupos/equipas que utilizam transporte para a competição.

19. Indique o seu grau de satisfação relativamente às informações recebidas do Desporto Escolar colocando uma cruz nas opções que considere mais adequadas, de acordo com a escala:

Atenção: no item 2. se for Coordenador do Desporto Escolar não deve responder.

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Sem opinião
1.	Da Direcção ou Conselho Executivo	1	2	3	4	5	6
2.	Do Coordenador do Desporto Escolar	1	2	3	4	5	6
3.	Dos Serviços Administrativos da Escola	1	2	3	4	5	6
4.	Do Gabinete do Desporto Escolar	1	2	3	4	5	6
5.	Dos Encarregados de Educação	1	2	3	4	5	6
6.	De outro: _____	1	2	3	4	5	6

20. Expresse a sua opinião sobre o **nível de integração** do Desporto Escolar no PROJECTO EDUCATIVO da sua Escola colocando uma cruz na opção mais adequada de acordo com a escala:

Nada integrado	Pouco integrado	Razoavelmente integrado	Muito integrado	Completamente integrado	Sem opinião/não tenho conhecimento
1	2	3	4	5	6

Justifique

R: _____

21. Considera que a sua Escola é dinâmica na conquista de parceiros externos para o desenvolvimento do Desporto Escolar?

Sim Não Sem opinião

21.1. Indique os parceiros externos da sua Escola no Desporto Escolar:

R: _____

22. Considera que o Desporto Escolar na sua Escola deveria ter uma relação mais próxima (articulada, interligada, cooperante) com o Desporto Federado?

Sim Não Sem opinião

23. Indique em que medida considera que **o Desporto Escolar na sua Escola contribui** para os seguintes aspectos colocando uma cruz nas opções mais adequadas, de acordo com a escala:

		Contributo muito fraco	Contributo fraco	Contributo médio	Contributo elevado	Contributo muito elevado	Sem opinião
1.	Promoção da saúde	1	2	3	4	5	6
2.	Desenvolvimento da cidadania	1	2	3	4	5	6
3.	Criação de hábitos desportivos e de exercício físico	1	2	3	4	5	6
4.	Formação de praticantes desportivos	1	2	3	4	5	6
5.	Redução do abandono escolar	1	2	3	4	5	6
6.	Diminuição do absentismo	1	2	3	4	5	6
7.	Resolução de conflitos	1	2	3	4	5	6
8.	Relação próxima e articulada com o desporto federado	1	2	3	4	5	6
9.	Melhoria do clima na Escola	1	2	3	4	5	6
10.	Outra: _____	1	2	3	4	5	6

24. Indique o seu **nível de satisfação geral** relativamente ao **Desporto Escolar**:

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
1.	Nível de satisfação	1	2	3	4	5

24.1 Quais as razões ou motivos de satisfação? E quais as razões ou motivos de insatisfação?
(Indique duas razões no quadro em baixo, de acordo com a ordem de importância)

Ordem	Motivos ou razões de satisfação	Motivos ou razões de insatisfação
1º		
2º		

25. Pretende continuar a ser professor no Desporto Escolar? Sim Não Talvez

Se não ou talvez, quais as razões?

R: _____

26. Recomendaria o Desporto Escolar a um filho de um amigo? Sim Não Talvez

27. No sentido de se melhorar o Desporto Escolar pode deixar de seguida sugestões e críticas que julgue adequadas:

R: _____

Não se esqueça de verificar se respondeu a todas as questões.

Depois agradecemos que entregasse o questionário ao Coordenador do Desporto Escolar. Muito obrigado pela sua colaboração.

ANEXO III

Cargos dos professores no desporto escolar

Cargo que desempenha	N	%
Coordenador do Desporto Escolar	10	3,9
Orientador de Grupo/Equipa	187	73,3
Coordenador de Actividade Interna	8	3,1
Coordenador do DE e Orientador de Grupo/Equipa	22	8,6
Orientador de Grupo/Equipa e Coordenador de Actividade Interna	23	9,0
Ginástica Massiva	2	,8
Coordenador de Actividade Interna e Ginástica Massiva	1	,4
Orientador de Grupo/Equipa e Ginástica Massiva	1	,4
Orientador de Grupo/Equipa e Clube Escola	1	,4
Total	255	100,0

ANEXO IV

Distribuição dos professores que não se encontram envolvidos num clube fora da escola de acordo com os anos de experiência

Professores não envolvidos num clube, de acordo com os anos de Experiência		Ciclo			
		2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outros
Menos de 1 ano	n	5	4	3	1
	%	11,1%	9,5%	10,3%	9,1%
1 a 3 anos	n	16	9	4	5
	%	35,6%	21,4%	13,8%	45,5%
4 a 6 anos	n	11	11	6	2
	%	24,4%	26,2%	20,7%	18,2%
7 a 9 anos	n	6	10	10	1
	%	13,3%	23,8%	34,5%	9,1%
10 a 12 anos	n	4	1	2	1
	%	8,9%	2,4%	6,9%	9,1%
13 a 15 anos	n	2	2	1	1
	%	4,4%	4,8%	3,4%	9,1%
Mais de 15 anos	n	1	5	3	0
	%	2,2%	11,9%	10,3%	,0%

Qual Cargo?	Sim, está envolvido num clube	Ciclo			
		2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outros
Treinador	n	19	30	19	9
	%	63,3%	75,0%	61,3%	64,3%
Praticante	n	6	1	4	1
	%	20,0%	2,5%	12,9%	7,1%
Dirigente	n	0	3	4	0
	%	,0%	7,5%	12,9%	,0%
Coordenador	n	0	1	0	2
	%	,0%	2,5%	,0%	14,3%
Treinador/Jogador	n	1	1	0	0
	%	3,3%	2,5%	,0%	,0%
Orientador	n	0	0	1	0
	%	,0%	,0%	3,2%	,0%
Árbitro	n	1	0	1	0
	%	3,3%	,0%	3,2%	,0%
Monitor	n	3	3	0	2
	%	10,0%	7,5%	,0%	14,3%
Juiz	n	0	0	1	0
	%	,0%	,0%	3,2%	,0%
Treinador e Dirigente	n	0	1	1	0
	%	,0%	2,5%	3,2%	,0%

ANEXO V

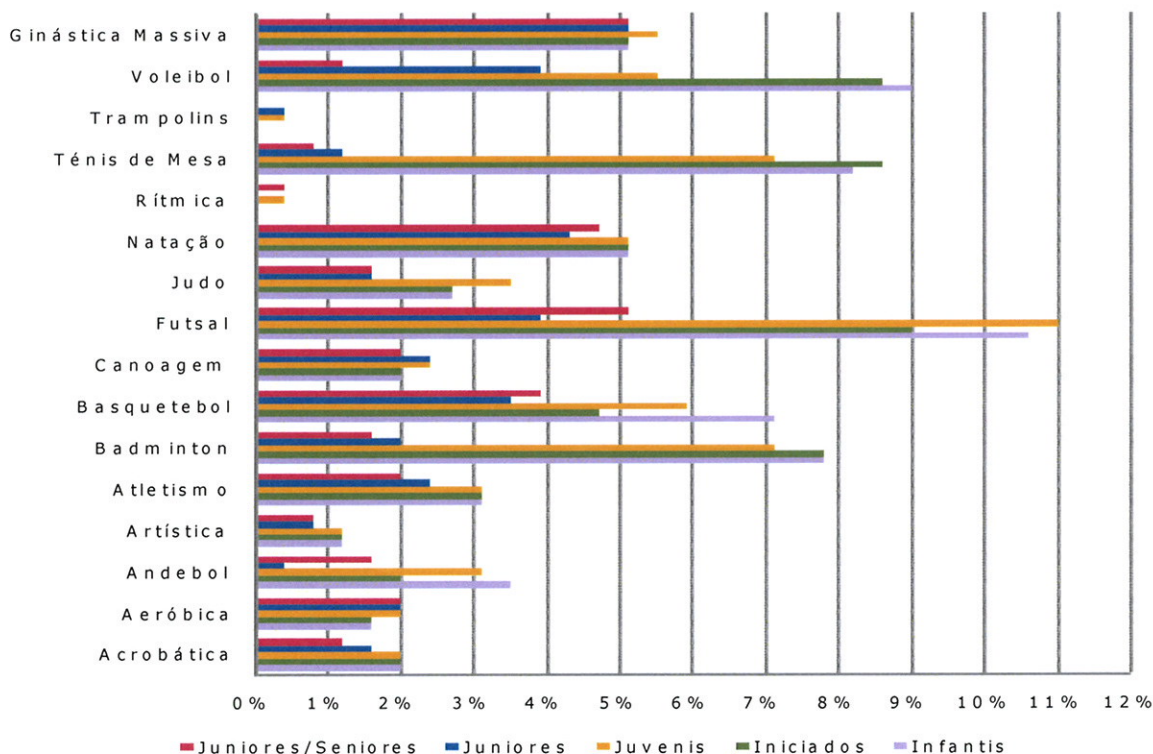
Associação entre o sexo e a tipologia da modalidade

Modalidade	Sim				Não				Teste do Qui-Quadrado		
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		χ^2	gl	sig
	n	%	n	%	n	%	n	%			
Acrobática	1	14,3	6	85,7	149	66,8	74	33,2	8,256	1	0,004
Aeróbica	1	12,5	7	87,5	149	67,1	73	32,9	10,154	1	0,001
Andebol	14	82,4	3	17,6	136	63,8	77	36,2	2,376	1	0,123
Artística	1	33,3	2	66,7	149	65,6	78	34,4	1,362	1	0,243
Atletismo	8	100,0	0	0,0	141	63,8	80	36,2	4,451	1	0,035
Badminton	10	55,6	8	44,4	140	66,0	72	34,0	0,804	1	0,370
Basquetebol	19	63,3	11	36,7	131	65,2	70	34,8	0,039	1	0,844
Canoagem	5	83,3	1	16,7	145	64,7	79	35,3	0,891	1	0,345
Futsal	50	84,7	9	15,3	100	58,5	71	41,5	13,341	1	0,000
Judo	6	66,7	3	33,3	144	65,2	77	34,8	0,009	1	0,926
Natação	9	56,3	7	43,8	141	65,9	73	34,1	0,610	1	0,435
Rítmica	0	0,0	1	100,0	150	65,5	79	34,5	1,883	1	0,170
Tênis de Mesa	17	77,3	5	22,7	133	63,9	75	36,1	1,559	1	0,212
Trampolins	0	0,0	1	100,0	150	65,5	79	34,5	1,883	1	0,170
Voleibol	23	60,5	15	39,5	127	66,1	65	33,9	0,442	1	0,506
Ginástica Massiva	6	42,9	8	57,1	144	66,7	72	33,3	3,286	1	0,070

ANEXO VI

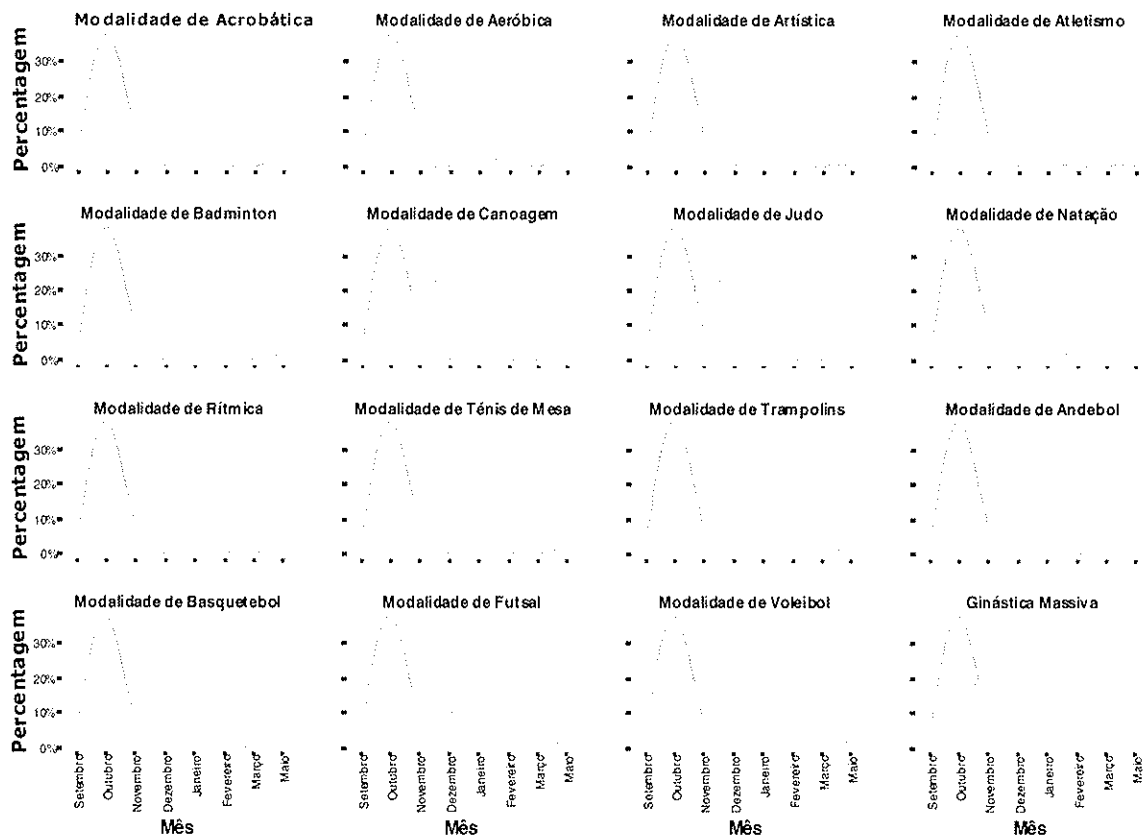
Distribuição dos professores do desporto escolar pelas modalidades/ escalão etário

		Infantis	Iniciados	Juvenis	Juniore	Juniore/Seniores	Total
Acrobática	n	5	5	5	4	3	22
	%	2,0	2,0	2,0	1,6	1,2	8,80
Aeróbica	n	4	4	5	5	5	23
	%	1,6	1,6	2,0	2,0	2,0	9,20
Andebol	n	9	5	8	1	4	27
	%	3,5	2,0	3,1	0,4	1,6	10,60
Artística	n	3	3	3	2	2	13
	%	1,2	1,2	1,2	0,8	0,8	5,20
Atletismo	n	8	8	8	6	5	35
	%	3,1	3,1	3,1	2,4	2,0	13,70
Badminton	n	20	20	18	5	4	67
	%	7,8	7,8	7,1	2,0	1,6	26,30
Basquetebol	n	18	12	15	9	10	64
	%	7,1	4,7	5,9%	3,5%	3,9%	25,10%
Canoagem	n	5	5	6	6	5	27
	%	2,0	2,0	2,4	2,4	2,0	10,80
Futsal	n	27	23	28	10	13	101
	%	10,6	9,0	11,0	3,9	5,1	39,60
Judo	n	7	7	9	4	4	31
	%	2,7	2,7	3,5	1,6	1,6	12,10
Natação	n	13	13	13	11	12	62
	%	5,1	5,1	5,1	4,3	4,7	24,30
Rítmica	n	0	0	1	0	1	2
	%	0,0	0,0	0,4	0,0	0,4	0,80
Ténis de Mesa	n	21	22	18	3	2	66
	%	8,2	8,6	7,1	1,2	0,8	25,90
Trampolins	n	0	0	1	1	0	2
	%	0,0	0,0	0,4	0,4	0,0	0,80
Voleibol	n	23	22	14	10	3	72
	%	9,0	8,6	5,5	3,9	1,2	28,20
Ginástica Massiva	n	13	13	14	13	13	66
	%	5,1	5,1	5,5	5,1	5,1	25,90



ANEXO VII

Análise comparativa entre o início de treinos e da competição das diferentes modalidades



Mês de Início de Treinos
Mês de Início de Competições

		Mês de Início de Treinos															
		Mês de Início de Competições															
		Acrobática	Aeróbica	Andebol	Artística	Atletismo	Badminton	Basquetebol	Canoagem	Futsal	Judo	Natação	Rítmica	Tênis de Mesa	Trampolins	Voleibol	Ginástica Massiva
Set	n	1	2	0	1	0	4	3	0	8	1	3	1	2	0	5	0
	%	14,3	25,0	0,0	33,3	0,0	19,0	10,0	0,0	13,6	11,1	17,6	100,0	8,7	0,0	13,2	0,0
Out	n	6	6	15	2	8	17	24	4	45	8	13	0	19	0	26	6
	%	85,7	75,0	88,2	66,7	100,0	81,0	80,0	66,7	76,3	88,9	76,5	0,0	82,6	0,0	68,4	42,9
Nov	n	0	0	2	0	0	0	3	1	6	0	1	0	2	1	5	6
	%	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	10,0	16,7	10,2	0,0	5,9	0,0	8,7	100,0	13,2	42,9
Dez	n	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,3
Jan	n	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	0,0
Out	n	1	1	1	0	0	3	0	0	7	3	2	1	3	0	1	1
	%	14,3	16,7	5,9	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0	12,5	33,3	11,8	100,0	13,6	0,0	2,6	11,1
Nov	n	2	2	6	3	7	15	20	3	31	5	12	0	14	0	21	3
	%	28,6	33,3	35,3	100,0	87,5	71,4	66,7	60,0	55,4	55,6	70,6	0,0	63,6	0,0	55,3	33,3
Dez	n	3	3	3	0	1	3	7	0	10	1	2	0	5	1	11	1
	%	42,9	50,0	17,6	0,0	12,5	14,3	23,3	0,0	17,9	11,1	11,8	0,0	22,7	100,0	28,9	11,1
Jan	n	0	0	5	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	2	3
	%	0,0	0,0	29,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	33,3
Fev	n	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mar	n	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	%	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mai	n	0	0	2	0	0	0	1	2	2	0	1	0	0	0	3	1
	%	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	3,3	40,0	3,6	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0	7,9	11,1

ANEXO VIII

Distribuição da hora e dia de treino escolhido para treinar, de acordo com o ciclo de ensino e média, desvio padrão, máximo e mínimo das horas de treino semanal por modalidade

Distribuição dos treinos			Ciclo			
			2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outros
Turnos dos treinos à Segunda-feira	Manhã	n	5	4	2	2
		%	13,5	11,8	8,3	18,2
	Almoço	n	12	11	7	5
		%	32,4	32,4	29,2	45,5
	Tarde	n	15	12	9	3
		%	40,5	35,3	37,5	27,3
	Manhã e Tarde	n	0	1	3	0
		%	,0	2,9	12,5	,0
	Manhã e Almoço	n	1	3	1	1
		%	2,7	8,8	4,2	9,1
	Almoço e Tarde	n	4	3	2	0
%		10,8	8,8	8,3	,0	
Total	n	37	34	24	11	
%	100,0	100,0	100,0	100,0		
Turnos dos treinos à Terça-feira	Manhã	n	8	6	8	1
		%	18,2	14,3	23,5	7,1
	Almoço	n	12	16	6	6
		%	27,3	38,1	17,6	42,9
	Tarde	n	16	12	8	5
		%	36,4	28,6	23,5	35,7
	Manhã e Tarde	n	2	5	1	1
		%	4,5	11,9	2,9	7,1
	Manhã e Almoço	n	3	0	5	0
		%	6,8	,0	14,7	,0
	Almoço e Tarde	n	3	3	6	1
%		6,8	7,1	17,6	7,1	
Total	n	44	42	34	14	
%	100,0	100,0	100,0	100,0		
Turnos dos treinos à Quarta-feira	Manhã	n	4	6	2	1
		%	12,5	14,6	6,7	9,1
	Almoço	n	9	11	11	4
		%	28,1	26,8	36,7	36,4
	Tarde	n	16	20	10	6
		%	50,0	48,8	33,3	54,5
	Manhã e Tarde	n	0	0	3	0
		%	,0	,0	10,0	,0
	Manhã e Almoço	n	1	0	3	0
		%	3,1	,0	10,0	,0
	Almoço e Tarde	n	2	4	1	0
%		6,3	9,8	3,3	,0	
Total	n	32	41	30	11	
%	100,0	100,0	100,0	100,0		
Turnos dos treinos à Quinta-feira	Manhã	n	9	9	4	2
		%	19,1	20,9	13,8	22,2
	Almoço	n	15	11	2	1
		%	31,9	25,6	6,9	11,1
	Tarde	n	14	15	15	4
		%	29,8	34,9	51,7	44,4
	Manhã e Tarde	n	4	5	2	1
		%	8,5	11,6	6,9	11,1
	Manhã e Almoço	n	3	1	4	0
		%	6,4	2,3	13,8	,0
	Almoço e Tarde	n	2	2	2	1
%		4,3	4,7	6,9	11,1	
Total	n	47	43	29	9	
%	100,0	100,0	100,0	100,0		
Turnos dos treinos à Sexta-feira	Manhã	n	10	5	2	0
		%	31,3	11,1	8,7	,0
	Almoço	n	11	8	3	6
		%	34,4	17,8	13,0	54,5
	Tarde	n	6	14	12	4
		%	18,8	31,1	52,2	36,4
	Manhã e Tarde	n	1	4	2	0
		%	3,1	8,9	8,7	,0
	Manhã e Almoço	n	1	7	2	1
		%	3,1	15,6	8,7	9,1
	Almoço e Tarde	n	3	7	2	0
%		9,4	15,6	8,7	,0	

Turnos dos treinos à Sábado-feira	Total	n	32	45	23	11
		%	100,0	100,0	100,0	100,0
	Manhã	n	0	1	1	0
		%	,0	100,0	100,0	,0
	Almoço	n	1	0	0	0
		%	100,0	,0	,0	,0
	Tarde	n	0	0	0	0
		%	,0	,0	,0	,0
	Manhã e Tarde	n	0	0	0	0
		%	,0	,0	,0	,0
	Manhã e Almoço	n	0	0	0	0
		%	,0	,0	,0	,0
	Almoço e Tarde	n	0	0	0	0
		%	,0	,0	,0	,0
	Total	n	1	1	1	0
		%	100,0	100,0	100,0	,0

Modalidades desenvolvidas no desporto escolar	Horas de Treino				
	Mean	Standard Deviation	Minimum	Maximum	
Acrobática	10,3	4,4	4,0	16,0	
Aeróbica	4,6	1,7	3,0	8,0	
Andebol	4,5	1,9	2,0	8,0	
Artística	5,3	2,3	4,0	8,0	
Atletismo	4,9	2,0	3,0	8,0	
Badminton	5,1	1,8	3,0	8,0	
Basquetebol	4,7	1,8	2,0	9,0	
Canoagem	5,3	2,5	3,0	9,0	
Futsal	4,5	2,0	1,0	12,0	
Judo	5,8	2,1	4,0	8,0	
Natação	6,1	3,7	2,0	16,0	
Rítmica	6,0	.	6,0	6,0	
Ténis de Mesa	5,3	2,6	2,0	12,0	
Trampolins	4,0	.	4,0	4,0	
Voleibol	5,4	2,3	2,0	12,0	
Ginástica Massiva	5,6	2,6	3,0	12,0	
Tipologia da modalidade	Individual	5,0	2,5	2,0	16,0
	Colectiva	4,4	1,6	1,0	8,0
	Individual e Colectiva	8,7	1,8	6,0	12,0

ANEXO IX

Razões proferidas pelos professores orientadores de G/E na escolha pela modalidade

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

Razões de escolha das modalidades		Ciclo				Total
		2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outros	
Continuidade do trabalho do ano anterior	n	14	10	7	3	34
	%	17,5	12,0	11,1	11,1	13,4
Iniciar uma modalidade nova na escola	n	5	4	2	0	11
	%	6,3	4,8	3,2	0,0	4,3
Determinado pela escola	n	10	11	9	3	33
	%	12,5	13,3	14,3	11,1	13,0
Determinado pelo grupo de Ed. Física	n	4	4	3	0	11
	%	5,0	4,8	4,8	0,0	4,3
Determinado pelo Coordenador do Desporto Escolar	n	0	1	0	1	2
	%	0,0	1,2	0,0	3,7	0,8
Modalidade remanescente	n	5	3	4	2	14
	%	6,3	3,6	6,3	7,4	5,5
Pelo gosto na modalidade	n	23	31	25	2	81
	%	28,8	37,3	39,7	7,4	32,0
Mais à vontade/experiência na modalidade	n	5	4	4	1	14
	%	6,3	4,8	6,3	3,7	5,5
Experiência na modalidade como atleta	n	1	0	3	0	4
	%	1,3	0,0	4,8	0,0	1,6
Experiência na modalidade como treinador	n	2	5	1	3	11
	%	2,5	6,0	1,6	11,1	4,3
Possuir formação específica e/ou académica na modalidade do Desporto Escolar	n	7	4	5	2	18
	%	8,8	4,8	7,9	7,4	7,1
Instalações desportivas	n	0	1	0	1	2
	%	0,0	1,2	0,0	3,7	0,8
Número de alunos inscritos	n	2	1	0	1	4
	%	2,5	1,2	0,0	3,7	1,6
Interesse, motivações procura dos alunos	n	8	2	7	2	19
	%	10,0	2,4	11,1	7,4	7,5
Modalidade sem contacto físico	n	6	6	5	3	20
	%	7,5	7,2	7,9	11,1	7,9
Regime de concentração	n	2	4	2	0	8
	%	2,5	4,8	3,2	0,0	3,2
Nº de competições	n	1	0	0	0	1
	%	1,3	0,0	0,0	0,0	0,4
Sem competição ao fim de semana	n	1	0	0	1	2
	%	1,3	0,0	0,0	3,7	0,8
Popularidade da modalidade	n	1	1	0	0	2
	%	1,3	1,2	0,0	0,0	0,8
Bom ambiente na modalidade	n	0	1	1	0	2
	%	0,0	1,2	1,6	0,0	0,8